

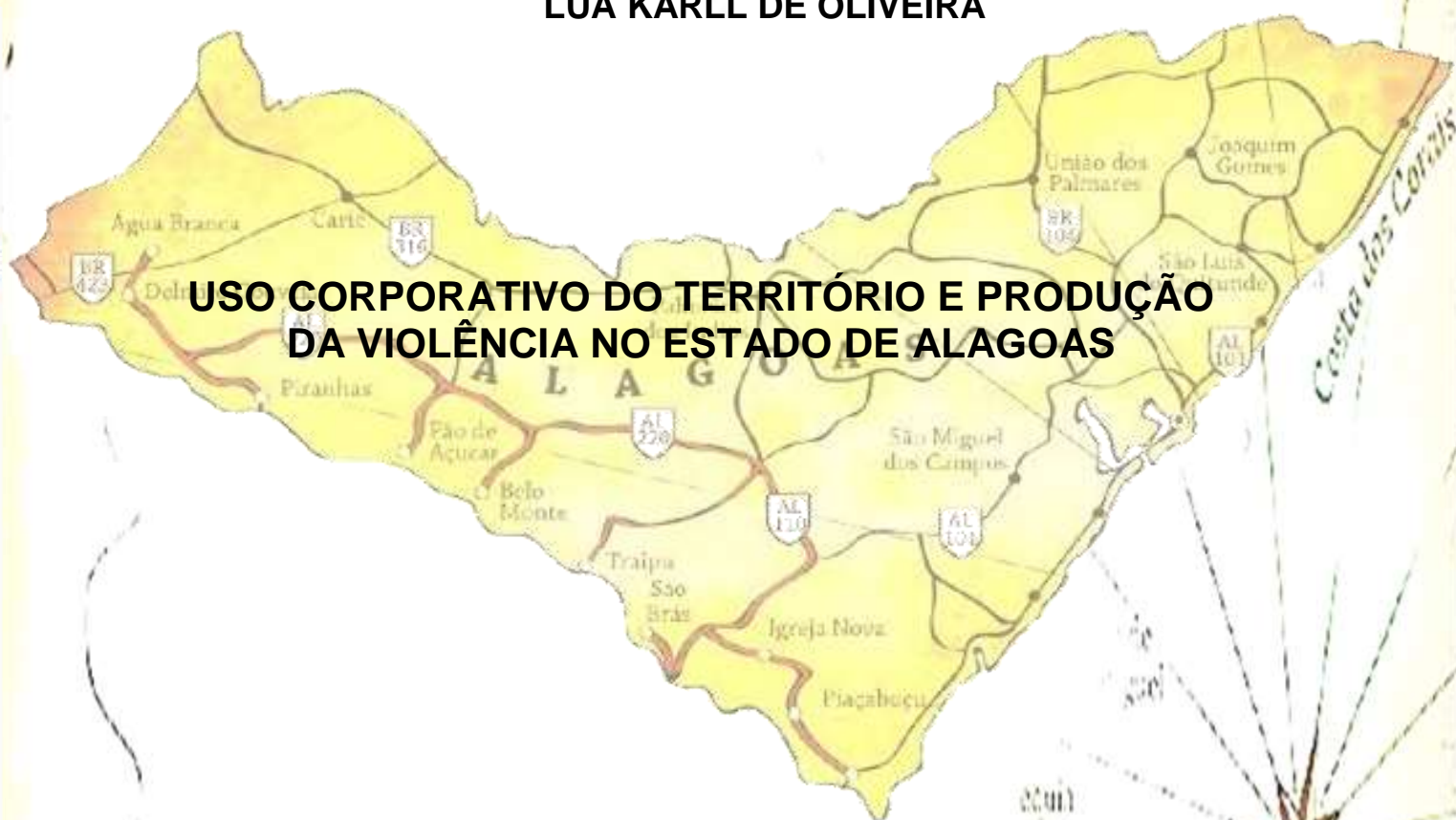


UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



LUÃ KARLL DE OLIVEIRA

**USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO E PRODUÇÃO  
DA VIOLÊNCIA NO ESTADO DE ALAGOAS**



SALVADOR – BA  
2017

**LUÃ KARLL DE OLIVEIRA**

**USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO E PRODUÇÃO DA  
VIOLÊNCIA NO ESTADO DE ALAGOAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Geociências, da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientador (a): Profa. Dra. Maria Auxiliadora da Silva


**SALVADOR – BA  
2017**


**TERMO DE APROVAÇÃO**


**USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO E PRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA  
NO ESTADO DE ALAGOAS**

**LUÃ KARLL DE OLIVEIRA**

**BANCA EXAMINADORA**

  
**Profa. Dra. Maria Auxiliadora da Silva**  
Doutor em Geografia  
Departamento de Geografia, UFBA, Brasil

  
**Prof. Dr. Antonio Alfredo Teles de Carvalho**  
Doutor em Geografia Humana  
Pós-Graduação em Geografia, UFAL, Brasil.

  
**Profa. Dra. Nadja Conceição de Jesus Miranda**  
Doutora em Geografia  
Escola de Formação de Oficiais do Exército e Colégio Militar de Salvador,  
EBTT/CMS, Brasil

**Aprovada em Sessão Pública de 26 de abril de 2017.**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio, desde que citada a fonte.

Modelo de ficha catalográfica fornecido pelo Sistema Universitário de Bibliotecas da UFBA para ser confeccionada pelo autor

OLIVEIRA, Luã Karll de

Uso corporativo do território e produção da violência no estado de Alagoas / Luã Karll de OLIVEIRA. -- Salvador, 2017. 162 f.

Orientadora: Maria Auxiliadora da SILVA.

Dissertação (Mestrado - Geografia) -- Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal da Bahia, 2017.

1. Uso corporativo do território. 2. Securização. 3. Segurança privada. 4. Produção da violência. 5. Alagoas. I. SILVA, Maria Auxiliadora da. II. Título.

Dedico este trabalho

Aos meus avós Manoel Pedro, Luiza Marques e Maria José Barbosa (*in memoriam*) e Manoel Alexandre, que com todo amor carinho e compreensão concedido durante toda a minha vida, me fizeram crescer como ser humano.

## AGRADECIMENTOS

Diante de todo rigor acadêmico, uma pesquisa científica constitui uma empreitada árdua que remete um esforço cognitivo do pesquisador, consistindo, portanto, em uma tarefa, por muitas vezes, solitária, mas que não dispensa a participação fundamental de um coletivo que dificilmente pode ser mensurado. Dessa forma, a conclusão desta dissertação de mestrado, significa o alcance de mais um estágio tanto em minha vida pessoal quanto acadêmica, sendo importante o convívio constante com pessoas essenciais que, de um modo ou de outro, contribuíram decisivamente para que esse momento pudesse se tornar possível. Um momento único que escapa ao âmbito acadêmico, e constitui-se também como parte indissociável da continuação de um projeto de vida.

De certa forma, alguns nomes irão ser olvidados a essa lista de agradecimentos especiais, pessoas que foram fundamentais para a feitura de todo este trabalho. Porém, espero que todos estes possam reconhecer a importância de suas presenças neste processo de amadurecimento acadêmico e pessoal a que me submeti, sendo suas participações indispensáveis para a construção desta dissertação. Por isso mesmo, externo a todos os meus mais sinceros agradecimentos e minha eterna gratidão.

Primeiramente, como não poderia deixar de ser diferente, agradeço ao Senhor Deus Pai todo poderoso, minha fonte inesgotável de esperança, que me fortalece, conforta e ilumina, mas, sobretudo, agradeço a ele por me mostrar os caminhos da verdade e por me conceder a graça para finalizar mais esse importante ciclo da minha jornada acadêmica.

A meu pai Edilson de Oliveira Barbosa, por todo seu carinho, confiança, respeito, admiração, lealdade, pelo ser humano e por seus ensinamentos que levarei por toda minha vida.

A minha mãe Maria Marques De Oliveira Santos, por seu amor inesgotável, pelo seu apoio constante para que eu jamais desistisse de lutar pelos meus objetivos e por tudo que representa em minha vida.

A minha irmã Tamara Ingrid de Oliveira, pelo amor, carinho e amizade que sentimos um pelo outro, pela cumplicidade, e, em especial, por sua paciência com a correção desta dissertação.

A minha tia Irene Marques, por todo o seu amor e carinho.

Um agradecimento muito mais que especial para Angelina Alves de Lima, minha companheira, amiga e noiva, uma pessoa fundamental que sempre esteve ao meu lado me apoiando e constantemente me incentivando nos momentos mais prazerosos e difíceis deste trabalho. Divido, pois, com ela a alegria pelo resultado conquistado em mais um ciclo que se finda. Também não poderia jamais olvidar de sua família, especialmente, sua mãe dona Josefa Alves de Lima, seu pai José Newton, sua irmã Edilene Alves, e seu sobrinho, nosso pequeno, grande homem Rodrigo Medeiros, por todo carinho e respeito que sempre demonstraram a mim.

Ao amigo e irmão que conquistei nos caminhos da vida Fábio Brito dos Santos, por sua lealdade, camaradagem e amizade que zelo com tanto carinho e apreço.

Ao amigo Dhiego Antonio de Medeiros, pelo sempre ininterrupto apoio prestado com os frutíferos diálogos sobre a pesquisa, mas também, por sua conduta, ética, moral e por sua amizade que guardarei para toda vida.

Um agradecimento especial a Diêgo Rodrigues da Silva, pela amizade, pelos diálogos sobre a pesquisa e, principalmente, por sua paciência durante a elaboração cartográfica deste trabalho.

A Dênis Carlos da Silva, um grande amigo que ganhei nesta vida, e que sempre esteve disposto a ajudar nos momentos mais difíceis dessa trajetória.

Ao amigo e irmão Marcos Conceição, uma pessoa enviada por Deus que surgiu em minha vida, e que me acolheu quando mais necessitei em minha chegada na cidade do Salvador.

Um agradecimento especial a Willian Antunes, com quem tive os primeiros diálogos antes de encarar a seleção de mestrado.

Aos meus amigos do Núcleo de Estudos Josué de Castro (NEJC), Ana Paula, Sidinei, Tairan Barbosa, Paul Clivilan, Rafael Bispo, Dayane Régis, Leonardo Sena, Danielle

Primo, Clevisson, Pedro Henrique e Damião Leite pela amizade e companheirismo que serão levados para toda a vida.

Aos amigos do Grupo Produção do Espaço Urbano (PEU), Anna Paula, Débora, Ricardo, Gilberto, Jamila, Tayane, Daniele, Itaciane, Camila, Juliana, Flora, Willian Guedes, Thalita, pelo carinho, amizade construída e pelo acolhimento tão generoso nesses dois anos que juntos estivemos.

Aos amigos da turma de mestrado pela hospitalidade, pelos momentos de discussão e, acima de tudo, pela amizade construída.

Agradeço ainda, a Universidade Estadual de Alagoas, na figura do Reitor Jairo José Campos da Costa e dos professores do curso de Geografia, que participaram da minha formação de base.

Externo minha gratidão a Universidade Federal da Bahia, especialmente, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, que me concedeu a oportunidade de realizar esse sonho.

Aos professores Cristóvão Brito, Alcides Caldas, Wendel Henrique, Antonio Angelo, Angela Gordilho e Iracema Guimarães com quem tive a honra de cursar disciplinas que me permitiram aprimorar meus conhecimentos e imprimir novos olhares sobre o mundo.

Agradeço ainda ao professor Antonio Puentes, pessoa de um caráter admirável, que com toda a sua gentileza, esteve sempre disposto a colaborar nos momentos mais difíceis.

Aos secretários do Programa de Pós-Graduação em Geografia Senhor Itanajara e dona. Detinha, pela infinita bondade e por sempre estarem dispostos a ajudar com os problemas do POSGEO.

Ao mesmo tempo, agradeço à Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), pela concessão da bolsa que me permitiu desenvolver a pesquisa que culmina neste trabalho.



Da mesma forma, agradeço a professora Nadja Miranda por ter aceito tão gentilmente o convite para participar de minha banca, e pela atenção dada em todos os momentos do processo, desde o momento da qualificação final.

Serei eternamente grato a minha orientadora, Professora Maria Auxiliadora da Silva, por ter me acolhido da maneira mais carinhosa possível nessa empreitada e por todo o aprendizado que, através de distintos modos, proporcionou-me ao longo dessa caminhada. Por tudo o que representa para mim como ser humano e profissional, exemplo de dedicação, rigor e comprometimento com a ciência geográfica, terá sempre minha profunda admiração.

Agradeço imensamente a pessoa do Professor Antonio Alfredo Teles de Carvalho, meu orientador na minha graduação, por vários motivos, dentre eles, por ter me ensinado os caminhos de uma geografia renovada, mas também, por ter me feito enxergar um mundo novo. Do mesmo modo, agradeço a ele pela pura e sincera amizade que construímos ao longo desses sete anos de convívio. Minha admiração e respeito por ele refletem, não apenas o seu inegável talento como mestre, mas ainda, o ser humano e profissional que sempre foi, amante do que faz: um puro ativista, corajoso, diferente, ousado, competente, um profissional comprometido em transformar indivíduos em cidadãos conscientes que lutam para transformar a realidade social deste país.

Desde já, assumo por inteiro todos os erros contidos na presente versão. São de minha total responsabilidade.

*A geografia é uma luz para a compreensão do mundo de hoje e será feita, necessariamente, por quantos estejam interessados em conhecer o presente e propor o futuro.*

*Maria Adélia Aparecida de Souza*

## RESUMO

OLIVEIRA, Luã Karll de. **Uso corporativo do território e produção da violência no estado de Alagoas**. 2017. 162f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

O acelerado crescimento da criminalidade violenta nas últimas décadas e as suas múltiplas consequências, o medo globalizado e o sentimento de insegurança, passaram a fazer parte do cotidiano da sociedade, trazendo consigo o processo de securização. Por conseguinte, intensificando a racionalização do território e a expansão das empresas de segurança, através da prestação de serviços e da venda de produtos securitários. Em consonância com essa realidade, buscou-se com a dissertação apresentada, analisar a relação entre a violência homicida que tem assolado a sociedade alagoana e o processo de securização do território, que se traduz, especialmente, na auto-segregação de uma parcela da população que se cerca de objetos técnicos os mais diversos, visando a segurança. Com efeito, legitimando o crescimento das empresas de segurança por meio da comercialização de objetos voltados a tal fim (redes elétricas, câmeras de segurança, etc.) e da prestação de serviços securitários. Para tanto, partiu-se de um recenseamento bibliográfico, tendo em vista a elaboração de um estado da arte sobre a violência, com ênfase no território alagoano, e de uma pesquisa documental em órgãos estaduais do estado de Alagoas, a exemplo da Secretaria de Segurança Pública. Assim, foi possível perceber a relação entre os usos do território, as desigualdades emanadas desse processo e a violência que vem perseguindo a sociedade alagoana, carente de políticas públicas voltadas a prevenção e ao combate da mesma. Ou seja, da violência, revelada, sobretudo, nos elevados índices de homicídios que põem o estado entre os mais violentos do país. Preocupação constante e diuturna, seja das grandes, médias e pequenas cidades, ou do campo, o que revela práticas que mais coadunam com os interesses das corporações. Portanto, observa-se que a violência se afirma cada vez mais como um instrumento de realização política e econômica de sujeitos e grupos sociais restritos que estabelecem e mantêm uma organização social em detrimento da maioria da população alagoana.

Palavras-chave: Alagoas, uso corporativo do território, desigualdade, violência, securização.

## ABSTRACT

OLIVEIRA, Luã Karll de. **Corporate use of territory and production of violence in the state of Alagoas**. 2017. 162f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

The accelerated growth of violent criminality in the last decades and its multiple consequences, the fear of globalization and the feeling of insecurity became part of society daily life, bringing with it the securization process. Therefore, intensifying the rationalization of territory and the expansion of Security Company, across service provision and sales of security products. In the line with this reality, it was sought with the dissertation presented, analyses the relation between the homicidal violence that has plagued the alagoana (alagoan) society and the process of territory securization, which translates, especially in the self-segregation with technical objects, the most diverse aiming for security. Indeed, legitimizing the growth or security companies by the commercialization of objects for this purpose (electrical network, security camera, etc.) and the insurance service provision. Therefore, a bibliographic survey was taken, in view of the elaboration of the state of art about violence, with emphasis of alagoan territory and of documentary research in state organs of Alagoas state, like the Department of Public Safety. Thus, it was possible to perceive the relation between territory uses, the inequality emanated from this process and the violence that has been chasing the alagoan society, lacking public policy aimed at preventing and combating tem. That is, of violence, revealed about everything in the high levels of homicide that puts the state as one of the most violent of the country. Constant concern and diurnal, be large, medium, and small cities, or of countryside, what reveal practices that more to ally with the interest of the corporations. So, is noted that the violence is increasing affirmed as a political and economic instrument of achievement of subjects and restricted social groups that establish and maintain a social organization to the detriment of alagoan population.

Keywords: Alagoas, Corporative use of Territory, Inequality, Violence, Securization.

## RESUMEN

OLIVEIRA, Luã Karll de. **Uso corporativo del territorio y producción de la violencia en la provincia de Alagoas**. 2017. 162f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

El acelerado crecimiento de la criminalidad violenta en las últimas décadas y sus múltiples consecuencias, el miedo globalizado y el sentimiento de inseguridad, pasaron a hacer parte del cotidiano de la sociedad, trayendo consigo el proceso de securización. Por consiguiente, intensificando la racionalización del territorio y la expansión de las empresas de seguridad, mediante la prestación de servicios y la venta de productos securitarios. En consonancia con esa realidad, se buscó con la disertación presentada, analizar la relación entre la violencia homicida que ha asolado a la sociedad alagoana y el proceso de securización del territorio, que se traduce, particularmente, en la auto segregación de una parte de la población que se rodea de objetos técnicos más diversos, con el fin de la seguridad. En efecto, legitimando el crecimiento de las empresas de seguridad a través de la comercialización de objetos orientados a tal fin (redes eléctricas, cámaras de seguridad, etc.) y de la prestación de servicios securitarios. Para ello, se partió de una revisión bibliográfica, considerando la elaboración de un estado del arte sobre la violencia, con énfasis en el territorio alagoano, y de una investigación documental en órganos públicos del estado de Alagoas, a ejemplo de la Secretaría de Seguridad Pública. Así, fue posible percibir la relación entre los usos del territorio, las desigualdades emanadas de ese proceso y la violencia que viene persiguiendo a la sociedad alagoana, carente de políticas públicas dirigidas a la prevención y al combate de la misma. Es decir, de la violencia, revelada, sobre todo, en los elevados índices de homicidios que ponen el estado entre los más violentos del país. Preocupación constante y diurna, sea de las grandes, medianas y pequeñas ciudades, o del campo, lo que revela prácticas que más concatenan con los intereses de las corporaciones. Por lo tanto, se observa que la violencia se afirma cada vez más como un instrumento de realización política y económica de sujetos y grupos sociales restringidos que establecen y mantienen una organización social en detrimento de la mayoría de la población alagoana.

Palabras clave: Alagoas, uso corporativo del territorio, desigualdad, violencia, securización.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Residencial Aldebaran, condomínio de alto padrão localizado nos arredores de bairros de classe média/baixa (Gruta, Jardim Petrópolis, Tabuleiro dos Martins) .....	73
<b>Figura 2.</b> Residencial Ouro Verde, condomínio de Alto Padrão .....	74
<b>Figura 3.</b> Residencial San Nicolas, condomínio de Alto Padrão .....	74
<b>Figura 4.</b> O medo da vida externa leva o indivíduo a buscar por segurança no aparelhado técnico. A câmera de vigilância, os altos muros de proteção, pesados portões e a cerca elétrica, revelam que o exterior representa uma ameaça eminente a vida do indivíduo .....	75
<b>Figura 5.</b> Empresas do setor de seguro privado nacionais e internacionais, atuantes no território brasileiro e alagoano .....	76
<b>Figura 6.</b> Formas de representação das arquiteturas do medo e da hostilidade. Desvelam dois lados opostos, o primeiro, a insegurança que aflige todos as partes do mundo, o segundo, a forma intolerante, e hostil como estas são planejadas, influenciando o comportamento dos indivíduos .....	77
<b>Figura 7.</b> Brink's Segurança e Transporte de Valores Ltda .....	99
<b>Figura 8.</b> Empresas do segmento de segurança eletrônica .....	100
<b>Figura 9.</b> Propaganda de empresa de segurança eletrônica .....	109

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1.</b> Número de dissertações e teses sobre o tema da violência produzidas nos Programas de Pós-Graduação em Geografia do Brasil (1998-2014) .....	33
<b>Gráfico 2.</b> Produção de dissertações e teses sobre o tema da violência nos programas de Pós-Graduação em Geografia por instituição de ensino superior (1998-2014) .....	33
<b>Gráfico 3.</b> Produção acadêmica de dissertações e teses sobre o tema da violência por regiões do Brasil (1998-2014) .....	34
<b>Gráfico 4.</b> Número de empresas distribuídas nos estados nordestinos (2014) .....	63
<b>Gráfico 5.</b> Receita líquida de vendas industrial (2014) .....	64
<b>Gráfico 6.</b> Valor da transformação industrial (2014) .....	64
<b>Gráfico 7.</b> Variação anual do Produto Interno Bruto no período (2010-2015) .....	66
<b>Gráfico 8.</b> Índice de desenvolvimento humano municipal dos estados nordestinos (2010) .....	67
<b>Gráfico 9.</b> Comparativo da variação do Índice de GINI da renda domiciliar <i>per capita</i> do estado de Alagoas e do Nordeste (1991-2010).....	68
<b>Gráfico 10.</b> Número de empresas de segurança privada do segmento <b>vigilância patrimonial</b> , registradas por região no Brasil em 2016.....	102
<b>Gráfico 11.</b> Número de empresas de segurança privada do segmento <b>Transporte de valores</b> , registradas por região no Brasil em 2016.....	102
<b>Gráfico 12.</b> Taxa de homicídios (por 100 mil hab.) por Arma de Fogo em Alagoas (2004-2014). .....	114
<b>Gráfico 13.</b> Percentual de homicídios em Alagoas por mesorregião no ano de 2009. ....	122
<b>Gráfico 14.</b> Percentual de homicídios em Alagoas por mesorregião no ano de 2012.....	122
<b>Gráfico 15.</b> Taxa de homicídios (por 100 mil hab.) na população juvenil. Brasil, Nordeste, Alagoas e capital (2002-2012).....	123
<b>Gráfico 16.</b> Taxa de homicídios (por 100 mil hab.) por raça/cor. Brasil, Nordeste e Alagoas (2003/2014).....	124

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1.</b> Delimitação territorial do polígono da maconha .....	84
<b>Mapa 2.</b> Principais rotas do tráfico de drogas no território alagoano .....	85
<b>Mapa 3.</b> Percurso percorrido pelas drogas antes de entrarem no território alagoano. Via internacional do narcotráfico .....	86
<b>Mapa 4.</b> Taxa de homicídios dolosos por grupo de 100 mil habitantes ocorridos no Brasil no ano de 2014 .....	115
<b>Mapa 5.</b> Taxa de homicídios dos municípios alagoanos no ano de 2009 .....	119
<b>Mapa 6.</b> Taxa de homicídios dos municípios alagoanos no ano de 2012 .....	120



## LISTA DE QUADROS

- Quadro 1.** Número de empresas de segurança privada por segmento nos estados brasileiros no ano de 2016 .....101
- Quadro 2.** Comparação de mortes violentas intencionais entre Brasil e Síria .....113
- Quadro 3.** Taxa de homicídios da região metropolitana de Maceió (2012) .....121
- Quadro 4.** Aplicação de investimentos financeiros para o combate e prevenção à violência no estado de Alagoas (2005-2014) .....128

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1.</b> Crimes Violentos Letais e Intencionais por tipo ocorridos em Alagoas (2012-2016) .....	92
<b>Tabela 2.</b> Taxas referentes aos tipos de crime ocorridos no Brasil (2011-2014) .....	97
<b>Tabela 3.</b> Entidades representativas do setor de segurança privada .....	103
<b>Tabela 4.</b> Classificação das vinte cidades mais violentas do mundo .....	124

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

CIIP – Centro Internacional de Investigação e Informação para a Paz

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

SAGA – Sistema de Análise Geo-Ambiental

IPEA – Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

IETS – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PIB – Produto Interno Bruto

IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool

PLANALSUCAR – Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar

PROÁLCOOL – Programa Nacional do Alcool

LSD – Dietilamida do Ácido Lisérgico

MDMA – Metilendioximetanfetamina

CVLI – Crimes Violentos Letais Intencionais

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública

UPP – Unidade de Polícia Pacificadora

ONU – Organização das Nações Unidas

ONG – Organização Não Governamental

CISP – Centro Integrado de Segurança Pública

SEFAZ/AL – Secretária de Estado da Fazenda do Estado de Alagoas

DPF – Departamento de Polícia Federal

FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos

ATM – Automatic Teller Machine

ABESE - Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança

ABREVIS – Associação Brasileira das Empresas de Vigilância e Segurança

ABS – Associação Agência Brasil de Segurança

ATESP – Associação dos Técnicos em Segurança Patrimonial

FENAVIST – Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores

ABSEG – Associação Brasileira de Profissionais de Segurança

SESVESP – Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo

SINDESP – Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de Alagoas

## SUMÁRIO

---

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>22</b>
<b>Leituras sobre a violência: um debate necessário sob o olhar geográfico.....</b>	<b>23</b>
➤ <i>A produção do conhecimento nas ciências sociais.....</i>	<i>23</i>
➤ <i>A recente inserção da violência nos estudos geográficos.....</i>	<i>31</i>
➤ <i>Objetivos, pressupostos teóricos norteadores e organização da dissertação.....</i>	<i>39</i>
<b>SEÇÃO I: Formação do território alagoano: da gênese ao período atual.....</b>	<b>41</b>
➤ <i>Formação política e socioeconômica de Alagoas.....</i>	<i>42</i>
➤ <i>As oligarquias e a construção de uma história marcada pelo poder.....</i>	<i>48</i>
➤ <i>Uso hegemônico do território no período atual.....</i>	<i>54</i>
<b>SEÇÃO II: A violência como expressão da perversidade sistêmica.....</b>	<b>60</b>
➤ <i>Uso corporativo do território e expansão das desigualdades em Alagoas.....</i>	<i>61</i>
➤ <i>Medo e insegurança como estigmas do período em marcha.....</i>	<i>70</i>
➤ <i>A securização do território como resposta à insegurança .....</i>	<i>80</i>
<b>SEÇÃO III: Faces da securização no território alagoano.....</b>	<b>88</b>
➤ <i>Da psicoesfera do medo a tecnoesfera da segurança.....</i>	<i>89</i>
➤ <i>O uso corporativo do território por parte das empresas de segurança privada.....</i>	<i>96</i>
➤ <i>A “indústria da violência” como fator de reprodução do capital.....</i>	<i>107</i>
<b>SEÇÃO IV: Da perversidade à cidadania: para além da segurança pública.....</b>	<b>112</b>
➤ <i>Os números da violência em Alagoas.....</i>	<i>113</i>
➤ <i>As ações do Estado e as políticas anti-violência.....</i>	<i>126</i>
➤ <i>As ações da sociedade civil organizada.....</i>	<i>130</i>
➤ <i>Solidariedade orgânica e cidadania em Alagoas: é possível?.....</i>	<i>134</i>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>136</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>140</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>150</b>

## Introdução

---

## Leituras sobre a violência: um debate necessário sob o olhar geográfico

### ➤ *A produção do conhecimento nas ciências sociais*

Toda investigação científica consiste em um exercício que prima pela busca por alternativas para apreender, da forma mais verossímil possível, a realidade investigada. Nessa perspectiva, o ponto de partida para este diálogo que se abre é ordenado por uma reflexão ancorada em procedimentos teórico-metodológicos, que visam inibir a realização de análises apressadas e repousadas no senso comum. Assim, o estudo de determinados processos espaciais e suas especificidades, a propósito da violência, deve envolver uma série de precauções por parte do pesquisador, sendo de grande importância considerar as múltiplas formas de compreensão, interpretação e as dinâmicas destes processos à luz de uma abordagem fundamentada em bases científicas.

Tomando como ponto de partida esta reflexão, observou-se no transcorrer dos últimos anos que a violência se inscreve no âmbito dos principais temas investigados e debatidos em todas as esferas: governos, Universidades, mídia e sociedade civil. Emergindo, pois, como uma das variáveis dominantes do período em curso. Tal razão se justifica através da recente inclusão de estudos voltados a esse campo de pesquisa em outras áreas do conhecimento como a Geografia, o Direito e a Economia. No entanto, não desconsidera a relevância histórica dos debates realizados nas mais diversas ramificações das ciências sociais como a Filosofia, Sociologia, Psicologia, Ciência Política, Antropologia, citando alguns exemplos.

Partindo do princípio, as primeiras pistas que indicavam uma inclinação por parte das ciências sociais a respeito do estudo da violência, são encontradas na Alemanha, na valiosa obra de Friedrich Engels, *Anti-Dhüring: Herr Eugen Duhring's Revolution in Science*, publicada, originalmente, no ano de 1878 em Leipzig. Neste trabalho, o autor dedica um capítulo fragmentado em três partes, intitulado por “teoria da violência”. Por conseguinte, atribui de forma lúcida uma intrínseca afinidade entre a configuração das relações políticas e econômicas com as práticas violentas, como meios fundamentais que caracterizavam a finalidade do uso de métodos violentos pela sociedade daquela época.

Portanto, os estudos clássicos desenvolvidos, especialmente, por parte da Filosofia e da Sociologia, se apresentam como ponto de partida que demonstra a preocupação dos cientistas sociais em analisar e compreender o papel desempenhado pela violência na história da humanidade. Essa constatação se torna palpável a partir dos escritos realizados posteriormente pelo próprio Friedrich Engels, *Le rôle de la violence dans l'histoire*, publicado entre os anos de 1887 e 1888; uma década mais tarde com Émile Durkheim, *Le suicide: étude de la sociologie*, publicado, originalmente, em 1897, e Georges Sorel, *Réflexions sur la violence*, de 1908, que consistem em afortunadas contribuições à consolidação do tema como campo de estudos das/nas ciências sociais.

Destarte, a discussão sobre a violência ganha longevidade nas ciências sociais, principalmente, no período pós-guerra. Tanto é que se apreende um notável esforço de compreensão e interpretação do tema, por parte de sociólogos e filósofos, mais precisamente, a partir das transformações e dos fatos históricos que transcuraram nos distintos níveis da sociedade à época. É nesse momento que surgem contribuições de destaque na discussão do tema. A guisa de exemplo, vale mencionar os estudos desenvolvidos por Leon Trotsky, *Terrorisme et communisme*, de 1963, e Jean Paul Marat, *Les chaînes de l'esclavage*, de 1972, reafirmando a preocupação das ciências sociais em entender as múltiplas faces da violência.

Nesse caminhar, também é válido enfatizar o estudo realizado por Yves Michaud sobre o tema em seu pequeno, no entanto, importante volume, *La violence*, publicado em 1986. Neste trabalho, o autor além de apresentar e analisar o sentido etimológico da palavra, realiza, afortunadamente, uma classificação da violência por tipologias com o intento de compreender e interpretar o problema. Contudo, há de se retornar ao breve texto do filósofo norueguês Johan Galtung (1969) *Violence, Peace, and Peace research*, que precede a obra de Michaud, visto que, trata-se de um estudo pioneiro desenvolvido sob a luz de um raciocínio ancorado a partir da classificação da violência por tipologias<sup>1</sup>. Logo, não é demais afirmar que há uma certa similaridade na metodologia aplicada por ambos os autores que evidenciam a principal característica

---

<sup>1</sup> Ver esquema extraído do texto original em anexo.



da violência, qual seja, ser um processo multiforme como bem lembrou o economista Pierre Salama (2014).

Nesse sentido, faz-se necessário uma interpretação da classificação de Galtung e Michaud que não ponha em risco o entendimento do elemento investigado. Ora, mesmo aplicando uma metodologia semelhante há aspectos característicos que diferem as proposições dos referidos autores, chamando atenção para um possível embate teórico-metodológico provocado por duas propostas científicas que vão além, visto que, oferece bases à adição dessa proposta na agenda de discussões das ciências sociais.

Nesse sentido, de acordo com Galtung (1969), a violência pode ser compreendida em dois planos. O primeiro seria o plano *individual*, tratado pelo autor por “*personal*” e o segundo seria o plano *estrutural*. Em contrapartida, Michaud<sup>2</sup> (1986) entende a violência em um sentido mais amplo, isto é, como um conjunto de ações, atribuindo uma combinação de elementos não discutidos por Galtung. O primeiro destes seria a *violência política*, subdividida pelo autor em: La violence sociopolitique diffuse; La violence contre le pouvoir ou violence d’em bas; La violence contre le pouvoir ou violence d’em haut; Le terrorisme e Les guerres civiles. O segundo elemento desta classificação seriam as *guerras*, o terceiro se constituiria na *criminalidade* e o último tipo seria a *violência da vida*.

Insistindo com a discussão sobre as tipologias da violência, chama-se atenção para a significativa classificação realizada pelo Centro Internacional de Investigação e Informação para a Paz (CIIP), que elenca cinco tipos de violência de acordo com o seu maior ou menor grau de visibilidade histórica. A saber: “*violência coletiva; violência institucional ou estatal; violência estrutural; violência cultural e violência individual*” (2002, p. 33-34). No decorrer deste trabalho, dar-se-á maior ênfase à violência estrutural, pois, entende-se aqui que está violência se encontra na base da produção dos outros tipos de violência, constituindo-se, portanto, na violência central.

---

<sup>2</sup> O autor supracitado classifica a violência em quatro categorias: **violência política**, que se subdivide em violência sociopolítica transmitida, violência contra o poder ou violência a partir de baixo, violência contra o poder ou violência a partir de cima, o terrorismo e a guerra civil; **as guerras**; **a criminalidade**; **a violência da vida**.

No período subsequente à década de 1960, notou-se um crescimento considerável de estudos acerca do tema em discussão, desencadeado, especialmente, mediante a efervescência dos debates que vinham sendo gestados dentro das ciências sociais, visando construir uma reflexão teórica à luz de um problema concreto que encontrara na revolução tecnológica com a contribuição da política sua sustentação. Assim, uma diversidade de autores expressou, em certa medida, a preocupação com a discussão do tema, sobretudo, porque as previsões de Lênin que anunciara o século XX como a nova época de guerras e revoluções (LIH, 2014), se concretizaram no plano real.

Nesse caminhar, a obra da filósofa alemã Hannah Arendt, *Sobre a violência*, escrita sob o contexto da rebelião estudantil ocorrida na França no ano de 1968, a Guerra do Vietnã e o papel dos meios violentos de resistência e opressão dos processos de descolonização, desvela uma das mais importantes e consistentes análises a propósito da violência já realizadas nas ciências sociais. Um dos méritos do referido estudo está na forte postura crítica adotada pela autora, contrária ao posicionamento ideológico de teóricos do tema que enxergaram a violência como a manifestação de poder e domínio do homem sobre o homem. Na verdade, Arendt ressalta que a afirmação absoluta de um desses elementos representa a ausência do outro, e, por essa razão, violência e poder seriam termos opostos.

Assim, a autora fundamenta sua concepção no transcorrer da obra caracterizando a violência como instrumental, combinando quatro elementos que vão nortear seu pensamento, a saber: poder, vigor, força e autoridade. Sob sua óptica, o *poder* nunca seria de propriedade de um indivíduo, mas, de um coletivo. Logo, não é demais afirmar que o poder se institui na organização de uma dada sociedade e, portanto, não consiste em uma qualidade unívoca a um indivíduo. Este só pode se materializar em conjunto, somente permanecendo ativo mediante a ordem funcional de uma organização social.

Pensando numa distinção sobre *vigor*, Arendt alerta para a atenção ao relacionar este conceito com o de poder, isso porque, na sua concepção quando se utiliza o termo em alusão a um indivíduo poderoso, se trata de uma forma simbólica, porquanto, quando da ausência do simbolismo é de vigor a que se está referindo. Decerto, adverte a autora que, mesmo o vigor de um indivíduo poderoso sempre

estará sujeito ao poder de uma organização social, reforçando, portanto, a ideia central que fundamenta seu pensamento que repousa na oposição entre poder e violência. No que diz respeito ao conceito de *força* a autora sustenta que este não se assemelha ao de violência, mas, com a força dos processos naturais e com as circunstâncias dos momentos, incidindo, pois, em algo proveniente dos movimentos físicos ou sociais.

Por fim, Arendt elenca como último aspecto o conceito de *autoridade*, compreendido como o reconhecimento não questionado por aqueles a quem se pede que obedeçam, tornando-se desnecessário o uso da repressão ou da persuasão. Portanto, admitindo uma intrínseca relação de hierarquia entre os indivíduos, que pode se realizar, à guisa de exemplo, no ambiente familiar em um relacionamento entre pai e filho.

Ainda sobre o estudo acima tratado, chama atenção o prefácio apresentado por Celso Lafer, indicando os principais pontos debatidos na obra, e, dentre eles, um explicita a teoria central do que a violência representa para Hannah Arendt. Nesse sentido, Lafer (2011, p. 12) destaca que para a autora “[...] a violência e a sua glorificação se explicam pela severa frustração da faculdade de agir no mundo contemporâneo, que tem suas raízes na burocratização da vida pública, na vulnerabilidade dos grandes sistemas e na monopolização do poder [...]”. Logo, a autora refere-se a algo semelhante ao raciocínio de Galtung (1996) que compreende a violência como a persuasão em termos das relações efetivas, somáticas e mentais dos indivíduos, isto é, quando a ação imbuída de violência lhes deixa escapar o direito de suas realizações potenciais.

Em outro viés metodológico, o ensaio organizado por Zygmunt Bauman, intitulado, *Confiança e medo na cidade* (2009), merece aqui destaque, por ter grande influência no campo da sociologia e por fazer parte de uma leitura contemporânea que denota uma nova fase histórica, vivenciada pelas cidades globais, emergida em razão de um constante processo de verticalização.

No aludido ensaio, Bauman chama atenção para os efeitos produzidos pelo intenso processo de avanço das funções capitalistas nas grandes cidades, alertando para o risco oriundo do crescimento das desigualdades entre as classes sociais,

decorrente de uma profunda redistribuição de renda que tende a tornar ainda mais ricos àqueles que já são, e marginalizar ainda mais os pobres destituídos das oportunidades de consumo. Assim, não é demasiado afirmar que “[...] as cidades se transformaram em depósitos de problemas causados pela globalização” (BAUMAN, 2009, p. 32), haja vista, por adotarem um planejamento exclusivo ao atendimento das demandas de uns poucos que detêm o direito de consumo, enquanto, a marginalidade se apropria e espraia dentre os mais pobres desprovidos de direitos sociais, proporcionando, portanto, a geração de conflitos, tensões e o aumento do medo e da violência na sociedade.

A propósito, também é importante mencionar a valiosa contribuição de Slavoj Žižek (2014), haja vista, sua primorosa reflexão sobre o mundo contemporâneo que extrapola a superficialidade das interpretações. Em seu ensaio, *Violência: seis reflexões laterais*, Žižek chama atenção para a violência de estado provocada em virtude do abuso de poder das instituições públicas, tecendo uma forte crítica ao modelo de reprodução capitalista e sua expressão na organização do espaço urbano, que infringe os direitos humanos e culmina com a disseminação de uma sociedade desigual e fragmentada.

Nesse sentido, importa ponderar que o prestigioso sociólogo apresenta em sua obra um aspecto de grande expressão que promove a manutenção do exercício de práticas violentas, a saber: a reprodução de uma ordem como fator preponderante para a continuidade da desordem. Por essa razão, a violência praticada pelo estado torna-se estigmatizada em nome de uma ordem democrática, uma violência intrínseca a um sistema que se materializa não apenas da “[...] violência física direta, mas também das formas mais sutis de coerção que sustentam as relações de dominação e de exploração, incluindo a ameaça de violência” (ŽIŽEK, 2014, p. 24).

Persistindo ainda sob o aporte de leituras contemporâneas da violência, se faz mister reportar ao relevante estudo dirigido pelo filósofo sul-coreano Byung Chul Han (2016) intitulado, *Topología de la violencia*, onde o autor ora mencionado apresenta uma valiosa contribuição para a interpretação deste problema, ancorado, principalmente, no pensamento de Michel Foucault, tipificando a violência em duas principais frentes. A primeira seria codificada como *la violencia de la negatividad*, que segundo o autor se refere “[...] a toda manifestación *macrofísica* de la violencia [...] es

decir, estableciendo uma relación bipolar entre el yo y el otro, entre dentro y fuera, entre amigo y enemigo” (HAN, 2016, p. 9). A segunda, por sua vez, seria o inverso, *la violencia de la positividad*, baseada na massificação da “[...] sobrecapacidad, sobreproducción, sobrecomunicación, hiperatención e hiperactividad” (HAN, Op. Cit., p. 10).

Nesse caminhar, vale salientar que a partir da grande relevância dada, sobretudo, na Europa, aos estudos da violência, foi possível apreender um maior interesse por parte dos cientistas sociais brasileiros em discutir esse problema, demonstrado, de maneira especial, já na década de 1980, período em que se tem uma notável produção científica a propósito do tema. Desse modo, alguns autores expressaram a preocupação com os estudos sobre a violência mediante a discussão de temas consagrados, à guisa de exemplo, o crime organizado e o narcotráfico (ZALUAR, 1994b); a criminalidade no universo da juventude (ADORNO, 1998); a violência militarizada (BAYLEY, 2006), e tantas outras temáticas que trazem à luz a realidade brasileira.

Dentre um vasto elenco de autores que discutem o tema da violência na perspectiva da realidade brasileira, dois deles merecem posição de destaque por inserir de maneira definitiva o tema na agenda de pesquisa das ciências sociais com trabalhos de considerável envergadura, tornando-se autoridades nos estudos sobre a violência, além de formar novos pesquisadores, e, assim constituir uma matriz de estudos a propósito do tema.

O primeiro desses autores é a antropóloga Alba Maria Zaluar, que tem se debruçado em compreender a violência produzindo estudos (textos e livros) de grande relevância, publicados tanto em âmbito nacional como internacional. Um destes trabalhos intitulado *Condomínio do diabo* (1994a), consiste em uma rigorosa investigação empírica acerca da realidade vivenciada pela população de classe baixa da cidade do Rio de Janeiro, que sobrevive nos morros e favelas, enfrentando uma violência diuturna que se intensifica com a ausência de um estado provedor de igualdades e, conseqüentemente, com a marginalização e estigmatização de determinados grupos sociais desprovidos de todos os tipos de direitos humanos.

Do mesmo modo, pode-se dizer também que o livro de Octavio Ianni, *Capitalismo, violência e terrorismo*, publicado em 2004, constitui-se numa significativa

contribuição – tanto a nível nacional quanto internacional –, para a compreensão dos processos que têm como pano de fundo o uso de práticas violentas. Nesse sentido, Ianni sustenta seu raciocínio a partir da reflexão das configurações geo-históricas, político-econômicas e socioculturais do capitalismo e como sua influência interfere direta e indiretamente na vida de indivíduos e coletividades, resultando na continuidade das desigualdades e das contradições que têm na violência sua representação mais sintomática.

Com efeito, assentimos com Ianni que compreende a violência como uma força produtiva básica, visto que, a globalização do capitalismo necessita da organização intensiva e extensiva de práticas violentas para o seu pleno funcionamento. Não por acaso, adverte o autor que “trata-se de uma nova e muito diferente configuração geo-histórica, político-econômica e sociocultural, constituindo uma outra e nova totalidade histórica e teórica [...]” (IANNI, p. 142).

Portanto, a assertiva acima se aproxima de nosso real interesse neste primeiro momento, que consiste em compreender a inserção do estudo da violência nas ciências sociais e, subsequentemente, na geografia que muito tem a contribuir a respeito do tema, tanto numa perspectiva geopolítica quanto geoeconômica, mas, sobretudo, numa perspectiva espacial, algo que ainda tem sido pouco discutido pelos geógrafos.

➤ *A recente inserção da violência nos estudos geográficos*

Uma característica que distingue a geografia das demais ciências do conhecimento científico é sua capacidade de analisar, compreender e interpretar a realidade, a partir dos mais diferenciados temas investigados no transcorrer da história, mesmo aqueles que só recentemente têm surgido com destaque na agenda de debates geográficos. Tão logo, não é difícil de se admitir que isso só se torna possível, em virtude da relevância de um elemento indispensável a realização do fazer geográfico: o espaço.

Nesse sentido, é a partir do entendimento das relações que se processam no espaço geográfico que a geografia, como ciência, ganha notoriedade na discussão de temas que, até então, não eram tidos como pertinentes a sua área, especialmente, aqueles de cunho social que outrora eram debatidos apenas nas ciências sociais, por juristas, pela Ciência Política e áreas afins. Preenchendo, portanto, uma lacuna do conhecimento em aberto por muito tempo.

Não obstante, é por essa razão que “em função dessa recente redescoberta do espaço geográfico, alguns pesquisadores têm-se voltado para a Geografia, como alternativa válida para a compreensão das relações em que o fator espacial tem um papel a desempenhar” (AMORIM FILHO, 1983, p. 81), preocupação que vale destacar, tornou possível a inserção de temas como o das finanças, da fome, da violência e tantos outros que culminaram no aperfeiçoamento dos métodos de análise, descrição e interpretação do espaço geográfico e, por conseguinte, na compreensão das dinâmicas especiais.

Pertinente a processos espaciais emanados de distintas configurações territoriais, a violência tem se instituído dentre as variáveis mais ponderadas e discutidas no âmbito acadêmico do período recente, especialmente, quando levadas em consideração suas características espaciais, o que confere a geografia – tanto numa perspectiva teórica quanto na óptica da técnica – atributos de grande relevo à realização de análises e interpretações do comportamento desse processo no espaço geográfico.

Contudo, a inserção desse tema na agenda de estudos da geografia brasileira se dá de forma tardia em relação ao que vinha sendo produzido por outras áreas do conhecimento tanto em escala nacional quanto global. A propósito, os primeiros estudos sobre o tema da violência na geografia brasileira, só vão surgir no final da década de 1990, a partir da construção de dissertações de mestrado e teses de doutorado. Vale advertir, pois, que precedente a esse período o que havia de concreto eram textos publicados em anais e periódicos nacionais e internacionais.

Dentre os estudos catalogados, destaca-se a dissertação de mestrado de Andreino de Oliveira Campos, defendida no ano de 1998, no Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), intitulada, *Do Quilombo à Favela: o tráfico de drogas enquanto estratégia de sobrevivência ilegal nos marcos de uma ordem segregacionista*, sob orientação de Marcelo José Lopes de Souza. Portanto, a propositura da elaboração do referido estudo apresenta bases a adição do tema no âmbito da geografia.

Nessa perspectiva, observou-se um avanço significativo de estudos acerca do aludido tema sob uma perspectiva geográfica, conforme pode-se perceber a partir da catalogação obtida da produção acadêmica em nível de Pós-Graduação no Brasil, retratada nos gráficos 1, 2 e 3, subsequentes, que resultou na realização de trabalhos de folego que trazem a luz as características espaciais da violência, isto é, desvelando as múltiplas faces desse processo no território brasileiro, e assim, tornando possível mediante à acepção de diferentes contextos, uma interpretação condizente à luz da realidade alagoana.



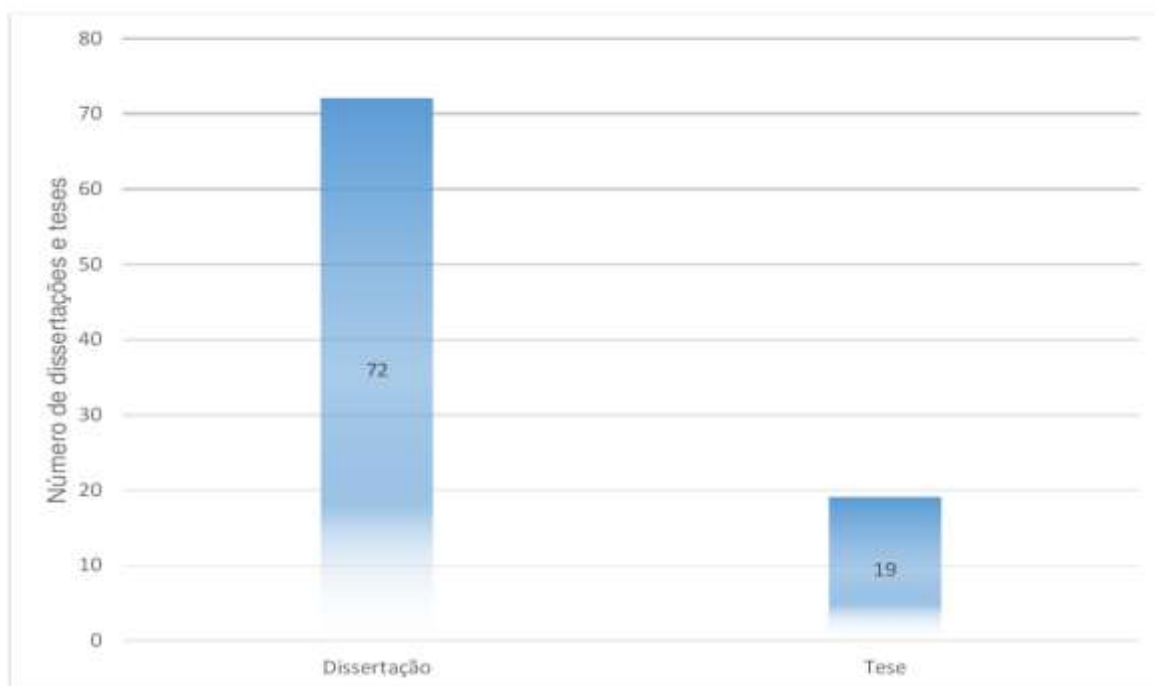


Gráfico 1. Número de dissertações e teses sobre o tema da violência produzidas nos programas de pós-graduação em geografia do Brasil (1998-2014).

Fonte de dados: Bibliotecas e sítios eletrônicos dos programas de pós-graduação em geografia do Brasil.

Organização: OLIVEIRA, Luã Karll de, 2015.

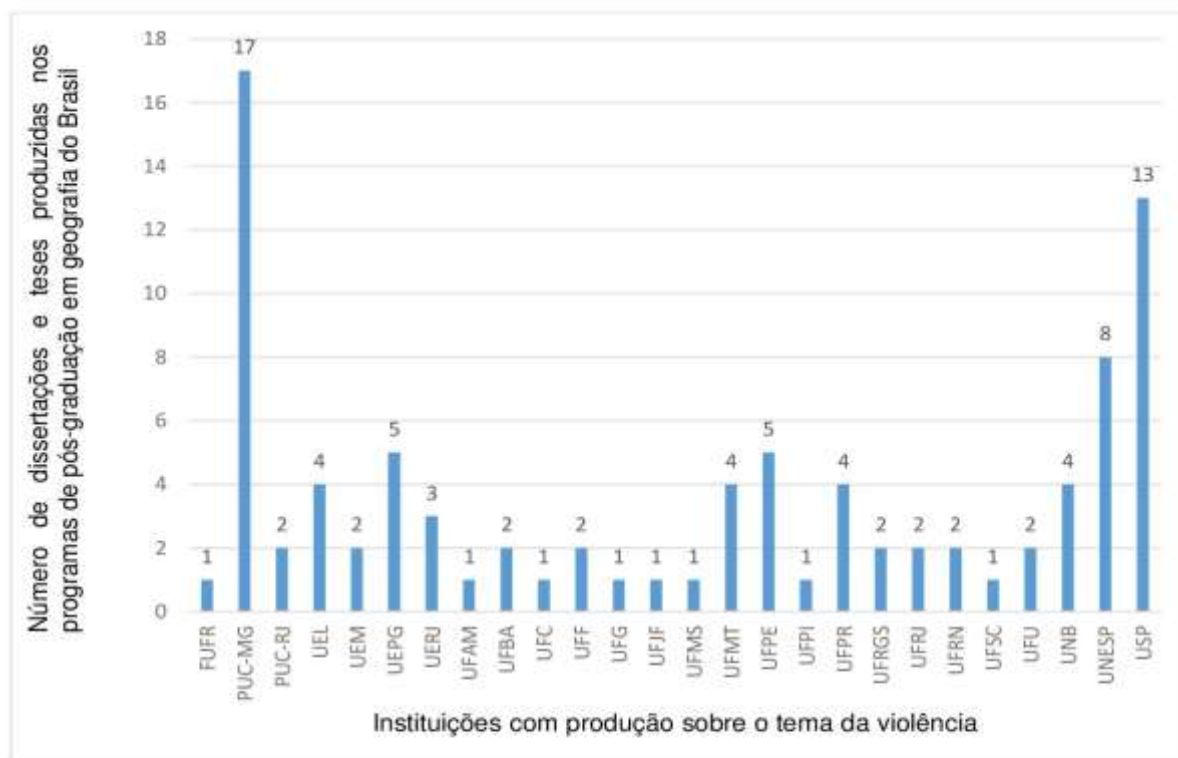


Gráfico 2. Produção de dissertações e teses sobre o tema da violência nos programas de pós-graduação em geografia do Brasil por instituição de ensino superior (1998-2014).

Fonte de dados: Bibliotecas e sítios eletrônicos dos programas de pós-graduação em geografia do Brasil.

Organização: OLIVEIRA, Luã Karll de, 2015.

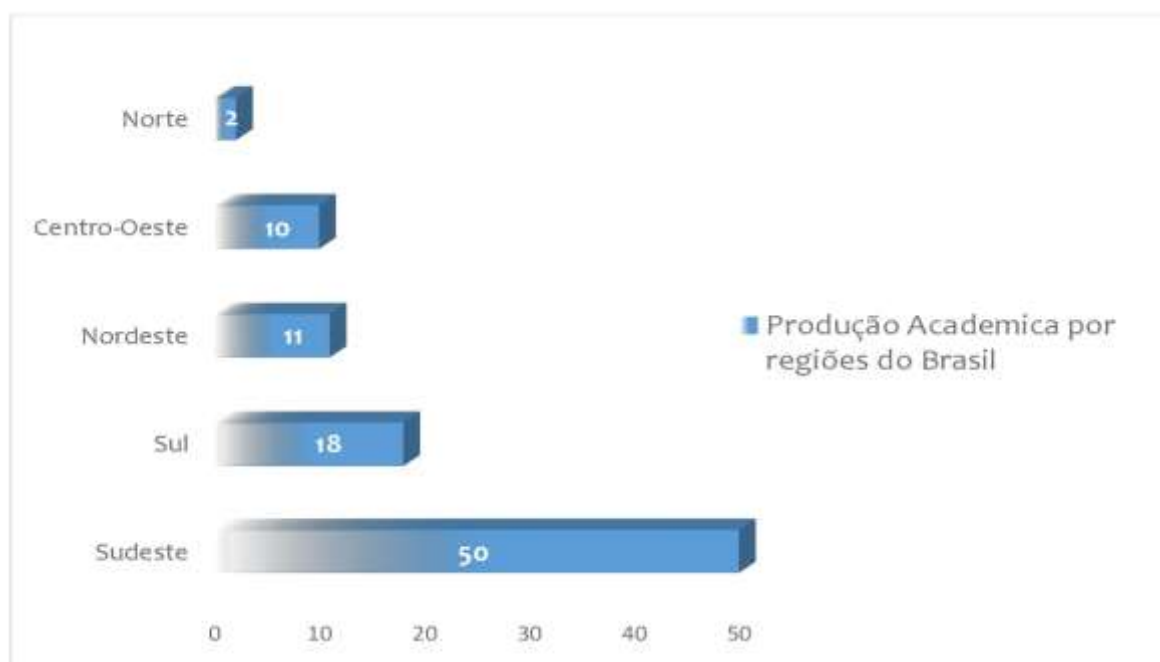


Gráfico 3. Produção acadêmica de dissertações e teses sobre o tema da violência por regiões do Brasil (1998-2014).

Fonte de Dados: Bibliotecas e sítios eletrônicos dos programas de pós-graduação em geografia do Brasil.

Organização: OLIVEIRA, Luã Karl de, 2015.

Ainda que de forma acanhada, é incontestável o progresso quantitativo da produção acadêmica acerca do tema da violência na geografia brasileira desde o final da década de 1990. Dos principais centros de estudo do país, São Paulo e Minas Gerais, respectivamente, se destacam por concentrarem praticamente a metade dos trabalhos desenvolvidos, mais precisamente, são 41 trabalhos dos 92 catalogados, transformando a região sudeste em um centro de referência nos estudos da violência. O que traduz, decerto, os desdobramentos das pesquisas científicas e o reconhecimento da importância de se analisar e interpretar as faces da violência a partir das distintas realidades do território brasileiro.

Destarte, dentre as produções acadêmicas que emergiram sob a perspectiva do tema da violência, algumas são por excelência imprescindíveis para o desenvolvimento desta pesquisa, principalmente, pela investigação minuciosa de elementos de extrema relevância que se aproximam do nosso enfoque prioritário neste estudo. É por essa razão, que se optou aqui por conceder a estes trabalhos uma maior evidência.

Utilizando-se de uma ordem cronológica para sistematizar nosso esforço de raciocínio, consideramos como primeiro trabalho de grande relevância a tese de doutoramento desenvolvida sob a batuta do geógrafo Lauro Luiz Francisco Filho intitulada, *Distribuição espacial da violência em Campinas: uma análise por geoprocessamento*, defendida no ano de 2004. Com efeito, se faz mister afirmar que o referido estudo confere maior espaço ao tema na agenda de pesquisas da geografia brasileira, por possibilitar o entendimento das características essenciais que dão origem a violência no território brasileiro e, especialmente, na cidade de Campinas.

Desse modo, através da distribuição espacial dos homicídios na cidade de Campinas, o referido autor identifica os tipos mais frequentes de práticas violentas decorrentes no território campineiro, e os relaciona aos principais indicadores sociais através da aplicação do uso do geoprocessamento e do sistema SAGA (Sistema de Análise Geo-Ambiental) como ferramentas de interpretação e análise da violência, buscando apreender um modelo que possa contribuir à compreensão dos processos urbanos concernentes a espacialização da criminalidade violenta.

No mesmo diapasão, outro trabalho de considerável envergadura para a geografia brasileira, consiste na tese de doutoramento de Lucas de Melo Melgaço intitulada, *Securização urbana: da psicoesfera do medo à tecnoesfera da segurança*, defendida em 2010. No referido estudo, o mérito do autor incide na realização de uma minuciosa investigação com o intuito de apreender como as cidades se transformam em decorrência da violência, uma transformação oriunda, sobretudo, pelo medo infligido por essa violência que faz reproduzir, portanto, os sentimentos de medo e insegurança no cotidiano da população.

Partindo dessa premissa, o autor analisa dois aspectos primordiais que no decorrer do trabalho vão sustentar seu raciocínio. O primeiro diz respeito ao surgimento de espaços exclusivos, o segundo, versa sobre a informatização do cotidiano para fins de segurança. Daí, portanto, se denota a aproximação da violência com a geografia realizada pelo autor, rompendo ao nosso ver, com um velho paradigma que aponta o referido tema como não próprio da geografia, mas, das ciências sociais (Sociologia, Filosofia, Antropologia) e áreas afins.

Ao contrário do que se apresenta, com a leitura da tese do elucidado autor, fica nítido que o papel da violência na produção de uma nova configuração espacial não tem escapado aos olhares dos geógrafos, ainda que estes só tenham se dado conta desse fato recentemente. Por essa razão, torna-se imprescindível conceber a intrínseca relação da violência com a geografia, visto que, a compreensão do espaço geográfico pode se tornar um grande aliado para quando se busca apreender os processos que dão origem a violência.

Por esse motivo, adverte o autor que “não se trata, assim, de uma pesquisa exclusiva sobre condomínios ou sobre o uso de câmeras de vigilância, mas sim de um esforço de entendimento dos motivos e das consequências da criação de uma sociedade securitária” (MELGAÇO, 2010, p. 24), e finda relevando que “a paranóia securitária não é apenas social, mas também espacial, pois se concretiza nos lugares, regiões e território, o que justifica um estudo geográfico sobre o assunto” (ibidem, p. 24), tornando, portanto, a securização um dos elementos preponderantes para se entender o período técnico-científico-informacional anunciado por Santos e Silveira (2006).

Outro trabalho de grande relevo versa sobre a dissertação de mestrado defendida por Evandro Camargos Teixeira, no ano de 2005, intitulada, *Estimando o impacto econômico da violência: custos da criminalidade em Curitiba*, o que realça o referente estudo como uma importante contribuição em duas frentes distintas. A primeira relacionada aos estudos sobre criminalidade violenta na geografia brasileira, um campo pouco explorado pelos geógrafos de um modo geral. Já a segunda vertente se aproxima dos estudos sobre geografia econômica, indicando diversas questões passíveis de investigação.

Destarte, como possibilidade de investigação Teixeira alerta para os aspectos econômicos e sociais, por serem elementos centrais para a compreensão do avanço da criminalidade violenta na cidade de Curitiba. Por conseguinte, adverte que essa configuração territorial estabelece novos sentidos e valores de uso do território para os indivíduos, fazendo emergir um sentimento forçado de insegurança e impunidade que transcende negativamente o grau de confiabilidade dos indivíduos sob as autoridades governamentais, modificando de maneira constante a paisagem e o cotidiano do território curitibano. Diante disso, discorre o autor que

Este avanço mundial do crime violento tem estabelecido em toda a sociedade um sentimento generalizado de insegurança e impunidade, que vem comprometendo o bem-estar de todos os indivíduos, independentemente da classe social. Os governos alocam um montante cada vez maior de recursos no combate ao crime e os cidadãos recorrem às grades, às cercas eletrificadas e aos altos muros para buscar a reclusão e o isolamento social, tornando-se reféns do próprio medo. Além disso, esse custo social reduz a eficiência do setor legal da economia e desvia recursos e agentes para a atividade econômica ilegal (TEIXEIRA, 2005, p. 1).

Portanto, não é difícil admitir-se que esse processo desvela uma forte tendência de transformação sofrida pelas das cidades brasileiras, interferindo diretamente na relação dos indivíduos com o espaço habitado. Pois, se outrora, estes espaços eram tidos por espaços de socialização, espaços centrais para a produção e reprodução do estilo de vida dos indivíduos, agora os mesmos tendem cada vez mais a reforçar a fragmentação, tornando-se espaços segregados e excludentes, evidenciando a concepção de que o medo é o pão cotidiano dos cidadãos (MORAIS, 1983). O que justifica a securização do território em nome de uma sensação de segurança.

Outro estudo que segue uma linha de raciocínio semelhante ao supracitado e que, por isso mesmo, ganha notoriedade, de modo especial, em nosso trabalho, é a dissertação de mestrado de Luciana Maria da Cruz defendida em 2010, intitulada, *Morfologias urbanas do medo: a materialização da (in) segurança em bairros nobres do Recife*. Sobre o estudo tratado chama atenção para a discussão do segundo capítulo, **os serviços de segurança e seus reflexos no espaço geográfico**. Aqui o ponto central discutido pela autora diz respeito ao constante embate entre o par segurança pública versus segurança privada, reverberando nas implicações espaciais dos processos de segregação e fragmentação.

Não obstante, observou-se um acirramento profundo dessas dinâmicas no território brasileiro, especialmente, a partir da década de 1990 “com o revigoramento do pensamento liberal [...]” (CRUZ, 2010, p. 37-38), que culminou em um cavalariço processo de desestatização do aparelho público em todas as porções do território nacional. Com efeito, um dos setores que mais sofreram impacto com esse processo é certamente o de segurança pública, tanto é que “a segurança privada surge estimulada por mudanças importantes nas dinâmicas sociais das sociedades, sobretudo, nos grandes centros urbanos [...]” (ibidem, p. 38).

A dissertação de mestrado defendida por Wagner Barbosa Batella, que apreende a análise espacial da criminalidade violenta e seus condicionantes no estado de Minas Gerais, é aqui destacada, também, pela importância atribuída aos estudos sobre criminalidade violenta. Nesta pesquisa chamamos atenção para a metodologia aplicada pelo autor – que se assemelha, em certa medida, a que será aplicada em nosso estudo – que se deu desde uma extensa e minuciosa revisão da literatura sobre o aludido tema, perpassando pela discussão a propósito do papel do geógrafo nos estudos sobre violência e criminalidade, e concluída mediante uma caracterização geográfica a propósito do Estado de Minas Gerais.

A propósito do estudo acima mencionado, Batella (2008) elabora uma relevante classificação dos principais tipos de violência ocorridas no estado de Minas Gerais, apresentando as análises das relações entre criminalidade violenta contra o patrimônio e contra a pessoa e seus condicionantes. Nessa perspectiva, adverte o autor que “a Geografia há algum tempo contribui para este debate, uma vez que a violência guarda consigo um forte componente espacial, que se faz notório por meio da identificação de padrões específicos em sua distribuição espacial” (ibidem, p. 18). Não obstante, reafirmando o caráter multifacetado desse processo, haja vista, que diferentes contextos espaciais são imbuídos de distintas realidades e formas de relação cotidiana, o que nos conduz a apreender, que as práticas violentas adquirem formas as mais díspares de acordo com as intencionalidades de cada território.

Portanto, se faz mister reafirmar que os estudos aqui elencados, desenvolvidos no âmbito da geografia brasileira, podem ser considerados referências obrigatórias para o estudo geográfico da violência, sobretudo, por desvelarem diferentes perspectivas da violência que permitiram à apreensão da dinâmica do território brasileiro no período histórico atual marcado conforme observou Santos (2001), pela produção de uma globalização que se dá como perversidade sistêmica.

Nesse sentido, pode-se apreender, a partir dos estudos acima discutidos, um esforço de afirmação do tema ora investigado na agenda de pesquisas da geografia brasileira, principalmente, por demonstrarem a complexidade desse processo que, não obstante, se intensifica e acirra a dialética do mundo contemporâneo nessa era da globalização, consolidando, portanto, o fim da ética, da cidadania e da política.

➤ *Objetivos, pressupostos teóricos norteadores e organização da dissertação*

Em busca da formulação de um sistema de ideias atinentes a realidade investigada, se faz mister expressar que o trabalho ora apresentado se interessa por analisar e interpretar, numa perspectiva geográfica, conforme sugeriu o geógrafo francês Pierre George (1972), a relação entre o impacto provocado pelo processo de securização do território, promovido por parte das grandes empresas privadas de segurança, com o crescimento exponencial da violência homicida no estado de Alagoas, assistido, de modo especial, a partir do início do século em curso. Vislumbrando assim, contribuir com uma análise crítica a respeito da insuficiente participação do poder público local na articulação e execução das políticas de enfrentamento e combate desse problema, que campeia as terras alagoanas desde os tempos idos.

Deste modo, com a finalidade de apreender o problema investigado em sua totalidade, elencaram-se alguns caminhos particulares, que norteiam este todo. Eles constituem os *objetivos específicos* da análise. A saber:

- ✓ Compreender e interpretar as particularidades do processo de securização do território alagoano;
- ✓ Compreender e interpretar a propagação recente da violência homicida em Alagoas e seus efeitos no cotidiano da população;
- ✓ Analisar e interpretar os fatores que incidem para a ascensão da violência homicida em Alagoas à luz de sua estrutura social;
- ✓ Contribuir a partir do estudo desse processo, com as políticas de desenvolvimento territorial do estado de Alagoas.

Nesse sentido, o processo de investigação, compreensão e interpretação da realidade analisada foi norteado pelo pressuposto de que, a produção da violência homicida assistida em Alagoas, especialmente, a partir do século em curso, está atrelada a securização do território, financiada, por sua vez, pelas forças hegemônicas – presentes na figura das grandes empresas de segurança privada – com o propósito de (re) produção do capital.

Ademais a esta seção introdutória aqui apresentada, o trabalho é estruturado em quatro seções que buscam expressar, de forma sistemática, a pesquisa intitulada, *Uso corporativo do território e produção da violência no estado de Alagoas*.

A seção 1, intitulada *Formação do território alagoano: da gênese ao período atual*, versa sobre uma abordagem a propósito do processo de formação territorial de Alagoas, considerando seus aspectos políticos, socioeconômicos e culturais, do mesmo modo a compreender a partir desse processo as particularidades de um território que sofre desde o período de sua colonização com a disputa pela hegemonia e o poder de suas oligarquias.

A seção 2, denominada *A violência como expressão da perversidade sistêmica*, tem como intento compreender os problemas estruturais que culminam no crescimento das desigualdades e, subseqüentemente, da continuidade de uma violência estrutural que acompanha a sociedade alagoana desde tempos pretéritos.

A seção 3, *Faces da securização no território alagoano*, busca analisar e interpretar como se dão as relações de produção capitalista frente a ascensão exponencial da violência homicida no território alagoano, explicando o papel fundamental das empresas de segurança privada e do Estado nessa trama de poderosas engrenagens do capital.

A seção 4, *Da perversidade à cidadania: para além da segurança pública*, tem como intento realizar uma aproximação entre a geografia e o debate com a política, considerando um uso mais solidário do território que contemple todas as dimensões da sociedade.



## **Seção 1**

---

Formação do território alagoano: da gênese ao período atual

➤ *Formação política e socioeconômica de Alagoas*

Poucos são os estudos que se preocupam em esquadrihar o universo geográfico de uma dada formação socioespacial assinalada historicamente por um conjunto de problemas estruturais que resistem ao fardo do tempo e se perpetuam até os dias de hoje, conforme é possível de se observar no processo de formação territorial do estado de Alagoas. Por essa razão, entende-se aqui que não se pode estudar um dado território e os processos espaciais inerentes à sua configuração, sem antes consultar, mesmo que brevemente, sua formação histórica, política e socioeconômica, o que consiste num importante recurso de análise e interpretação da ação do homem e das diferentes sociedades no transcurso da história. Pois, como bem frisou Santos (1995)

É sempre temerário trabalhar unicamente com o presente e somente a partir dele. Mais adequado é buscar compreender o seu processo formativo. Quando nos contentamos com o presente, e partimos dele, corremos o risco de estabelecer uma cadeia causal inadequada que pode comandar o raciocínio numa direção indesejada. (SANTOS, 1995, p. 698).

Antes de iniciar uma análise a propósito das particularidades que caracterizam a formação do território alagoano, se faz oportuno deixar transparente, de certo modo, que não se tem a pretensão de realizar uma investigação historiográfica de tempos idos sobre o estado de Alagoas. O intento que fundamenta e dirige este estudo, neste primeiro momento, perpassa pela compreensão das principais características que se expressam como marco desse período, trazendo à luz o entendimento sobre a capacidade de (re) organização institucional das elites dirigentes alagoanas, que “[...] passaram sem sobressaltos de um regime para outro, mantendo-se, com ligeiras adaptações, nos postos de comando regional” (TENÓRIO, 2009, p. 9). Desse modo, regendo relações conflitantes e contraditórias em uma extensa história colonial e agrária que se confunde assimetricamente com os tempos atuais, marcado por uma perversidade sistêmica imputável ao presente processo de globalização.

Desta maneira não é demais afirmar que o estado de Alagoas se revela como um território desigual, complexo, marcado, por relações de poder imbricadas tanto no âmbito de seus grupos políticos como nas relações sociais e interpessoais, tão logo, acentuadas por um déficit democrático que incide na desarticulação de uma

sociedade aonde “[...] os conservadores plasmaram sua predominância por meio do domínio das famílias, grupos e clãs tradicionais, firmando-se o coronelismo que sustentava as oligarquias locais” (TENÓRIO, 2009, p. 15). Oligarquias dominantes enraizadas e presentes no contexto da sociedade alagoana até os dias de hoje, sobrevivendo e resistindo às metamorfoses do tempo, ancoradas sob o alicerce de velhas conjunturas travestidas por novos atores.

Nesse sentido, a formação política e socioeconômica do estado de Alagoas, pode ser assim, entendida, a partir da sucessão de acontecimentos historicamente arraigados e presentes no cotidiano da sociedade que, assinalam uma forte característica de desigualdade e subserviência, tanto política quanto constitucional do estado em relação aos interesses dos eixos dominantes. Tal constatação se confirma nas palavras do historiador alagoano Douglas Apratto Tenório, ao asseverar que “[...] os estados de menor relevância tiveram sua história local quase ignorada ou interpretada a partir de deduções de análises construídas para explicar os estados mais fortes, como São Paulo, Minas Gerais ou Rio de Janeiro [...]” (2009, p. 14).

Desta maneira, pode se assegurar que a consolidação do processo de formação territorial de Alagoas se dá com a eminência de conflitos e contradições que marcaram significativamente a sociedade alagoana desde os primeiros tempos, anunciando um famigerado contexto de irrestrita inobservância aos direitos primordiais para o pleno exercício da cidadania e, por conseguinte, contribuindo de forma determinante para o aprofundamento das “culturas de violência e intolerância que perpassam todas as classes sociais, e estão presentes em muitos capítulos da história política alagoana [...]” (FERREIRA; COSTA, 2011, p. 11).

Nessa perspectiva, se faz mister evidenciar antes de quaisquer análises, que essa realidade vai se constituir de maneira sofrível para a população alagoana – que já naquele período habitava a então província de Pernambuco que posteriormente se tornaria o hoje Estado de Alagoas –, de maneira especial, em tempos que subjazem os séculos XVI e XVII, quando através do uso, em muitas situações, do poder de coerção e da violência regidas a ferro e a fogo “[...] o território foi sendo desenhado pelos movimentos de disputa e ocupação – como a luta contra a presença francesa no litoral, a guerra do extermínio aos indígenas, a resistência aos holandeses e a mobilização contra o Quilombo dos Palmares” (CARVALHO, 2015, p. 11). Movimentos

em essência, caracterizados pela primazia do exercício da violência, pois, ao que tudo incide, a violência desponta historicamente como “[...] parte integrante da história de Alagoas, talvez a sua principal característica e o traço que melhor a define” conforme observou o historiador alagoano Geraldo de Majella Marques (2006, p. 20).

Destarte, parece não ser demasiado o entendimento de tal fato, visto que, “desde o boom dos descobrimentos, da expansão comercial e marítima de portugueses e espanhóis, franceses e ingleses, até a aceleração global dos mercados com a revolução industrial e a modernização no século XIX [...]” (TENÓRIO, 2015, p. 3), as terras alagoanas assistiram a um descompassado, violento e sanguinolento processo de colonização que influenciou diretamente os traços da formação territorial do estado.

Diante destas particularidades que acometeram a formação territorial de Alagoas, a sociedade e a economia foram sendo moldadas através da introdução da cultura europeia, de modo especial, advinda do processo de ocupação da coroa lusitana. Com isso, se foi possível a inserção de dois elementos que se tornariam, em certa medida, os principais pilares da produção econômica do estado de Alagoas: “os primeiros engenhos de açúcar, todos localizados na faixa litorânea; e o rebanho bovino, formador das fazendas de gado que ocupam o interior” (CARVALHO, 2015, p. 12). Duas atividades que, de modo peculiar, definiram as formas de relação econômica, social e cultural, influenciando diretamente na política que marcou os principais caminhos da sociedade e do estado.

Nesse caminhar, se faz oportuno fazer uma breve ressalva a propósito desse contexto, tendo em vista, a grande relevância que essas atividades econômicas tiveram para o desenvolvimento socioeconômico do estado de Alagoas. Assim, se observa que essas atividades econômicas – com maior representatividade à indústria açucareira em função de sua alta rentabilidade e valor comercial tanto no mercado interno quanto externo –, significaram a gênese do processo de povoamento de grande parte do território alagoano (ALTAVILA, 1988), nos dois primeiros séculos de sua história. Não por acaso, “o povoamento de Alagoas foi determinado pelos engenhos de açúcar que, junto às fazendas de criação de gado, formaram uma sociedade profundamente hierarquizada” (CARVALHO, 2009, p. 10).

A propósito da forte influência da cultura canavieira em terras alagoanas, Carvalho (2015) acentua que

A atividade canavieira monopolizou o uso do espaço agrícola na zona da mata, fomentou a concentração de terras e riqueza, impedindo o desenvolvimento do mercado interno, criando uma forte subordinação à instabilidade dos mercados externos. No plano social, a cana-de-açúcar “formou uma sociedade hierarquizada, de castas, escravistas, senhorial, de traços feudais, que influencia as nossas vidas até hoje” (CARVALHO, 2015, p. 49).

Para se ter uma dimensão da intensidade com que a história de Alagoas está atrelada a expansão e o cultivo da cultura canavieira pelo seu território, Manuel Diégues Junior em sua expressiva obra sobre a história do açúcar em terras alagoanas advertiu que “a história dos engenhos de açúcar nas Alagoas quase se confunde com a própria história do hoje Estado, antiga Capitania e Províncias”. E complementa afirmando que a “história de um ditou e condicionou a do outro” (DIÉGUES JÚNIOR, 2006). Essa visão fica ainda mais notável nas palavras de Silva (2014, p. 19), para quem, “falar do cultivo da cana e da produção açucareira em Alagoas consiste em revisitar a sua formação territorial, desde o século XVI, quando ainda constituía parte da capitania de Pernambuco, aos dias atuais”.

Visto dessa forma, não é de se estranhar que nesse contexto de hegemonia e dominação de uma política econômica excludente – a política açucareira das elites dominantes – “a estrutura de propriedade da terra, com o conseqüente sistema de poder, criada nos três primeiros séculos de colonização, marcou para sempre o modelo econômico e social de Alagoas” (CARVALHO, Op. Cit., p. 49).

Sendo assim, o reconhecimento prévio desses aspectos permite, decerto, aproximar-se do entendimento de elementos importantes da gênese de formação do território alagoano e suas complexas configurações, erigidas sob diferentes maneiras pelas estruturas de poder locais que se consolidavam cada vez mais, sobretudo, com a pujança de atividades econômicas de alto valor no comércio internacional. No caso de Alagoas, em especial, com destaque para a cultura da cana-de-açúcar que naquele período fazia frente a cultura do café implementada fortemente no Sudeste, especialmente, o café produzido no estado de São Paulo, e as minas de ouro do estado de Minas Gerais.

É, portanto, a partir daí que se engendram relações hierarquizadas consolidando, ainda mais, o latifúndio excludente, que desde então, tem agravado profundamente a estrutura social alagoana, reproduzindo um acentuado quadro de concentração de renda, desigualdades e injustiças que incidem na (re) produção da violência e da intolerância como prerrogativas ao cego “exercício de poder” das elites oligárquicas. Por essa razão, assentimos com a afirmação do sociólogo Edson Bezerra (2010, p. 7), quando chama atenção para o fato de que “foi nestas condições que tivemos a montagem de uma sociedade articulada pelo *patrimonialismo* e pela expropriação da mão de obra africana e índia”. Não por acaso, as duas principais sociedades que sofreram com o processo de colonização europeia, não só de Alagoas, mas do território brasileiro.

Adjacente ao estabelecimento dessa conjuntura política e social de interesses que se instaura em Alagoas, constituiu-se um regime autoritarista e excludente de aprofundamento da pobreza e da miséria sobre os povos mais pobres. Por conseguinte, este processo se intensificou, de maneira especial, quando da tomada das terras, de forma abusiva e sangrenta, pelos médios e grandes proprietários e senhores de engenho, para o cultivo extensivo das plantações da cana de açúcar, o que levou a quase total supressão da população indígena e negra que no território alagoano sobrevivia. Não obstante, esse processo ocorre de forma acentuada em Alagoas, visto que, “a devoração das matas pelo fogo das fornalhas dos engenhos e dos roçados grandes significou a degradação da pobreza colonial, que surgira na época da conquista e ocupação, e sua conversão em miséria sesmeiro-escravista” (LINDOSO, 1983, p. 93).

Ademais aos aspectos elencados acima, não se deve menosprezar o fato de que a constituição política e econômica do território alagoano, é caracterizada fortemente por um estilo hegemônico e arbitrário de dominação tradicional que se convalida com a (re) produção de práticas clientelistas e de relações coronelistas. Desse modo, não é de se causar espanto quando da ausência de direitos democráticos, sociais, econômicos, políticos e culturais a maior parte da sociedade alagoana, prevalecendo, portanto, “[...] uma estrutura social e política marcadamente injusta, desigual e excludente, com fortes traços de um autoritarismo perverso que reproduz numa cultura de mando e nega os direitos humanos [...]” (FERREIRA; COSTA, 2011, p. 22).

Nesse sentido, torna-se necessário mostrar que essas relações não só são inerentes a formação do território alagoano, mas, do mesmo modo, a formação socioespacial brasileira, o que se traduz numa sofrível combinação de pobreza e fragilidade escancarada através de seus principais indicadores sociais. Em conformidade com essa realidade, de certo modo, a formação territorial de Alagoas parece se confundir com o que ocorria concomitantemente com a formação socioespacial brasileira. Isso se observa, sobretudo, no período mais efervescente da produção agrícola no país, quando a atividade canavieira era o motor principal da economia nacional. No entanto, esse período vai perdurar até o momento em que o setor sucroalcooleiro alagoano sofre uma grave crise, em função, dentre outras razões, da dificuldade de adaptação as inovações tecnológicas gerando fortes obstáculos à sua modernização.

Ademais, em Alagoas isso se explica, entre outros fatores, quando observada a barreira histórica criada à modernização do sistema econômico do estado, pois, ainda se mantém de tempos pretéritos, porém, com uma nova roupagem, fortes relações escravistas impelidas pela ganancia de grandezas, conquistas de terras e poder, vislumbrando um crescimento horizontal máximo da produção e a concentração fundiária com o intento de enriquecimento, ainda maior, das elites dirigentes.

Portanto, observa-se a partir desse contexto social, que Alagoas desvela particularidades expressas através de um arcaico *modus operandi*, congruentes com um modo “apolítico” de suas elites dirigentes, se constituindo tanto nas articulações de favores e perseguição que estimulam o surgimento de práticas de intolerância que permeiam os espaços de poder e as relações sociais, como nos problemas estruturais que findam no crescimento das desigualdades.

Outrossim, se faz mister advertir que essas características singulares do território alagoano devem ser analisadas em sua totalidade, pois, as complexidades devem ser compreendidas em suas múltiplas escalas geográficas, onde o particular e o universal fazem parte de um mesmo movimento dialético (KOSIK, 2011).

➤ *As oligarquias e a construção de uma história marcada pelo poder*

Analisar e apreender o processo de instauração e conservação, até os dias de hoje, das oligarquias imersas na velha ordem imperial que se engendraram no estado de Alagoas – especialmente, no período pós regime monarquista no Brasil, estabelecido por complexas redes de relações econômicas, sociais e, conseqüentemente, culturais que conferiram os moldes de ser, agir e pensar da sociedade alagoana –, exige uma interpretação fundamentada acerca de um contexto histórico marcado por intensas e constantes disputas pelos principais postos de comando local que influenciaram diretamente no presente conturbado e assimétrico do território alagoano.

Desse modo, parece ser oportuno fazer uma advertência inicial, mesmo tendo em vista, o eminente risco de se cair em uma tarefa redundante. Assentimos, pois, que não restam dúvidas de quão turbulento e efervescente foi o referido período, que se vinha gestando, em parte, e se consolida com a instauração do novo modelo político institucional brasileiro, a república, que tão logo instituída e em plena vigência, não se configurou como um movimento que demonstrasse um forte teor social. Na verdade, essa nova ordem política fez acalorar as disputas pelo poder e pela hegemonia, travadas entre as velhas e tradicionais oligarquias e grupos detentores do poder econômico do estado de Alagoas. Em resposta a esse novo contexto histórico, as elites dominantes se estruturaram, de tal forma, a assegurar de maneira autoritária uma base de poder sólida, quase vitalícia, de seus principais agentes, com o intento de açambarcar a supremacia sobre os postos de comando estadual e, por conseguinte, regional.

Dessa forma, o período de afirmação e consolidação das oligarquias assistido pela sociedade alagoana, é sintomático, pois, se apresenta fortemente marcado pelo exercício visceral, até os tempos atuais, de práticas notórias pelo uso da coerção, da dominação, do excessivo e abusivo uso de poder. Sem olvidar, das imponentes ações violentas que se faziam valer de forma sanguinolenta sobre assalariados, camponeses, a pequena burguesia rural, a classe média, e ademais, decerto, dos mais pobres e desiguais, favorecendo ainda mais para o acirramento das



desigualdades socioespaciais, que representam a “bem-sucedida” intencionalidade do modelo apolítico de se governar em Alagoas.

Outrossim, velhas práticas pregadas em tempos idos, mas, que se mantêm tenazes nas ações contínuas das oligarquias agrárias e dos grupos políticos locais até os dias de hoje. A guisa de exemplo, há de se pronunciar os casos de violência e hostilidade perpetrados contra os grupos de cultura afro-brasileira, no fatídico episódio que ficou conhecido como “o quebra-quebra dos terreiros”, que se estendeu desde a capital alagoana, Maceió, até o interior do estado, no alvorecer do século passado, como forma imperativa de retaliação, repressão e “[...] advertência inconsciente da elite branca contra os “descaminhos” de igualitarismo que permeiam a evolução da sociedade urbana” (TENÓRIO, 2009, p. 16).

Portanto, partindo dessa propositura se faz mister advertir uma instância de primeira ordem a despeito do quadro político conturbado que se proclama no estado de Alagoas. Trata-se, das peculiaridades que marcaram profundamente esse período da história alagoana, que vale destacar, se abre a partir da aurora do século passado, mais precisamente, com o advento do movimento de fortalecimento e consolidação da nova república, liderado por membros que “[...] eram antes liberais avançados, liberais radicais que a dissidência fizera aproximar dos postulados republicanos” (CARVALHO, 2015, p. 238). Destarte, não se deve olvidar que este novo modo de fazer político, trouxe à luz o estabelecimento de relações antagônicas que se deram no seio de uma conjuntura política e social que influenciou fortemente os direcionamentos da economia e da cultura alagoana, repercutindo episódios conflitantes no centro e na periferia do poder.

Nesse sentido, uma expressão de grande relevo para o entendimento do aludido processo – início do período republicano – atinente com o contexto destacado anteriormente, pode ser verificada a partir da manifestação dos antagonismos e jogos de interesses vigentes no âmbito das poderosas estruturas de poder locais. Estas estruturas, sem nenhuma excessão, dispõem de um poder político discricionário ancorado em um *modus operandi* apolítico de clãs familiares, de relações de compadrio, na negação dos direitos à cidadania e na aplicação repulsiva de práticas violentas. Com efeito, ações expressas como forma autêntica para solucionar desde

os pequenos conflitos até as questões mais cruciais, desprezando o embate das idéias no universo da política.

Destarte, pode-se dizer sem sobressaltos, que esse movimento de fortalecimento da base republicana em Alagoas, ascendeu as constantes disputas que se travavam em uma era política, de certa forma, tempestuosa. Essa constatação é tão sintomática, que Tenório (2009) nos brinda ao anunciar que:

Quem esperava um início venturoso do novo regime, um período de união e concórdia com a presença de um dos integrantes do lendário clã dos Fonseca à frente do governo alagoano, enganou-se redondamente. O que se verificou foi o começo de uma intensa disputa entre os chefes políticos locais, cada um “mais ardorosamente republicano” que o outro, procurando influir no controle da administração estadual (TENÓRIO, 2009, p. 56-57).

Nessa perspectiva, não parece ser demasiado salientar que esse processo foi decisivo para a constituição de uma subjetividade egocêntrica, autoritarista e individualista nas elites alagoanas. Tal fato desponta com as incontroláveis ambições que condicionavam grupos políticos tradicionais a se rivalizar, abrindo espaço para rixas históricas que ainda assim, sobrevivem e se reinventam em tempos presentes com o caráter exclusivo de sustentação do controle do poder político estadual e regional.

Diante deste cenário, de certo modo, caótico, têm-se a formação de um quadro político complexo e muito mais perverso e desumano em Alagoas do que nos demais estados e regiões do país o que, *de per se*, escancara a ausência democrática dos direitos políticos e civis fundamentais a sociedade, tornando a democracia algo quase inexistente e residual. Por essa razão, observa-se de maneira significativa uma fragilidade social que se descerra através dos baixos indicadores de desenvolvimento humano<sup>3</sup>, que, não obstante, desvelam [...] o não reconhecimento de direitos

---

<sup>3</sup> De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil de 2013, disponibilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o estado de Alagoas obteve um significativo crescimento no espaço de tempo (1991-2010), com uma taxa de 70,54%, o que representa um saldo positivo de 23,54% em relação ao país que no mesmo período alcançou a taxa de 47%. No entanto, esses números não foram suficientes para que o estado pudesse dar um salto qualitativo, permanecendo, portanto, na última posição do ranking das unidades federativas sobre a realidade socioeconômica. Uma explicação objetiva para esse processo pode estar contida nas palavras de Carvalho (2012), que indica um avanço nos “índices de todos os estados nordestinos, o que explica a permanência de Alagoas no último posto no ranking nacional”.

humanos, sociais, políticos, econômicos e culturais a maioria da sociedade alagoana (FERREIRA; COSTA, 2011, p. 19-20).

Nesse sentido, o autoritarismo e o patrimonialismo impregnados em terras alagoanas desde a sua emancipação, até os tempos mais jovens, revelam um atraso expresso no exercício do desrespeito às leis democráticas vigentes, determinando a intensificação de uma cultura de ideias e costumes racistas e paternalista, que fazem prevalecer “[...] uma hegemonia econômica, social e política, que acarretava, por sua vez, o filhotismo, expresso num regime de favores aos amigos e perseguição aos adversários” (LIMA SOBRINHO, 2012). Não obstante, uma cultura que estabelece obstáculos, verdadeiras barreiras ao alcance do progresso e ao desenvolvimento de um estado de direito político e constitucional consolidado no plano real.

Assim, uma expressão que revela as especificidades e a agudez do processo de formação do território alagoano, está, certamente, atrelada as características essenciais do poder legislativo, que desde os tempos idos, tem representado o espaço condensado de poder das grandes estruturas oligárquicas – ceifando com a máxima que aponta o legislativo como a casa do povo.

Essa realidade fica nítida através das relações de solidariedade político-organizacional, estabelecidas mediante acordos entrelaçados ou ainda, com o firmamento de alianças entre grupos políticos, e dos abusos à lei praticados frequentemente, que em nada somam ao exercício da democracia. Abrindo-se, portanto, uma vereda para o autoritarismo e o esfacelamento do patrimônio público em benefício das regalias e caprichos da classe dominante. Adjacente a esse aspecto, não se deve olvidar que a instância judiciária tradicionalmente sempre se mostrou imprescindível para o pleno estabelecimento e, conseqüente funcionamento das políticas antidemocráticas dos grupos políticos estaduais e regionais mais influentes, ou seja, o que desvela, de certa maneira, que essa característica de subserviência e fragilidade social não é uma exclusividade de Alagoas.

Logo, não é de se surpreender que tal fato possa ser considerado intrinsecamente imbricado com a formação de grupos de extermínio e execuções sumárias, conforme adverte Marques (2006). O que mostra, em certa medida, a forma como se estruturou o Estado e suas elites oligárquicas locais em uma disputa ferrenha por poder, garantida a todo e qualquer custo, pela busca da supremacia política

estadual, tornando transparente a permanência do exercício antidemocrático e arbitrário, de controle e dominação sob a parcela majoritária da população através do implemento de práticas coercivas. Em que pese, práticas em sua grande maioria expressas pelo uso da violência, que de modo mais acentuado nos tempos atuais, é capitaneada por ações cometidas por agentes e instituições públicas, e por essa razão, são acobertadas em virtude de suas funções exercidas. Tome-se, por exemplo, o domínio infligido pelos coronéis e a frequentemente repressiva e truculenta conduta praticada pela polícia supervisionada “com o apoio institucional do Estado (FERREIRA, 2005, p. 164).

Nesses termos, se abrem vias para o exercício da impunidade, dos preconceitos, da discriminação social, racial e de gênero, o que induz os sujeitos ao rompimento da coesão social. Em Alagoas, não é difícil de se observar esse estado de insuficiência democrática e de direitos humanos, pois esse universo se revela através de um cotidiano marcado por desigualdades, injustiças, insegurança, medo e intolerância. Ou seja, efeitos desestruturantes da base social, produzidos por um estado quase que totalitário de “[...] conivência da estrutura estatal com determinadas forças criminosas, em razão de estas pertencerem às elites dominantes, ou por estarem inseridas na estrutura orgânica e administrativa do Estado” (FERREIRA; COSTA, 2011, p. 25).

Com o incipiente desenvolvimento das instituições sociais e das políticas de modernização do aparelho estatal, se abrem margens para a sucessão de uma sociedade altamente fragmentada, despolitizada e estigmatizada. Não por acaso, uma sociedade que se torna permissiva as regras e as leis democráticas, promovidas pelo aparelho estatal, decerto, à forma que melhor lhe convir. Portanto, conforme se pode verificar, parece não ser demasiado atribuir a profundidade da insuficiência democrática, das desigualdades e da forte hierarquização, quase enraizada, no território alagoano, ao modo perverso e seletivo de reprodução do capitalismo que vale ponderar, se institui de forma retrograda e radical na economia, no universo político e na esfera cultural da população alagoana, em conformidade, sobretudo, com uma poderosa estrutura fundiária que impede o desenvolvimento do mercado interno e da modernização territorial.

É também, em função desses aspectos peculiares do território alagoano que persiste uma estrutura social fundada no egoísmo, no patriarquismo e na individualidade, representada, de maneira especial, por suas figuras mais sintomáticas – grupos políticos locais. Não por acaso

Há evidências de que o Estado de Alagoas não incorporou sequer as mudanças republicanas vivenciadas no Brasil a partir do século XIX; muito menos experimentou os avanços sociais e políticos conquistados no processo de revitalização democrática, nos quais a sociedade civil brasileira assumiu o protagonismo dos movimentos sociais em defesa da igualdade, da liberdade e dos direitos sociais (FERREIRA; COSTA, 2011, p. 33).

Nesse sentido, é importante notar como esse processo tem influenciado na inserção de novas formas perversas de usos do território, pelos mais diferentes agentes e instituições. Ou seja, é apreender a maneira como o território, nos dias de hoje, é articulado e regulado por normas que estão a serviço de uma restrita minoria, e no caso de Alagoas, em especial, essa realidade parece ser singularmente ainda mais desigual e contraditória.

➤ *Uso hegemônico do território no período atual*

As transformações assistidas a partir do último quartel do século passado, dão o tom para um novo modelo de organização produtiva, caracterizado pelo processo de globalização, que açambarcou desde então a mundialização por completo com o advento das técnicas de informação. Outrossim, é a inserção dos lugares, dos territórios, isto é, do espaço geográfico no meio técnico-científico-informacional. Com efeito, esse sistema técnico, fundamentado na política neoliberal, tende a organizar e comandar as nossas vidas, as relações de produção, e os territórios nacionais, conferindo um reordenamento as coisas, estabelecido perante as relações globais.

Face a essa nova realidade, se faz necessário uma análise interpretativa acerca deste período, marcado pelo processo de globalização perversa o que representa a apreensão das relações do mundo contemporâneo. Nessa perspectiva, quer-se aqui advertir que o período que se abre, antes de tudo, deve ser visto a partir de um modelo organizacional assentado em uma forma mais solidária, posta a serviço dos territórios e da sociedade e não somente de uma restrita parcela de indivíduos. Pois, só assim se pode contribuir para a inclusão social e dos lugares, tendo em vista seu pleno desenvolvimento, e não necessariamente o desenvolvimento de alguns setores, conforme se verifica atualmente. Daí a necessidade de apreender a realidade brasileira e, em especial, alagoana, mediante o reconhecimento de uma conjuntura tão complexa, visto que, cada fração do território é diferenciada através das formas de usos existentes.

Portanto, partindo dessa propositura, a estrutura vigente do Estado brasileiro no período em curso, marcada pelo poder de normatização tridimensional do território, estabeleceu autonomia relativa<sup>4</sup> às unidades federativas para delegar suas próprias prerrogativas mediante poderes conferidos aos governos locais que, por sua vez, se consolidaram, decerto, através da formação de grandes clãs e grupos políticos tradicionais influentes, se instituindo nas diferentes formações socioespaciais “[...]”

---

<sup>4</sup> A constituição federal de 1988, garante e obriga a cada ente federativo, conferir sua própria constituição e se auto-organizar dentro da hierarquia organizacional do Estado brasileiro, no entanto, essa autonomia é restrita aos poderes do ente máximo, a União, criando assim “[...] esferas autônomas de normatização do território, o que deve ser considerado nas análises espaciais, haja vista que a cada ente federativo individualmente ou de forma compartilhada são conferidas competências” (RODRIGUES, 2010, p. 54).

como instrumento de descentralização do poder político em um Estado que já estava territorialmente constituído e centralizado” (CATAIA et al., 2010, p. 4).

No entanto, essa autonomia legitimada, se apresentou em determinados momentos da história, inigualada, especialmente, nos centros econômicos mais fervorosos, como por exemplo, a trinca do sudeste formada por São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, como também, usurpada, em outros entes federativos de menor força econômica, de modo especial, em Alagoas, promovendo dessa maneira uma fragmentação que constitui um embate entre dois territórios.

O primeiro, dispõe dos principais vetores do desenvolvimento econômico, possibilitando com que algumas regiões tenham maiores oportunidades que outras, ou seja, são subespaços dotados de uma maior densidade técnica. Em contrapartida, o segundo tem como característica principal, a ausência desses mesmos vetores de desenvolvimento que, por sua vez, se dão de forma seletiva, atendendo a uma lógica normativa de centralização do poder econômico dos eixos dominantes sob aqueles menos influentes situados na periferia da globalização. Configurando, portanto, os subespaços de rarefação da técnica ou da escassez dos conteúdos que constituem o chamado meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2012a; SANTOS; SILVEIRA, 2006; SOUZA, 2010; SOUZA, 1993).

Nesse sentido, “desde logo é preciso enunciar a fragmentação como única e nova realidade do território”, como bem advertiu Souza (1999, p. 4). Pois, conforme Santos (2008a, p. 137), “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele o objeto da análise social”, a despeito da “noção de território herdada da modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados” (SANTOS, Op. Cit., p. 137). Desse modo, vale acrescentar ainda que não se deve olvidar da natureza complexa e demasiadamente ideológica, do conceito<sup>5</sup> de território, entendido e discutido sob diferentes perspectivas, até mesmo na geografia, sobretudo, no contexto histórico atual. Por essa razão, é importante apreender que “o território em si não é uma

---

<sup>5</sup> Dentre os principais autores que teorizaram e discutiram o conceito de território, pode-se destacar: Território relacionado ao “Determinismo Geográfico” (Friedrich Ratzel); Território relacionado ao Poder (Claude Raffestin); Território como recurso (Milton Santos).

categoria de análise em disciplinas históricas, como a Geografia. É o território usado que é uma categoria de análise”, conforme ensina Santos (1999a, p. 8).

Assim, ao assumir a noção de território usado herdada do período vigente, se torna necessário considerar sua afinidade com os múltiplos agentes – tanto os hegemônicos, quanto os hegemonzados – que manipulam todas as relações deste com o espaço geográfico de forma dialética, comumente, numa rede que se constitui em diferentes escalas, reorganizando e atribuindo novas características aos lugares. Essa assertiva confirma-se mediante as considerações tecidas por Santos (1999a, p. 8) que alerta para o fato de que “o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si”. E adverte, por fim, que “o território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”.

Diante do exposto, ressalta-se que dada a intensidade com que as técnicas atingem as mais distintas porções do território brasileiro, de maneira particular, na aurora da década de 1970, em conformidade, com o aprofundamento da divisão territorial do trabalho pelo processo de globalização, não é demasiado afirmar que, Alagoas, assim como, os demais estados brasileiros, reconheceu, em certa medida, um significativo progresso das técnicas sobre seu território, alinhadas, sobretudo, as ciências da informação, engendrando, portanto, uma convergência das técnicas (SANTOS, 1997).

Contudo, as técnicas em sua essência são altamente seletivas, pois não ocorrem ao mesmo tempo e com a mesma amplitude em todo o território, “[...] uma vez que os recursos para investimentos e modernização do território nacional não atingem todos os municípios” (CATAIA et al., 2010, p. 4). Não por acaso, pode se asseverar que em determinadas regiões do Brasil, e, em especial, no território alagoano, ocorreu um aumento gradativo das desigualdades territoriais, pois “a expansão do meio técnico-científico-informacional é a expressão do desenvolvimento desigual (SOUZA, 2010). Ou seja, é a partir do resultado do trabalho humano, representado pelo território usado, que as desigualdades territoriais se manifestam e se proliferam desvelando a perversidade do atual estágio de globalização.



De fato, não é difícil de se assentir que o referido processo tem se aprofundado, especialmente, a partir da emergência do modo de produção capitalista, provocando um desenvolvimento desigual, Smith (1988) e Novack (2008), mormente, nítido em todas as escalas territoriais, sejam elas locais ou globais. No caso de Alagoas, de forma mais acentuada, uma realidade que não parece fugir à regra. Por essa razão, se faz mister trazer à luz que as desigualdades territoriais, são, de certo modo, expressões das complexas relações imbuídas de diferentes intencionalidades, ou seja, são efeitos de uma perversidade sistêmica refletida pelo processo de globalização em seu estado mais avançado.

Face a essa codição do mundo contemporâneo, um dado destoia por seu grau de relevância e, por isso mesmo, não deve ser menosprezado, qual seja, o expressivo revigoreamento consolidado através da união da ciência e da técnica com o maciço incremento dos progressos informacionais sob a égide do mercado. A transnacionalização da economia que em tempos de outrora se apresentava como uma possibilidade real, hoje se concretiza como a dinâmica do mundo atual, sobretudo, em função da fluidez, comumente, dos territórios. Assim, o meio técnico-científico-informacional se expandiu sobre o território, constituindo-se num verdadeiro sustentáculo do presente modo de organização da sociedade, reestabelecendo novas ordens organizacionais, impondo novos padrões de comportamento, e atribuindo novos conteúdos ao território por meio das possibilidades incorporadas pela produção e circulação de capital, de pessoas, de leis, de normas.

Para Rodrigues (2010, p. 55) “A informação e o capital financeiro efetivam o poder de produzir mais fluidez espacial à custa da produção de mais desigualdades socioespaciais [...]”. Então, a intencionalidade da informação se conjuga a intencionalidade do capital financeiro e ambos são, hoje, os principais vetores de produção e propagação das desigualdades no território. Nesse sentido, é através da informação e das finanças, que se determinam as zonas de densidade e rarefação, definindo-se novos usos e a escassez do território. Com efeito, o período em marcha se apresenta, pois, cada vez mais, apressado em decorrência da alta carga de conteúdo técnico-científico-informacional empregado em todas as porções do território, mesmo considerando que esses conteúdos não chegam com a mesma intensidade em todos os lugares.

Nessa perspectiva, o território, melhor dizendo, o território usado, é sinônimo de espaço humano, de espaço habitado, de espaço geográfico, apreendido como um híbrido de duas dimensões, que segundo Cataia (et al., 2010, p. 2), seria pertinente em primeiro lugar a um plano geométrico e em segundo lugar vinculado ao fator social. Dessa forma, a primeira estaria relacionada ao âmbito das extensões físico-territoriais. Já a segunda se refere ao efetivo uso que, através do trabalho e das técnicas disponíveis a uma dada sociedade e de acordo com uma época e um lugar, é feito do território. Daí decorre nossa explicação para que o território usado seja apreendido como um elemento organizador da sociedade, isto é, quando este se impõe as ações sociais.

Entendido de tal forma, e somente dentro desses limites, o território se mostra uma parcela inerente ao espaço geográfico, pois, se tornam legítimas diversas normas jurídico-políticas. Sendo assim, a partir desse entendimento considera-se um dado importante a compreensão das dinâmicas do território no período atual, qual seja, a permeabilidade dos vetores externos das mais diversas naturezas, sejam eles, culturais, econômicos ou políticos.

Tal perspectiva expressa com um enfoque de natureza geográfica, requer, mesmo que de forma lacônica, a apreensão da noção histórica legada do economista francês François Perroux de *espaço banal*. Sob os auspícios dessa noção, que se reportava ao espaço geográfico em oposição ao espaço econômico, Santos (2008a) considerou que o espaço banal seria aquele que converge a todos, o espaço da sociedade, mas também o espaço das grandes empresas – as ferramentas do capital. Logo, visto como um “[...] conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2012a, p. 63). Espaço da ação de todos os agentes independentemente da sua força, pois, nele se manifestam as correlações entre as classes no uso do território.

Por essa razão, o mundo tornou-se pela primeira vez em toda a história da humanidade, sinônimo da unicidade técnica, visto que, as relações, hoje, se dão através de um tempo baseado na experiência e outro com caráter universal, não obstante, ambos suplementados por técnicas que são planetárias, e que, se difundem por todos os pontos do planeta, sejam em maior ou menor grau de atuação. Não por

acaso, os eventos oriundos dessa unicidade técnica, são, cada vez mais, seletivos, materializando-se diferenciadamente nos lugares.

Assim, segundo ressaltou Rodrigues (2010, p. 57) o “[...] *espaço banal* é esse conjunto de cristalizações das existências, como materialidades, mas também dos eventos, normatividades públicas ou corporativas que expressam e autorizam os eventos, as ações, as diferentes formas e as possibilidades latentes de uso do território, de uso do tempo e da técnica”. Com efeito, a construção dessas materialidades se faz a partir de um tempo empírico dotado de ideologias hegemônicas verificadas na disseminação de conteúdos informacionais altamente verticalizados, produzindo, racionalidades e contra-racionalidades.

Ademais, “enriquecido pelo conceito de *espaço banal*, o *território usado* constitui-se numa categoria de análise social altamente complexa [...]” (RODRIGUES, Op. Cit., p. 57). Isso porque, é a partir do conhecimento do território, não como palco das ações humanas, algo inerte, mas, como uma instancia social carregada de volatilidade, que assume, sobretudo, nos dias de hoje, um conteúdo técnico e político de grande relevo tornando-o um ente ativo, com um papel de extrema relevância tanto para os agentes hegemônicos como também para os hegemonzados, definindo sua condição de “quadro de vida” da sociedade, como uma possibilidade de apreensão do futuro mediante a realidade do período presente.

## Seção 2

---

A violência como expressão da perversidade sistêmica

➤ *Uso corporativo do território e expansão das desigualdades em Alagoas*

Um dos caminhos que indica fundamentos congruentes para o desvendamento das desigualdades, consiste em apreender os interesses das forças hegemônicas, que se dá através da inserção da ciência, da técnica e da informação no território. A tradução destes processos tem permitido uma maior articulação das bases políticas e normativas do território, segundo a racionalidade dos agentes que detém o controle sobre seu uso, constituindo um dado fundamental para a configuração do espaço geográfico construído. Com efeito, tais variáveis assumem um papel fortemente arbitrário, configurando novos recortes territoriais e atribuindo distintas funcionalidades que, são impostas a serviço de um punhado de agentes que controlam a economia mundial e, conseqüentemente, redefinem os padrões de organização da sociedade.

Como resultado discricionário do crítico e sofrível processo histórico de globalização e fragmentação do território, verifica-se a (re) produção demasiada das desigualdades que, mormente, afligem, principalmente, a parcela mais desassistida da população, intervindo no cotidiano dos indivíduos, por vezes de forma brutal, implicando na “multiplicação e disseminação da pobreza nas diversas camadas sociais das regiões brasileiras”, como bem salientou Silveira (2005, p. 160). Consolidando, portanto, um “[...] persistente e agravante sistema de pobreza, com todas as suas conseqüências desumanas: a fome, o analfabetismo, as epidemias, a violência, que afeta toda a população brasileira, mas, sobretudo, os mais pobres” (SOUZA, 1999, p. 8). Uma realidade que, não obstante, se apresenta de forma paradoxal em Alagoas.

Nesse caminhar, conforme assinalado na seção primeira desta dissertação, durante o transcorrer de sua formação territorial Alagoas foi acometida pelo desdobramento de características paraticulares de seu processo de colonização. Este acontecimento ficou marcado pelo revigoramento de tendências políticas que tinham como finalidade a dominação hegemônica de suas elites oligárquicas, repercutindo na reprodução de desigualdades sociais e territoriais históricas, assinaladas, em sua grande maioria, pela presença de traços singulares de práticas suplementadas com a tenacidade do uso da violência.

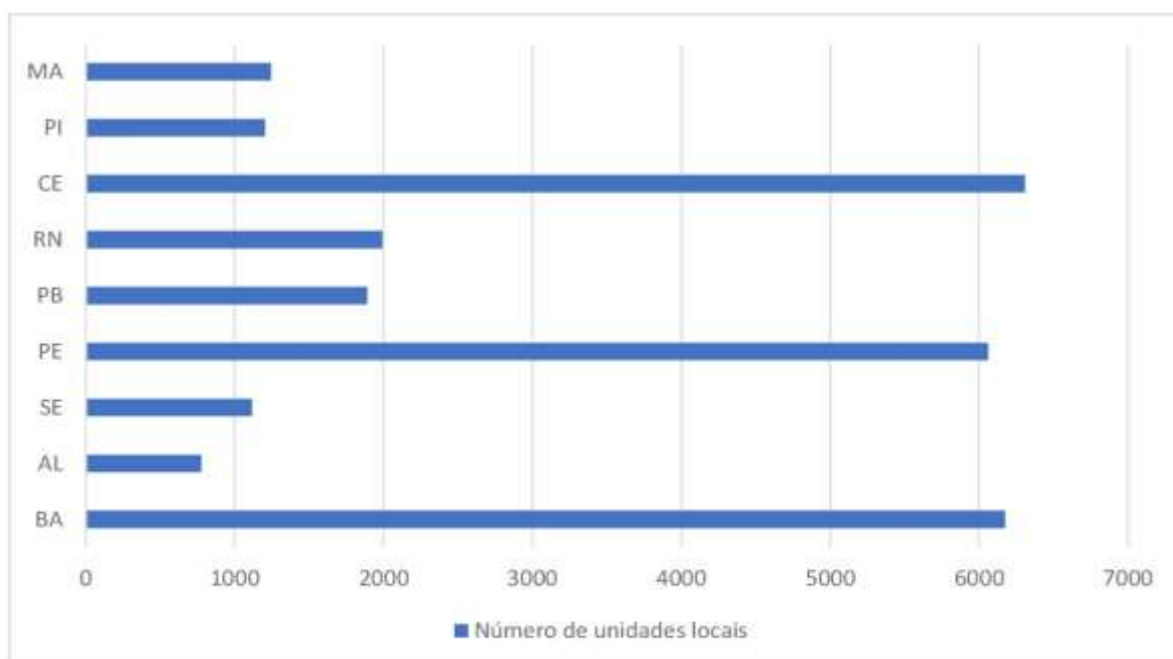
Dessa forma, é importante salientar um fator indissociável ao processo de formação territorial de Alagoas que exemplifica esse quadro conjuntural preocupante, qual seja, o aprofundamento de uma grave crise econômica “[...] que atingiu o estado na década de 1980, mas que se ampliou na década seguinte, levando o setor público estadual a encarar um processo de instabilidade profunda mediante a dívida do estado com a União que perdura até os dias atuais, decorrente da “Crise Conjuntural” (MEDEIROS, 2013, p. 67-68). Sem olvidar, somados a esse aspecto observa-se ainda o incremento de outros dois fatores que contribuíram decisivamente para o agravamento das desigualdades.

O primeiro diz respeito a decadência do setor sucroalcooleiro que se deu, sobretudo, a partir do agravamento da crise de superprodução e conseqüente declínio de preços, seguida por intervenções estatais reguladoras de oferta do açúcar, como também mediante o fim dos incentivos públicos concedidos através dos programas – IAA, PLANALSUCAR e PROÁLCOOL, o que mergulhou o estado em uma bancarrota. Já o segundo, se refere a uma quase inexistente política de renovação da base material do território alagoano, que tem desembocado em sérios problemas estruturais, dentre eles, a violência e a extrema pobreza, refletidos no baixo quadro de dinamismo socioeconômico apresentado pelo estado, fazendo emergir novas desigualdades e acirrando aquelas já existentes.

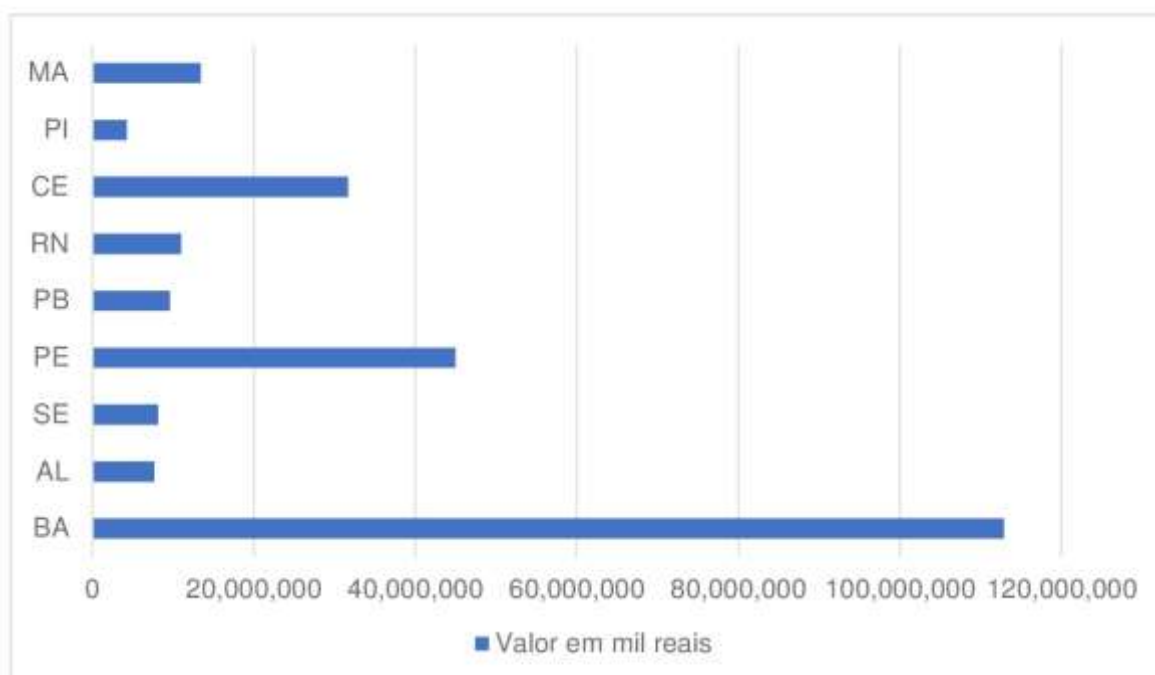
Sendo assim, consonante com as condições históricas assinaladas desde os tempos idos de Alagoas, acentuadas, com o advento do meio técnico-científico-informacional, não é de se causar espanto quando da constatação de um agravamento das contradições que, cada vez mais, se espraiam pelo território alagoano. Nessa perspectiva, dentre outras razões que justificam a assertiva supracitada chama-se atenção para os fatores político e econômico, com ênfase para este último, como principais provedores da elevação deste problema, o que culminou em uma desestruturação da base territorial provocada pelas externalidades e pelas forças alheias aos interesses sociais. Como reflexo, os graves problemas conjunturais que acometem Alagoas têm um papel central não somente para a ampliação da desregulamentação das bases estruturais do território, mas, também, interferem diretamente nas formas de uso deste tanto por parte dos agentes hegemônicos quanto por parte dos hegemonzados.

A respeito do aspecto econômico acima tratado, se faz mister acrescentar que, dentre outras razões, esse contexto se deve ao fato de Alagoas apresentar uma conjuntura econômica atrasada, formada, basicamente, pelos setores de comércio e serviços, com insuficiente participação industrial e declinante atividade agrícola que, atravessa por um caso típico de “involução econômica relativa”, conforme salientou Gomes (2014a). Assim, é perceptível a perda de dinamismo da economia alagoana em relação as demais unidades federativas do Nordeste, algo que se reflete com a incapacidade do estado em se industrializar e diversificar suas atividades produtivas, impossibilitando um fortalecimento econômico em termos de desenvolvimento para alavancar a economia a níveis superiores as médias nacional e regional.

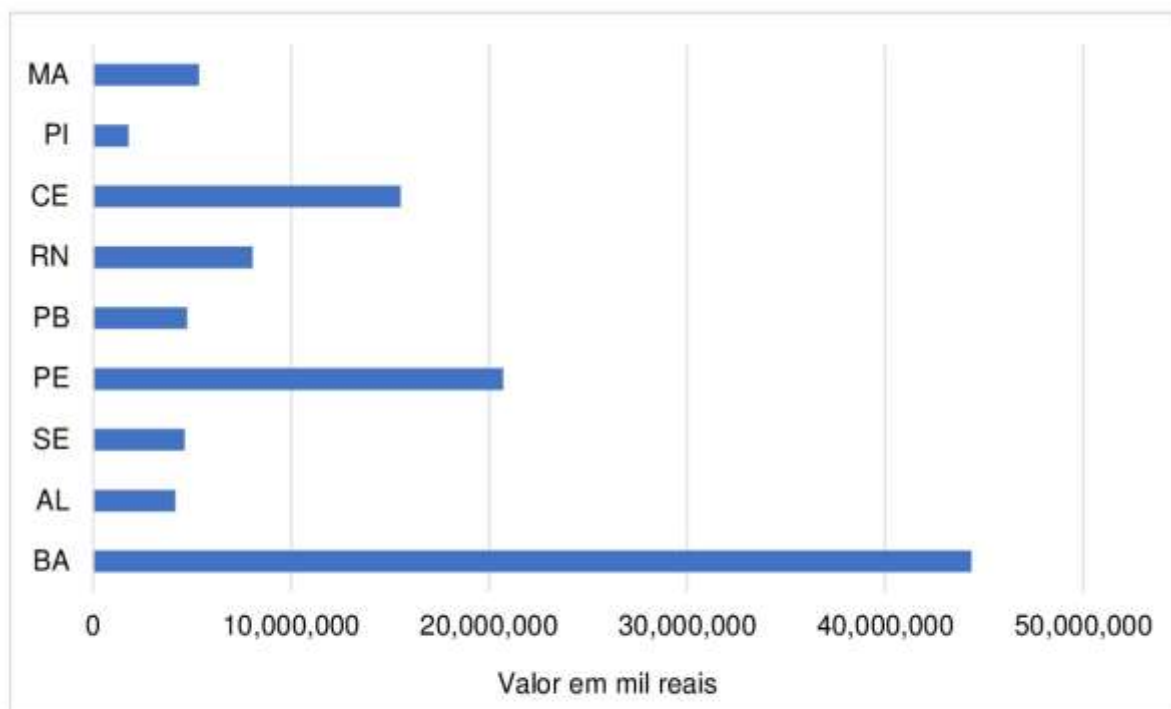
Refletindo a propósito deste cenário, de certo modo, preocupante, vivenciado pelo setor econômico do estado, não parece demasiado afirmar que, Alagoas demonstra uma fragilidade econômica acentuada que inviabiliza seu processo de desenvolvimento. Não fosse o desempenho dos setores de comércio e serviço que acompanham uma tendência de crescimento observada em todo Nordeste, a situação econômica do estado de Alagoas seria ainda mais dramática. Para validar esta constatação, os gráficos subsequentes apresentam a participação industrial de Alagoas em relação a economia nordestina.



**Gráfico 4: Número de empresas distribuídas nos estados nordestinos (2014).**  
Fonte de dados: IBGE/Banco de dados/Estados/Pesquisa anual industrial.  
Elaboração de dados e elaboração gráfica: OLIVEIRA, Luã Karl de, 2017.



**Gráfico 5: Receita líquida de vendas industrial (2014).**  
 Fonte de dados: IBGE/Banco de dados/Estados/Pesquisa anual industrial.  
 Elaboração de dados e elaboração gráfica: OLIVEIRA, Luã Karl de, 2017.



**Gráfico 6: Valor da transformação industrial (2014).**  
 Fonte de dados: IBGE/Banco de dados/Estados/Pesquisa anual industrial.  
 Elaboração de dados e elaboração gráfica: OLIVEIRA, Luã Karl de, 2017.



Conforme ilustrado nos gráficos acima, a razão que pode sustentar essa fragilidade econômica de Alagoas frente aos demais estados nordestinos está fundamentada na combinação de três elementos essenciais. O primeiro consiste na ausência de um amplo mercado interno, o segundo, a escassez de polos dinâmicos capazes de substituir importações e realizar exportações, e, por fim, a inexistência de um setor público (Estado e municípios) com capacidade de investimentos como bem advertiu Carvalho (2012). Por isso, adverte esse autor que “a combinação desses três elementos explica tanto a frágil presença de novas indústrias e as dificuldades na atração de empreendimentos produtivos [...]” (CARVALHO, Op. Cit., p. 8).

Outro fator que chama atenção, e, por isso mesmo, não se deve desmerecer está relacionado a insuficiente geração de empregos formais desse setor. Na contramão dos discursos que cunham um processo de industrialização em andamento no estado de Alagoas, denota-se a ausência de elementos estatísticos palpáveis que atestem esse processo. A propósito desse aspecto, Gomes (2014b) vai atentar para o fato de que a falta de desenvolvimento industrial em Alagoas reflete, diretamente, na baixa intensidade de geração de riquezas no estado.

Os dados revelaram que apesar de ser responsável por quase 80% dos empregos industriais no estado, o setor sucroalcooleiro vem, desde 2012, diminuindo a oferta de trabalho de forma dramática por razões estruturais e por causa do fechamento de alguns grupos empresariais. Esse processo não tem sido compensado pela criação de novos empregos em outros subsetores da indústria de transformação. A atividade químicoplástica, por sua vez, tem criado poucos postos de trabalho por razões tecnológicas e com efeitos reduzidos nos setores de serviços. Nos demais subsetores industriais a criação de empregos é muito marginal. Resultado, se a tendência continuar como vem ocorrendo desde 2012, a indústria em Alagoas em sua totalidade desempregará em escala sem precedentes (GOMES, 2014b, p. 1).

Essa relativa condição de inércia econômica, tem apresentado rebatimentos dramáticos que afetam diretamente na produção e geração dos bens de consumo, o que se verifica facilmente através do acanhado crescimento anual do PIB alagoano que persiste desde os últimos anos. Como expressão desta assertiva, o gráfico a seguir exhibe um panorama da situação econômica de Alagoas, em relação aos números do PIB (2010-2015), com o intento de ilustrar o crescimento econômico aquém do esperado atingido pelo estado, intervindo negativamente para o avanço do dinamismo socioeconômico.

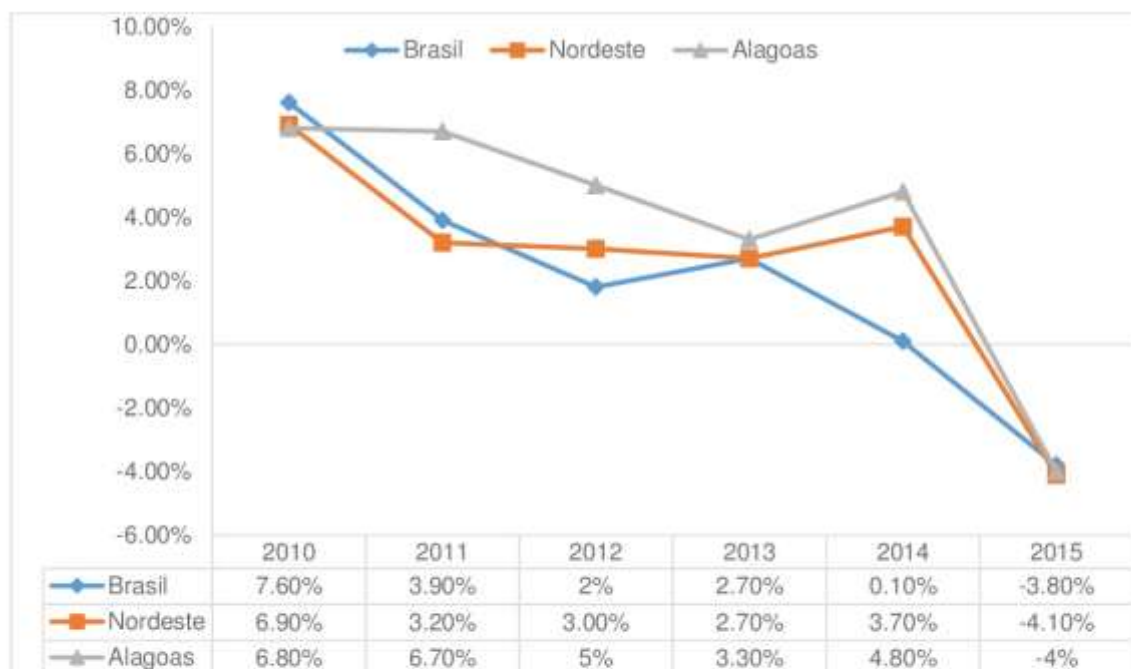


Gráfico 7: Variação anual do Produto Interno Bruto no período (2010-2015).

Fonte: IBGE/Contas regionais/séries históricas.

Organização de dados e elaboração gráfica: SILVA, Diêgo Rodrigues da; OLIVEIRA, Luã Karl de, 2017.

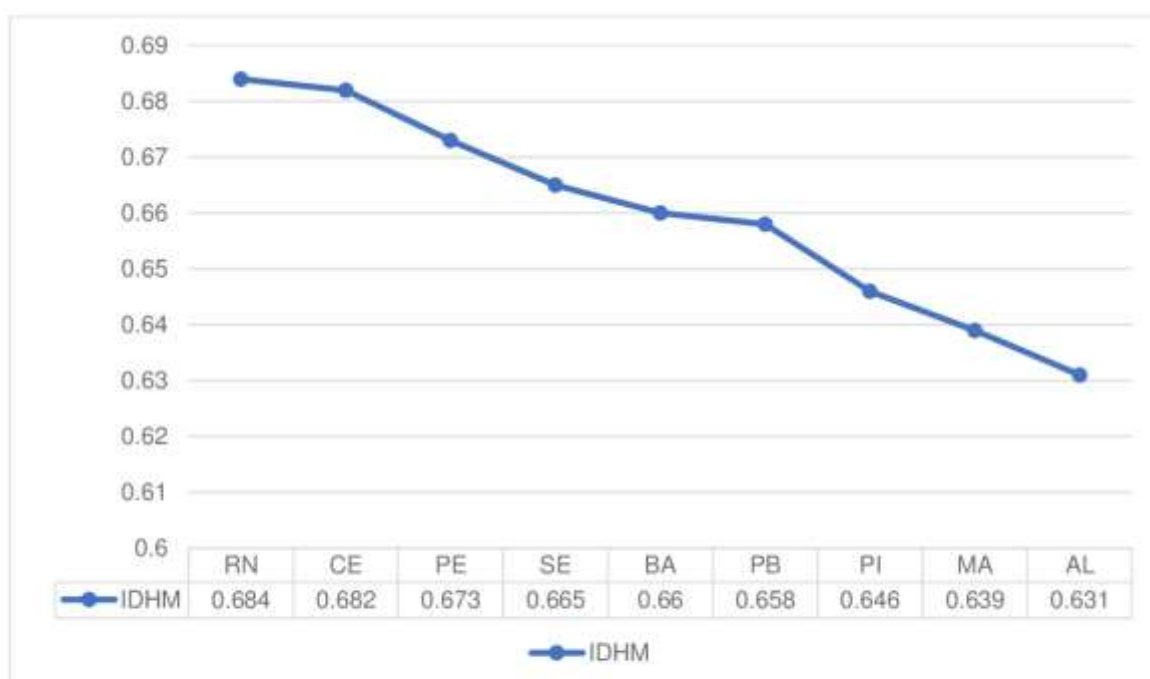
Considerando elementos já observados em itens anteriores deste trabalho, ao nosso entendimento, o caso de Alagoas representado no gráfico acima, expressa certa semelhança com o que Csaba Deák (1991) vai chamar atenção por *acumulação entravada*<sup>6</sup>. Na visão deste autor, as deficiências de infraestrutura, as altas cargas tributárias, as elevadas taxas de juros, e as expatriações do capital que se apresentam como causas para o subdesenvolvimento, consistem em mecanismos utilizados por parte do Estado para garantir a permanência e a reprodução social a seu livre arbítrio. Não obstante, tais mecanismos são partes indissociáveis dos planos de gestão dos grupos políticos que constituem a base das elites dominantes.

Partindo desse entendimento, não é demasiado afirmar que três elementos são preponderantes para a consolidação do processo de fragilidade econômica de Alagoas. O primeiro diz respeito ao inevitável quadro de estagnação econômica

<sup>6</sup> Entende-se por acumulação entravada, a base material da reprodução da sociedade de elite no Brasil. É uma reprodução ampliada, em que parte do excedente produzido anualmente é incorporado à produção – é acumulado -, enquanto outra parte é expatriada e fica assim perdida para o processo de acumulação. Assim, se o processo de produção é capitalista, onde predomina a produção de mercadorias e o trabalho assalariado, ele difere da produção capitalista nos países ditos 'centrais', ou 'desenvolvidos', em que aqui o princípio de acumulação fica subordinado ao princípio de expatriação de excedente. Daí o nome de acumulação entravada.

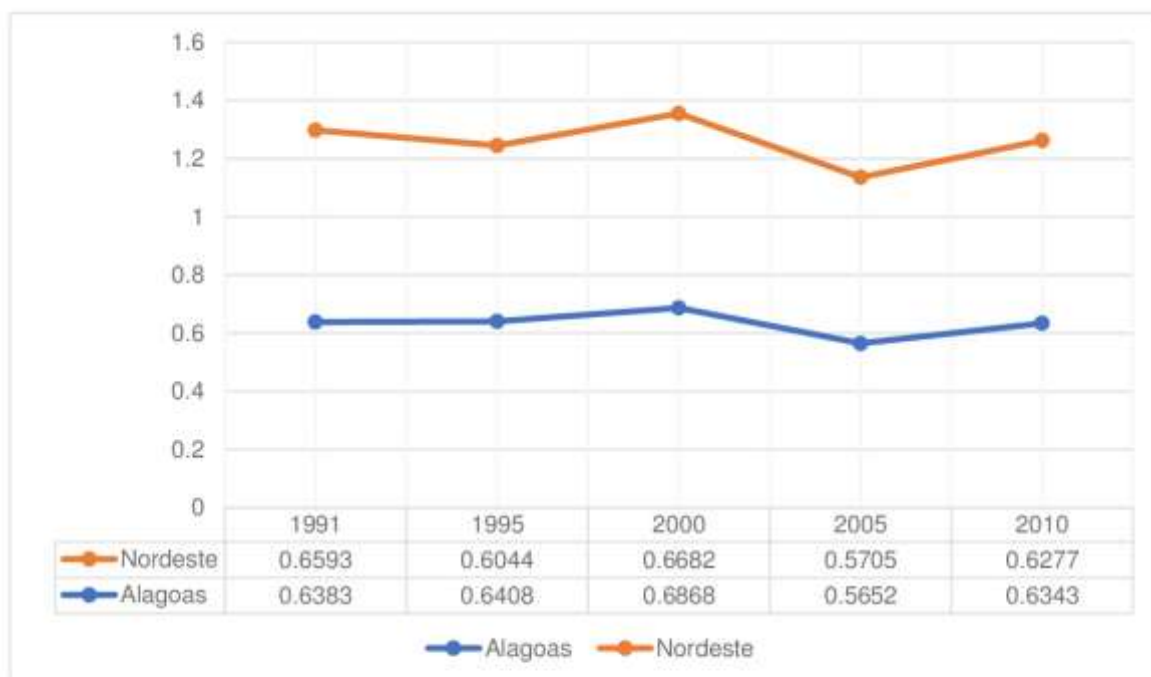
apresentado pelo estado, o segundo, aqui já destacado e como consequência do primeiro, trata-se da consolidação do processo de involução econômica relativa e, por último, a precariedade da reprodução da força de trabalho. Portanto, visto sob esse prisma tais fatores em consonância se tornam cruciais para justificar o fraco desempenho econômico de Alagoas em relação as demais unidades federativas do Nordeste e, por conseguinte, do Brasil.

Como consequência adjacente a este contexto, verifica-se a persistência, até os dias de hoje, de um modelo econômico arcaico que se engendrou severamente em Alagoas e toda a região Nordeste, calcado numa “economia fundadora” – caracterizada pela criação de gado bovino para corte e cultivo da cana-de-açúcar. Não por acaso, vale ressaltar sem temer incorrer numa análise redundante, que a manutenção deste modelo econômico interfere de forma decisiva para a consolidação de Alagoas dentre os piores índices de desenvolvimento humano e socioeconômico da região Nordeste e do Brasil, conforme constantemente atentam as pesquisas e estudos realizados por parte dos principais órgãos censitários do país (IPEA, IBGE, PNUD, IETS, PNAD).



**Gráfico 8: Índice de desenvolvimento humano municipal dos estados nordestinos (2010).**  
**Fonte: IBGE/Estados/Temas; Atlas Brasil 2013 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.**

Organização de dados e elaboração gráfica: OLIVEIRA, Luã Karll de, 2017.



**Gráfico 9. Comparativo da variação do Índice de GINI da renda domiciliar per capita do estado de Alagoas e do Nordeste (1991-2010).**

Fonte: Ministério da Saúde/Secretária Estadual de Saúde/DATASUS.  
Organização de dados e elaboração gráfica: OLIVEIRA, Luã Karll de, 2017.

Nessa perspectiva, importa ponderar para o fato de que “há desigualdades sociais que são, em primeiro lugar, desigualdades territoriais, porque derivam do lugar onde cada qual se encontra. Seu tratamento não pode ser alheio às realidades territoriais” (SANTOS, 2012b, p. 151). Apesar de tal afirmação, desprende-se que as desigualdades expressam um conjunto de aspectos complexos que se constituem no espaço geográfico através das dinâmicas socioespaciais capitalistas, sendo intensificados ou não segundo a configuração dos lugares.

Desse modo, ressalta-se que o território alagoano tem sido historicamente apropriado de modo a prevalecer o estabelecimento das desigualdades impostas por uma lógica normativa fundamentada para atender aos interesses de grupos políticos influentes, grandes proprietários de terras e alguns poderosos grupos hegemônicos. Com efeito, estes agentes se apossam do território mediante todas as contrapartidas oferecidas pelo Estado, para usufruírem de suas potencialidades a seu *Bel-prazer*, sem dar a devida importância às necessidades locais, promovendo, por conseguinte, um uso desigual tanto no âmbito do público quanto no privado.

Uma expressão das desigualdades que melhor exemplifica a realidade atinente ao território alagoano, se verifica através dos preocupantes índices de déficits dos principais indicadores socioeconômicos do estado, ainda que, se tenha assistido durante o transcorrer das últimas duas décadas, um significativo avanço em todas as áreas sociais. Neste caso, cabe advertir que o referido progresso só se torna possível mediante a contrapartida oferecida por parte do governo estadual em parceria com o governo federal, para a realização de programas e ações sociais que visassem recolocar Alagoas em um cenário mais favorável.

No entanto, embora significativas, essas medidas não foram suficientes para que houvesse um salto qualitativo, “[...] devido ao desempenho da economia e da renda, que não obteve os mesmos índices da área social” (CARVALHO, 2012, p. 7). E, de certo modo, pelo fato das demais unidades federativas, sobretudo, no Nordeste, também se estruturarem com mecanismos mais eficazes de enfrentamento dos problemas socioeconômicos. Nesse sentido, pode se assegurar que o caráter de extremo atraso observado no setor econômico se repete em outras áreas e aspectos que constituem a formação social alagoana, repercutindo, especialmente, na dinâmica base de todas as instâncias sociais.

Diante desse contexto, Alagoas assiste a coexistência das contradições em seu território nesse período de perversidade sistêmica, pois, a globalização resulta na instalação de “um sistema da perversidade, ampliação das desigualdades de todos os gêneros: interpessoais, de classes, regionais, internacionais” (SANTOS, 2001, p. 61). Visto sob esse prisma, entende-se aqui que a convergência de vários problemas estruturais travestidos de roupagens diversificadas, assumem faces mais severas no período atual. Dentre o elenco dos problemas possíveis, a violência se destaca por seu caráter destrutivo, transgredindo limites ou perturbando acordos tácitos, regras ou normas que ordenam as relações sociais (ZALUAR, 1999), assumindo formas excessivas e extremas, seja ela, direta ou indireta no cotidiano da sociedade independente da complexidade do território, (re) produzindo os sentimentos de medo e insegurança, violando normas sociais ou regras legais instituídas por leis.

➤ *Medo e insegurança como estigmas do período em marcha*

Perante a complexidade apresentada no período técnico-científico-informacional, uma multiplicidade de processos ocorre simultaneamente no espaço geográfico num movimento frenético impondo uma nova ordem global. Neste universo, um destes processos, em especial, chama atenção por se manifestar sob várias configurações constituindo-se no carro chefe do dito período, qual seja, a especialização produtiva do território<sup>7</sup>. Destarte, o território tende a acompanhar de forma contínua a dinâmica estabelecida pelos interesses hegemônicos, tornando-se mais competitivo e contraditório, descamoteando as desigualdades, e desvelando a verdadeira face do mundo atual.

Consonante a esse dado contexto espacial tanto as formas quanto os conteúdos dos lugares são transformados em decorrência de uma seletividade imposta ao território a partir dos diferentes modos de organização social. Por essa razão, assentimos com as palavras de Santos (2012a, p. 125) quando esse autor advertiu que “o movimento da totalidade para existir obviamente é um movimento dirigido à sua espacialização, que é também particularização”. Contudo, é importante ressaltar que esse movimento não se limita tão somente as modificações das paisagens urbanas, pois, também se torna possível através dos novos arranjos organizacionais<sup>8</sup>, que se dão de maneira concomitante ao desenvolvimento técnico-científico-informacional.

Com as especificidades decorrentes da globalização ainda mais latentes no território, observa-se de maneira sintomática um crescimento progressivo e ininterrupto de práticas suplementadas com o uso da violência, despertando de forma automática os discursos do medo e da insegurança no plano psicológico dos indivíduos. Ora, tal fato remonta para um grave risco, haja vista, que este discurso

---

<sup>7</sup> O conceito de *território usado*, criado por Santos (2008), autoriza a análise geográfica apreender não só a materialidade e seus arranjos espaciais, como também o plano das ações, da política, das intencionalidades presentes no bojo das modernizações do atual período. Quando geografizadas, isto é, espacializadas no território, essas ações qualificam o uso que se faz deste território, como por exemplo, a atuação de um conjunto de empresas que operam em um mesmo *circuito espacial produtivo*, ou seja, na mesma atividade produtiva. A análise das formas de uso do território onde atua um circuito, pode, por sua vez, nos revelar outro fenômeno espacial, o da *especialização produtiva do território*, então preparado para servir às empresas do circuito em questão.

<sup>8</sup> Consultar SANTOS, Milton (2012a).

disseminado, por vezes de forma banalizada e frequentemente alimentado pelos veículos midiáticos, reforça as “[...] poderosas engrenagens do capitalismo contemporâneo: o “mercado da segurança” e o “mercado da informação”, conforme assinalou Marcelo Lopes de Souza (2008, p. 152). Assim, nesse jogo de forças o papel da grande mídia se estabelece de forma crucial e estratégica para atingir os interesses dos grupos hegemônicos.

Dessa maneira, não é demais considerar que, como resposta apressada aos discursos do medo e da insegurança, verifica-se o surgimento dos espaços homogêneos, espaços de exclusividade<sup>9</sup>. A propósito deste aspecto, ressalta-se que este consiste no aparecimento de formas urbanas em espaços privados voltadas ao uso coletivo, mas, com restrição de acesso. São os condomínios fechados, os shoppings centers e outros tantos símbolos da autosegregação da elite e da classe média alta que dispõem das técnicas mais sofisticadas de segurança. No entanto, esta segurança é restrita a uma pequena fração de indivíduos que detém maiores condições para investimentos em técnicas securitárias de alto nível, tornando-se, portanto, num produto seletivo.

Assim, consideramos em primeiro lugar que a violência não representa somente o resultado de usos coerentes e contraditórios do território, mas, também, um produto, fruto das relações capitalistas propagadas através dos usos corporativos do território promovidos por parte das grandes corporações transnacionais, especialmente do setor privado de segurança. Por essa razão, há uma verdadeira difusão de um sentimento forçado e generalizado de medo e insegurança, que se reflete de maneira atônita nas arquiteturas urbanas e nas paisagens dos lugares, condicionando os indivíduos a uma busca desenfreada por segurança.

Todavia, essa busca por segurança não se dá de maneira homogênea nos lugares, posto que, cada lugar apresenta um dado contexto espacial, composto de uma configuração territorial distinta. A respeito de tal assertiva, Melgaço (2010, p. 70) afirma que “Enquanto os Estados Unidos, por exemplo, estão preocupados em securizar suas fronteiras para impedir a entrada de imigrantes latinoamericanos, a

---

<sup>9</sup> Para maior detalhamento a respeito da ideia tratada acima, vide, MELGAÇO, Lucas de Melo (2010).

classe média brasileira está mais voltada à criação de barreiras intra-urbanas que eliminem a pobreza de suas paisagens.

Com efeito, há lugares que propiciam melhores condições para a instalação de sistemas técnicos sofisticados, criados com o propósito de refrear as ações violentas. Em contrapartida, a maior fração do território é desprovida desses mesmos aparatos técnicos e ainda mais do aparelho estatal, que inverte seu papel de ator promotor do bem-estar social e do direito comum a todos, para servir a uma minoria restrita que retém o direito de apropriação e de dominação, promovendo a reprodução das desigualdades. Daí o surgimento dos espaços da rarefação, da viscosidade, os espaços da segregação daqueles que não compartilham da comunhão global, espaços fortalecidos para a produção da doença – desigualdades socioespaciais – e do seu sintoma mais emblemático no período atual, a violência.

Entretanto, mesmo os lugares que dispõem de infraestrutura avançada e de técnicas aperfeiçoadas, tendem a ser mais vulneráveis a violência do que aqueles onde há uma rarefação de aparatos técnicos. Essa afirmação se justifica por meio da seletividade condicionada a esses territórios, pois, as técnicas criam pontos luminosos determinados pelo impacto de leis normativas estabelecidas por parte das forças hegemônicas e, por essa razão, sua difusão não se dá de forma homogênea nas diferentes porções do território. Desse modo, pode se dizer que o conflito das forças homogeneizadoras não cria territórios homogêneos, mas, pelo contrário, desencadeia uma revanche do território impactado por esses vetores, fazendo emergir desigualdades de toda natureza.

No que diz respeito a Alagoas, a tradução desses contrastes tem se mostrado cada vez mais explícita nas arquiteturas urbanas dos lugares. Uma expressão atinente a esse contexto que bem exemplifica essa dinâmica global, está associada ao crescimento em grande escala do processo de “especulação imobiliária<sup>10</sup>” – caracterizado através da distribuição coletiva dos custos de melhoria das localizações, juntamente à uma apropriação privada dos lucros provenientes dessas melhorias.

---

<sup>10</sup> Campos Filho (2001, p. 48) define especulação imobiliária, em termos gerais, como “[...] uma forma pela qual os proprietários de terra recebem uma renda transferida dos outros setores produtivos da economia, especialmente através de investimentos públicos na infra-estrutura e serviços urbanos [...]”.



Destarte, vale acrescentar ainda que esse processo só revela quão difundida tem se transformado a sensação de medo e insegurança, privando o indivíduo do direito à vida, escondendo-o por trás de pesados portões, altos muros de proteção, e toda uma parafernália técnica que se apresenta sob variadas formas de uma pseudoproteção a violência do cotidiano. Verdadeiras provas de que vivemos em um momento histórico marcado pelo crescimento da intolerância, do extremismo e da negação do outro. Logo, não por acaso, fazendo referência as palavras de Moraes (1983), fica nítido, nos tempos atuais, que o medo e a insegurança são os pães do cotidiano dos cidadãos.

Sob essa óptica, constata-se um relativo crescimento em Alagoas, sobretudo, nos dois principais centros do estado – Maceió e Arapiraca, com maior profusão na capital alagoana, Maceió – do percentual de condomínios horizontais, residenciais de luxo e edifícios de apartamentos, criados com o propósito de atender as necessidades de uma sociedade altamente individualista e securitária. Outrossim, desvelando a segregação emanada desse processo que expressa uma das formas de manifestação mais perversas da violência.



Figura 1. Residencial Aldebaran, condomínio de alto padrão localizado nos arredores de bairros de classe média/baixa (Gruta, Jardim Petrópolis, Tabuleiro dos Martins).

Fonte: Acervo pessoal. Maceió, 2016.



Figura 2. Residencial Ouro Verde, condomínio de Alto Padrão.  
Fonte: Acervo pessoal. Arapiraca, 2017.



Figura 3. Residencial San Nicolas, condomínio de Alto Padrão.  
Fonte: Acervo pessoal. Maceió, 2017

Dentre as principais finalidades que induzem a uma restrita parcela da população a elegerem esses espaços como “locais mais seguros”, se sobressai o sentimento de exclusividade e privilégio, por residir em imóveis amplos e confortáveis que se caracterizam por distanciar os indivíduos indesejáveis e diminuir os riscos de ações violentas. Daí explica-se todas as arquiteturas do medo da violência, pois, diz respeito tanto à criação de espaços de exclusividade quanto a informatização do cotidiano para fins de segurança (MELGAÇO, 2010).



Figura 4. O medo da vida externa leva o indivíduo a buscar por segurança no aparelhado técnico. A câmera de vigilância, os altos muros de proteção, pesados portões e a cerca elétrica, revelam que o exterior representa uma ameaça eminente a vida do indivíduo.

Fonte: Acervo pessoal. Girau do Ponciano, 2017.

Diante do exposto, há uma questão de primeira ordem que inegavelmente indica uma possibilidade de apreensão do referido processo. Trata-se do interesse dos macroatores do capitalismo – que são as empresas do setor bélico, de segurança privada e os grandes grupos de narcotraficantes de entorpecentes e de armas que comandam a economia mundial – na produção e disseminação da violência. Dadas as normas estabelecidas por esses agentes, verifica-se uma notória e exponencial ascensão do número de construções civis no território alagoano, alavancando, o outrora mencionado, processo de especulação imobiliária.

Nesse sentido, o segmento privado de segurança demonstra um papel representativo na trama das relações econômicas, tendo em vista sua penetração em todas as porções do território brasileiro, e, alagoano, mediante a prestação de uma multiplicidade de serviços particulares, que não mais se restringe a proteção ao patrimônio e a pessoa. Verifica-se, um inegável avanço a partir da disponibilização de seguros de objetos pessoais, a exemplo, o cartão de crédito, os celulares, os veículos, dentre outros, afirmando o processo de militarização do espaço urbano (MELGAÇO, 2010) e ampliando no imaginário da população um pseudo sentimento de redução da violência e de aumento das formas segurança.



Figura 5. Empresas do setor de seguro privado nacionais e internacionais, atuantes no território brasileiro e alagoano.

Elaboração: OLIVEIRA, Luã Karll de, 2017.

Destarte, sem incorrer em redundância, há de se assentir com Melgaço (2010) quando esse autor adverte que o sentimento de medo e insegurança impõe uma transformação aos lugares refletida na conjuntura arquitetônica dos espaços, sejam eles de lazer, de trabalho ou de moradia, e, por conseguinte, condiciona a mudança de comportamento dos indivíduos com a crença de que estes espaços não são mais seguros, e que o temor pela vida é algo eminente e diuturno.



Figura 6. Formas de representação das arquiteturas do medo e da hostilidade. Desvelam dois lados opostos, o primeiro, a insegurança que aflige todas as partes do mundo, o segundo, a forma intolerante, e hostil como estas são planejadas, influenciando o comportamento dos indivíduos.  
Elaboração: OLIVEIRA, Luã Karll de, 2017.

Nessa perspectiva, o autor supracitado lembra que é possível identificar essa realidade ao analisar, por exemplo, “o impacto do medo da violência nos preços praticados pelas seguradoras de veículos e imóveis no Brasil: quanto mais violenta é a imagem que se tem de um município, maiores são as tarifas utilizadas pelas seguradoras” (MELGAÇO, Op. Cit., 106). Tal fato permite compreender como a violência se tornou de vital importância para a drenagem de recursos financeiros por parte das empresas de segurança privada, revelando-se como uma atividade com elevada capacidade de geração de renda. Do mesmo modo que, admite o fracasso dos governos – sejam na esfera federal, estadual ou municipal – em estabelecer uma política territorial que tenha em vista o combate à violência com mecanismos de segurança eficazes.

Decerto, é importante salientar que esse processo se apresenta de maneira mais aguda no contexto atual. De certo modo,

Aparentemente, tanto no cenário nacional quanto no internacional, o aumento da segurança privada parece ter emergido entrelaçado ao mesmo contexto em que se dá o crescimento do crime, da violência e da sensação de insegurança, mas também é marcado por outros processos importantes, que teriam gerado o incentivo econômico e o espaço legal para esse tipo de policiamento corporativo, e que fazem parte, também, de um contexto de transformação da paisagem urbana no período (ZANETIC, 2009, p. 137).

Nessa perspectiva, ressalte-se ainda que, embora seja utilizado como um mecanismo de redução da violência e combate ao crime, a militarização do espaço urbano reforça o crescimento da indústria da violência, que tem como objetivo disseminar e reproduzir o medo da violência, na medida em que as forças hegemônicas obtenham vantagem face a essa condição do mundo contemporâneo, originando como consequência o desmantelo da ordem local em detrimento de uma nova racionalidade.

Ainda a propósito do referido processo, é sensato conceber que o sentimento de medo da violência não é algo recente, visto que, ele sempre existiu. Pois, “o medo passa a fazer parte do imaginário coletivo e isso altera o cotidiano das pessoas e a maneira como usam o território. [...] é certo que no período atual da globalização ele tem tomado proporções inéditas, sendo disseminado e reproduzido” (MELGAÇO, 2010, p. 105-106). Nesse sentido, a produção da violência movimenta uma indústria que funciona em torno da propagação da desordem, especialmente pelo fato de transmitir no imaginário das pessoas uma sensação de segurança e conforto, com a introdução em grande número dos espaços auto-segregativos, exclusivos à uma pequena parcela da população.

Nesse sentido, é importante questionar quem propaga o medo e a insegurança em Alagoas, e quais são os verdadeiros promotores da violência. Ferreira e Costa (2011, p. 23) apontam respostas para esses questionamentos ao afirmar que “os autores da violência [...] estão presentes em todas as classes sociais, pertencem a todos os gêneros, gerações e etnias [...] são ricos e pobres, brancos e negros, homens e mulheres, crianças, jovens e adultos”. Tão logo, desvelando mais do que um novo paradigma da violência, como propôs Wieviorka (1997).

Provocar esta discussão sobre violência e segurança, mediante a utilização do território usado como categoria de análise, possibilita a percepção das desigualdades e a complexidade imbricada ao território, especialmente, o alagoano,

condicionado por suas especificidades. Daí a relevância de se conceber o espaço geográfico como “[...] um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2012a, p. 63), entendendo-o como ponto de partida para a compreensão de todos os processos espaciais.

Desse modo, algumas ideias sobre segurança poderão ser descortinadas, trazendo à luz como esses aparatos tecnológicos ao invés de promover um estado de segurança, podem constituir-se em diferentes fontes de violências, injustiças e mesmo de inseguranças, pois, conforme afirma Melgaço (2010, p. 108-109) “a presença de muros altos, cercas elétricas e câmeras de vigilância reforça a sensação de insegurança, pois veicula a mensagem de que aqueles lugares cercados e vigiados seriam potencialmente perigosos e, exatamente por esse motivo precisariam ser constantemente monitorados”.

Assim sendo, para compreender a dinâmica da violência é necessário levar em consideração que mesmo a presença de aparelhos securitários, não irá impor uma condição de segurança aos lugares, visto que, a própria segurança não significa a redução da violência. Assim, alicerçado nesta afirmação pode se advertir que securizar o território não representa a solução mais eficaz para se combater um problema tão amplo e complexo como a violência, isto é, securizar deve ser entendido como um meio e não como uma finalidade.

➤ *A securização do território como resposta à insegurança*

As tecnologias securitárias têm se expandido rapidamente no território como resposta a um movimento global de securização, intrinsecamente relacionado a globalização. Em primeiro lugar, esse processo se mostra possível porque a informação, hoje, está presente em todas as partes do território permitindo uma maior capilaridade dessas atividades, mas, também, porque a globalização tal qual se apresenta é perversa, e, por isso, reforça as desigualdades socioeconômicas, aumentando a necessidade de securização para a manutenção das contradições (MELGAÇO, 2010).

Com o advento desse novo contexto espacial, encontramos no território a formação tanto de uma nova camada de sistemas técnicos (tecnoesfera), quanto a difusão da informação na forma de ideias, ordens e normas (psicoesfera)<sup>11</sup> (ZOMIGHANI JUNIOR, 2013). Como reflexo a essa racionalidade, verifica-se a propagação de novas técnicas espalhadas nos mais diversos pontos do território, contendo funcionalidades diferentes, quiçá divergentes ou opostas, estritamente programadas para obedecer a uma lógica voltada à modernização congruente com a difusão planetária do meio geográfico atual – técnico-científico-informacional –, que impõe relações e nos governa.

Partindo deste princípio, o intento neste momento repousa em apreender a realidade socioespacial do estado de Alagoas que, apresenta um contexto diferente daqueles constatados em outras partes do Brasil o que justifica, entre outras razões, a forma particular com que se dá o processo de securização<sup>12</sup> do seu território. Isso

---

<sup>11</sup> Na próxima seção desta dissertação, serão discutidos os conceitos de tecnoesfera e psicoesfera propostos por Milton Santos (2012a).

<sup>12</sup> O emprego do termo *securização* utilizado por Melgaço (2010), advém do francês *sécurisation*, que significa segurança. Para o autor citado, o termo tem o propósito de “designar o processo de implantação de objetos e formas urbanas voltado à busca por algum tipo de segurança” (MELGAÇO, Op. Cit., p. 66).

Ademais, vale destacar que não existe na língua portuguesa o termo *securização*, que está relacionado a instalação de aparatos de segurança no território, sua gênese, causa e efeito. O termo mais próximo a este é denominado por *securitização* que significa uma prática financeira que consiste em agrupar vários tipos de ativos financeiros (notadamente títulos de crédito como faturas emitidas e ainda não pagas, dívidas referentes a empréstimos e outros), convertendo-os em títulos negociáveis no mercado de capitais. Na securitização, a dívida é transferida e vendida na forma de títulos, para vários investidores. Portanto, estando relacionado a assuntos da economia e não da segurança. Disponível em: [rbcapital.com.br/](http://rbcapital.com.br/) acesso: 21-12-15.



ocorre porque mesmo havendo particularidades que definem cada território, o processo imputado a estes não se materializa de forma homogênea em todo o globo terrestre. No entanto, é bem verdade, se faz mister ressaltar certa semelhança entre determinados aspectos percebidos na configuração socioespacial alagoana que são atinentes a outros contextos socioespaciais.

Um exemplo para esta assertiva, outrora mencionado nesta seção, é a cidade de Campinas no interior do estado de São Paulo. A função exercida por parte das empresas de segurança privada com o surgimento dos condomínios fechados tanto em Alagoas como no território campineiro, parece expressar traços de certa similaridade. De modo que, “em Campinas, muitos deles advêm de estratégias de especulação imobiliária e também de campanhas publicitárias que vendem um ideal “hollywoodiano” ou “europeu” de moradia (MELGAÇO, 2010, p. 70).

Já no caso alagoano não é demasiado concluir que, mesmo sendo constantemente veiculada a ideia de uma moradia com maior segurança, comodidade e conforto, o que se observa, especialmente, nos dois maiores centros urbanos – Maceió e Arapiraca, onde esse processo se dá de maneira mais efusiva – é um crescimento vertiginoso do processo de especulação imobiliária concebido por meio da ascensão dos loteamentos e condomínios privados, que se dão independentemente da localização da área loteada, sem se importar com os limítrofes entre as cidades, tampouco, com os interesses sociais, gerando ainda mais desigualdades e injustiças sociais de toda ordem.

Outro contexto espacial que merece aqui um breve destaque, por se aproximar, em certa medida, da realidade alagoana, diz respeito ao estudo apresentado pelo geógrafo Marcelo Bordin a propósito da produção de espaços segregados na capital paranaense, Curitiba. No referido trabalho é analisado com profundidade os problemas decorrentes da violência urbana que, por muitas vezes, são ocultados pela esfera do poder público em nome da preservação de uma imagem de cidade planejada, vista como um modelo considerado ideal para o enfrentamento dos problemas urbanos que afetam grande parte das cidades no planeta.

---

Para a execução deste trabalho, buscar-se-á avançar na discussão proposta pelo autor supracitado, a partir da utilização do mesmo termo, contudo, mediante uma abordagem que permita ir além da apreensão do processo de implantação de objetos e formas urbanas no território.

Contudo, Curitiba, e o estado do Paraná, assim como determinados lugares do Brasil, sofre influência do tráfico e comércio de entorpecentes, especialmente, em razão de sua privilegiada localização geográfica na rota do tráfico. A propósito da referida assertiva, destaca o autor que

O estado do Paraná se encontra em uma posição extremamente vantajosa para o transporte e a distribuição de diversos produtos de origens ilícitas, como armas, drogas e mercadorias contrabandeadas. A existência de fronteiras com outros dois países sulamericanos, aliado a falta de fiscalização por parte das autoridades competentes, em especial no lago da hidroelétrica de Itaipu, facilita que o estado fosse transformado e colocado na rota de diversas organizações criminosas (BORDIN, 2009, p. 61).

No que diz respeito a Alagoas a situação não é diferente, visto que, nos dias de hoje o narcotráfico encontra-se na lista das principais motivações para o crescimento da violência homicida no estado. Ademais, vale advertir que, assim como no caso paranaense, Alagoas, em especial, o sertão alagoano, se mostra como uma das principais vias de escoamento do tráfico de drogas, especialmente, a maconha, e armas de fogo da região Nordeste e do Brasil. Isso ocorre porque além do insuficiente efetivo policial e de fiscalização precária, outros três elementos são preponderantes para que esse tipo de atividade ilícita possa se desenvolver com maior facilidade.

Em primeiro lugar, o sertão alagoano caracteriza-se por sua proximidade com o principal polo produtor de maconha no Brasil o denominado *polígono da maconha* (área 1), que compreende vinte cidades entre os estados de Pernambuco e da Bahia<sup>13</sup>. Em segundo lugar, está área é cortada por uma das mais importantes fontes de água e energia elétrica do país, o Rio São Francisco, que tem um papel fundamental nesse processo permitindo o cultivo das lavouras de maconha para o tráfico. Por fim, a área que compreende a rota do tráfico de drogas no sertão de Alagoas (área 2), está localizada em uma posição geográfica estratégica dentro do território alagoano. Isso ocorre porque algumas das principais rodovias estaduais, por exemplo, as ALs 130, 145 e 220, fazem a ligação entre as cidades do sertão alagoano

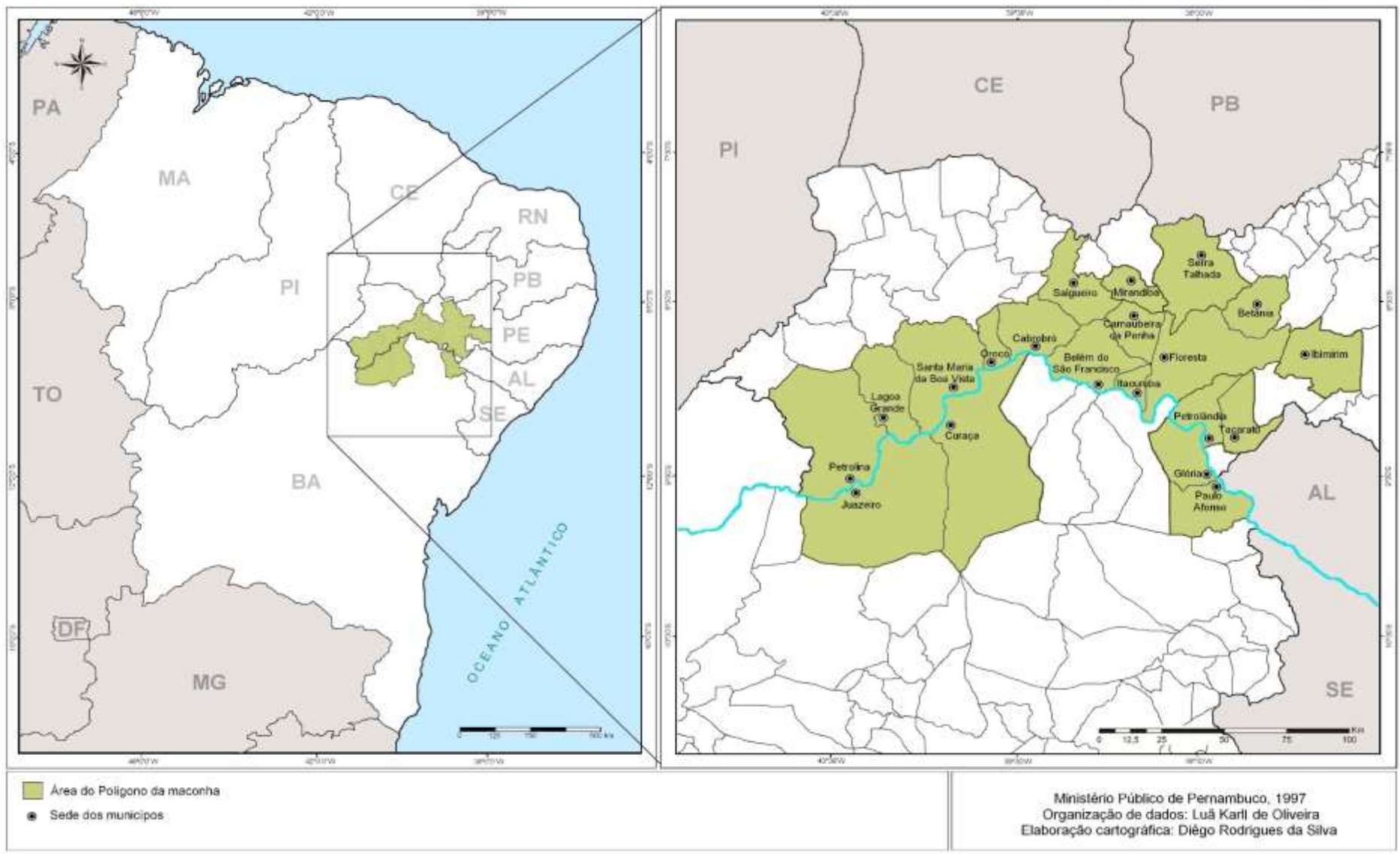
---

<sup>13</sup> Ressalte-se não haver consenso sobre a definição das cidades que fazem parte do Polígono da Maconha conforme advertiram, Oliveira; Zaverucha; e Rodrigues (2009). Tal divergência se dá em função de fatores diversos, o que impossibilita uma maior precisão sobre o contexto da área de influência ora analisada. Sendo assim, utilizar-se-á aqui a delimitação territorial estabelecida pelo Ministério Público do estado de Pernambuco, através de relatório assinado pela Corregedora-Geral do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), Maristela de Oliveira Simonin, e por Gustavo Augusto R. de Lima, presidente da Associação do Ministério Público de Pernambuco, datado de 24/04/1997.

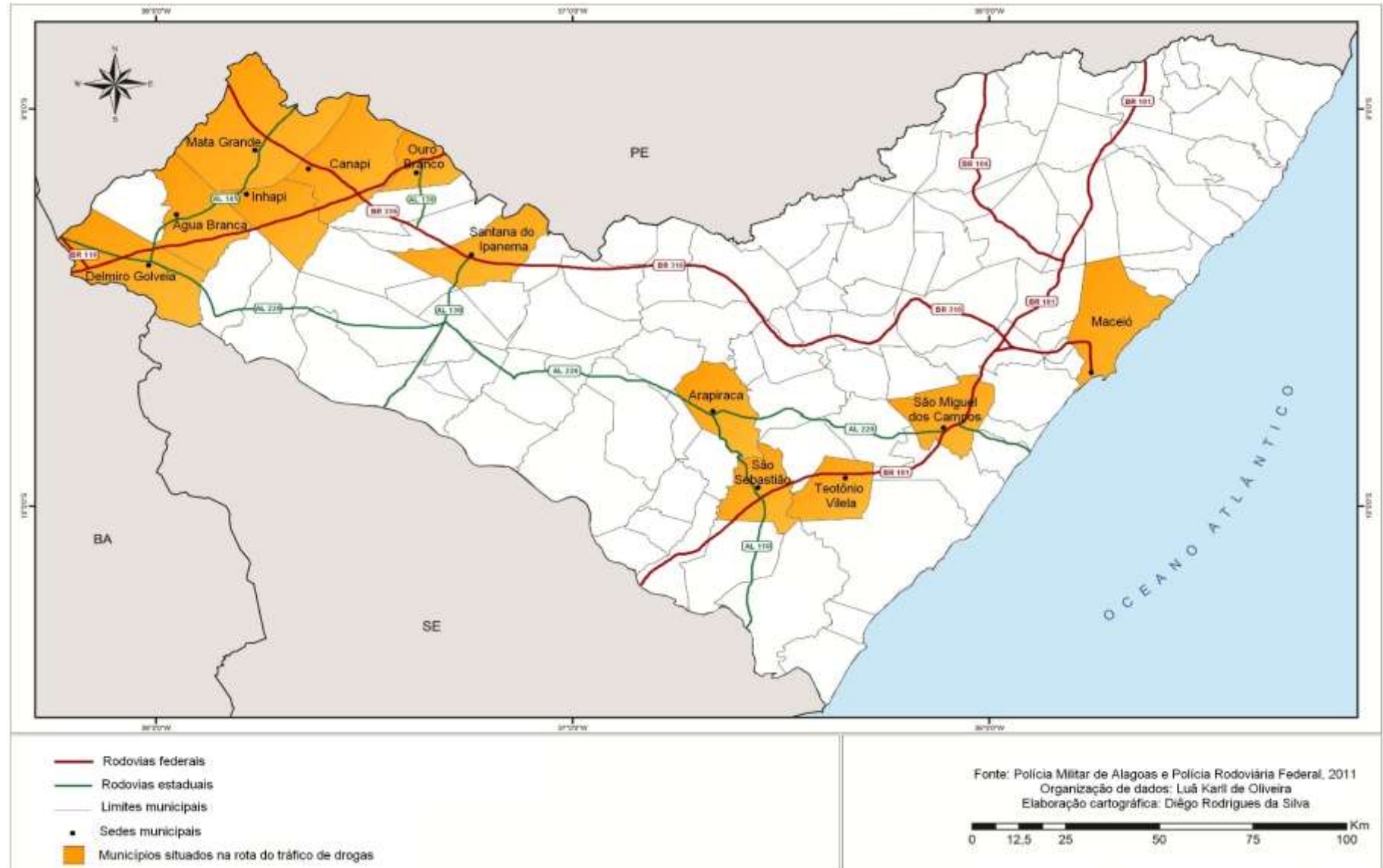
com as cidades do polígono da maconha e, com outras importantes cidades do estado, a guisa de exemplo, Arapiraca e São Miguel dos Campos. Ao mesmo tempo, encontra-se próxima de importantes rodovias federais que cortam o estado, a exemplo, as BRs 101, 104, 110, 316, e 423, facilitando assim, o escoamento da produção de entorpecentes para os municípios alagoanos e demais estados nordestinos.

Ainda a propósito da referida discussão, se faz mister ressaltar que as drogas que chegam até o território alagoano – em grande proporção, a maconha, a cocaína e o crack, e em menor proporção as chamadas drogas sintéticas, como Ecstasy, LSD e MDMA – não se restringem somente as que são oriundas da região do polígono da maconha, como também, das demais regiões brasileiras (área 3). Estas, são advindas, principalmente, dos estados do Paraná, ao Sul, e do Mato Grosso do Sul, no Centro-Oeste, que fazem fronteira com o Paraguai, considerado maior produtor de maconha do mundo; São Paulo, no Sudeste, principal centro econômico do país; e o Pará, ao Norte, aonde encontra-se um dos mais pujantes polos de produção de maconha do Brasil. Ademais, os entorpecentes tem origem de países vizinhos, como é o caso do Paraguai, da Colômbia, Bolívia e Peru.

Assim, como forma de ilustração os mapas 1, 2 e 3, representam a delimitação territorial das áreas de influência acima descritas, respectivamente, com o intento de demonstrar a operacionalidade dessa atividade ilícita no território brasileiro, sobretudo, em Alagoas.



Mapa 1. Delimitação territorial do polígono da maconha.



Mapa 2. Principais rotas do tráfico de drogas no território alagoano.



Mapa 3. Percurso percorrido pelas drogas antes de entrarem no território alagoano. Via internacional do narcotráfico.

Diante disso, verifica-se que o sentimento de medo e insegurança desencadeado a partir da realidade exposta nos dois exemplos acima citados, tem contribuído para a consolidação do processo de securização do território alagoano. Uma atividade que se torna cada vez mais constante e que surge, de maneira especial, em decorrência do medo do cotidiano infligido pelos diferentes tipos de violência que afrontam a sociedade alagoana.

No entanto, essa resposta apressada ao medo da violência, por muitas vezes, não respeita as configurações socioespaciais dos lugares, isso porque, sua execução

é estabelecida e, por conseguinte, ditada, sob normas, ordens e leis alheias ao território e aos interesses sociais. Em Alagoas essa assertiva fica ainda mais nítida, pois, a combinação dos acontecimentos ocorridos em diferentes fases de sua história, difere o estado das demais realidades brasileiras.

Decerto, não é demais afirmar que o fator mais incisivo que justifica esse contexto, está relacionado a uma famigerada fragilidade democrática que acompanha o estado desde os tempos idos, impedindo o tão esperado progresso das áreas sociais, especialmente, no período de redemocratização vivenciado pelo país em meados da década de 1970. A propósito, vale ressaltar que “[...] Alagoas não conseguiu reverter essa realidade dramática, nem conseguiu fazer da democracia um caminho para a conquista de direitos igualitários para sua população” (FERREIRA; COSTA, 2011, p. 22).

Sendo assim, o resultado dessa realidade se reflete na forma como os diferentes agentes usam o território, numa relação que faz erigir uma nova ordem socioespacial responsável pelo embate entre dois territórios. O primeiro, caracterizado pela presença de uma densidade técnica mais sofisticada posta a serviço exclusivo de uma restrita parcela da população. São os espaços luminosos que ao mesmo tempo são os espaços da auto-segregação, criados por uma tecnoesfera e uma psicoesfera que tendem a polarizar, ainda mais, as classes sociais apartando os ricos dos pobres. Por outro lado, fica latente a rarefação dessas técnicas que marginalizam e excluem a grande porção da sociedade que não participa dessa lógica, e não absorve nenhuma parte dessas benesses, cunhando os espaços opacos. São essas pessoas que sobrevivem nas favelas e grotas, onde persiste o domínio de um dualismo frequente entre pobreza e riqueza no mundo do trabalho.

Nesse sentido, quer-se aqui deixar claro que, o fundamento que alicerça os questionamentos realizados diz respeito a forma desigual e contraditória com que a segurança é buscada em razão de alguns e em detrimento da coletividade. Reforçando, portanto, as desigualdades, perpetuando as injustiças sociais e agravando ainda mais o cenário de violência.

### **Seção 3**

---

Faces da securização no território alagoano



➤ *Da psicoesfera do medo a tecnoesfera da segurança*

O medo da violência do cotidiano e o sentimento cada vez mais entranhado de insegurança, se estabelecem no atual período histórico da humanidade como os principais vetores para a expansão do processo de tecnicização do território. Tal processo se inscreve com a introdução de sistemas técnicos de segurança altamente sofisticados, utilizados como mecanismo para as formas de prevenção e combate à violência disponíveis à sociedade por parte das empresas de segurança. Entretanto, ressalta-se que essa condição de medo e insegurança, imposta por muitas vezes de forma desproporcional aos verdadeiros riscos, não é uma exclusividade da atualidade, pois, conforme preconizou Santos (1992, p. 8), “sempre houve épocas de medo. Mas esta é uma época de medo permanente e generalizado”.

Conforme visto nas seções anteriores que compõem esta dissertação, a inserção das técnicas de segurança no território se apresenta como resposta adjacente a generalização do sentimento de insegurança propagado na esfera psicológica dos indivíduos. Com efeito, a insegurança cada vez mais difundida na psicoesfera das pessoas, regula um conjunto de relações que regem a vida da sociedade, delimitando a transformação das paisagens urbanas e alterando o cotidiano dos lugares. A prova disso se verifica na resistência criada a determinados lugares que, passam a ser vistos como mais violentos e inseguros, ou seja, “as pessoas projetam e concretizam no espaço sentimentos por vezes desproporcionais aos riscos efetivos que existem na realidade” (MELGAÇO, 2010, p. 104). Resultando assim, numa busca desmedida por segurança.

Ancorado neste entendimento, pode se assegurar que o medo não se efetiva exclusivamente como uma construção do mundo interior dos indivíduos, mas, também, com a materialização expressa através das transformações sofridas pelas arquiteturas urbanas dos lugares em decorrência da violência e da sensação de insegurança. Fazendo emergir espaços de auto-segregação assinalados pela privação da vida dos indivíduos. São estes espaços, marcados por toda uma parafernália técnica, que tornam o contexto socioespacial vivenciado ainda mais restrito, onde fica nítido o retraimento das pessoas ao mundo exterior. A propósito, Odalia (2004, p. 12) chama atenção para essa realidade ao advertir que, “[...] a casa

hoje é menos compreendida como lugar de repouso e tranquilidade, uma ligação amorosa com o exterior, e mais como refúgio contra a vida exterior, contra a violência, preocupação constante e diuturna”.

Assim, vislumbrando a sistematização de um raciocínio lógico, pautado sob uma análise interpretativa da particularidade conferida ao processo de securização do território alagoano, utilizar-se-á aqui os conceitos de *psicoesfera* e *tecnoesfera*, propostos por Santos (2012), com o intento de apreender a relação dialética existente entre a esfera da técnica, a tecnoesfera, e a esfera das ideias, a psicoesfera. Nesse sentido, este autor assevera que

A tecnoesfera se adapta aos mandamentos da produção e do intercâmbio e, desse modo, frequentemente traduz interesses distantes; desde, porém, que se instala, substituindo o meio natural ou meio técnico que a precedeu, constitui um dado local, aderindo ao lugar como uma prótese. A psicoesfera, reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido, também faz parte desse meio ambiente, desse entorno de vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário (SANTOS, 2012a, p. 256).

Perante a representatividade desses dois elementos, o espaço geográfico se revela um sistema muito mais dinâmico e complexo. Tal argumento se justifica porque tanto a tecnoesfera quanto a psicoesfera se dão numa escala local, entretanto, suas dimensões extrapolam as fronteiras do lugar consolidando-se como a base das relações sociais e econômicas, constituindo-se como parte indissociável para o controle do território e para o desenvolvimento dos mercados. Portanto, partilhamos dos ensinamentos do autor supracitado, para quem: “tecnoesfera e psicoesfera são os dois pilares com os quais o meio científico-técnico introduz a racionalidade, a irracionalidade e a contrarracionalidade, no próprio conteúdo do território” (SANTOS, Op. Cit., p. 256).

Diante desta propositura é possível considerar uma psicoesfera do medo criada, por vezes, de maneira intencional para justificar determinadas ações que incidem sob um ideal de segurança, ou seja, incluindo as tecnologias securitárias que surgem “[...] como uma precondição e uma justificativa para a instalação de uma *tecnoesfera da segurança*” (MELGAÇO, 2010, p. 106). Não obstante, o medo se consolida no período atual como uma parte inerente a vida da sociedade, fazendo com que as pessoas busquem pela própria privatização em construções auto-segregáveis, resultando, como consequência, um estímulo cada vez maior aos

investimentos privados, isto é, robustecendo a reprodução da tecnosfera da segurança.

Face à modernização alcançada graças aos progressos da ciência e da técnica, imputaram-se ao território novas relações socioespaciais que trazem à luz um punhado de transformações no espaço geográfico. Dentre estas, é notório constatar uma acelerada expansão tecnológica que torna o espaço um sistema ainda mais artificial, imbuído de ações igualmente artificiais que tendem a ser, conseqüentemente, alheias ao lugar e aos interesses de seus indivíduos. Nessa perspectiva, adverte-se que essa estética criada pelos aparatos tecnológicos é responsável pela constituição de um “espaço de medo sólido” (SÁ, 2010), traduzido a partir da simbiose entre capitalismo e trabalho. Todavia, se faz mister ressaltar que mesmo diante do papel fortemente exercido por parte da ciência e da tecnologia, mas, também, dos veículos midiáticos, “a geração mais tecnologicamente equipada da história humana, é aquela mais assombrada por sentimento de insegurança e desamparo”, conforme chamou atenção Bauman (2008, p. 132).

No que diz respeito a Alagoas essa realidade tão marcante do mundo contemporâneo, parece se confirmar, especialmente, quando se observa o aumento da busca por segurança nos investimentos privados, à guisa de exemplo, os condomínios fechados, a proteção patrimonial e pessoal, os seguros, e os já citados, aparelhos tecnológicos, câmeras de segurança, portões blindados, cercas elétricas, dentre outros.

Contudo, não se deve menosprezar um fator em especial que reforça o agravamento de tal situação, qual seja, o aumento da criminalidade violenta. Para tanto, constatou-se em Alagoas o aumento de diversas atividades que envolvem o uso da violência, concomitantemente aos índices de homicídios tornando “a sociedade alagoana uma sociedade de risco e na qual as pessoas ficam numa condição de extrema vulnerabilidade e insegurança” (FERREIRA; COSTA, 2011, p. 21). A propósito desta assertiva, a tabela a seguir apresenta os números dos CVLIs (Crimes violentos letais intencionais) registrados em Alagoas, referentes aos últimos cinco anos, com o intento de demonstrar um panorama das principais modalidades de crimes violentos no estado.

Tipo de CVLI	Ano de referência				
	2012	2013	2014**	2015	2016
Homicídio doloso (simples e qualificado)	2048	2142	2053	1638	1695
Roubo seguido de morte (latrocínio)	94	75	—	53	61
Resistência com resultado morte	26	28	—	102	111
Lesão corporal seguida de morte	16	9	—	6	8
Total	2184	2254	2053	1799	1875

Tabela 1. Crimes Violentos Letais e Intencionais por tipo ocorridos em Alagoas (2012-2016).

Fonte: Secretária de Segurança Pública do Estado de Alagoas, 2017.

\*\* O único dado referente a CVLI para o ano de 2014 é de homicídio doloso (simples e qualificado). Sendo assim, o total é referente a esta única variável.

Organização de dados e elaboração gráfica: OLIVEIRA, Luã Karll de, 2017.

Mesmo havendo, em certa medida, uma considerável redução dos números de CVLIs (Crimes violentos letais intencionais), no que diz respeito aos anos iniciais da série, conforme descritos na tabela acima, a preocupação com a violência tem se perpetuado de maneira ininterrupta, alimentando no imaginário das pessoas uma sensação constante de insegurança, reforçada pelo discurso do caos e da barbárie, criando uma verdadeira “paranóia coletiva em virtude do medo e da segurança” (MELGAÇO, 2010, p. 104).

Em função disso, é possível justificar o aumento relevante da prestação dos serviços de segurança privada, não só em Alagoas, mas, também no Brasil, principalmente, em decorrência da fragilidade das instituições públicas em garantir os serviços de segurança. Em consonância com esta ideia, Ballesteros (2014, p. 7), chama atenção de maneira veemente para este fato ao asseverar que “as políticas de segurança pública no Brasil têm sido, em regra, pensadas e implementadas de forma fragmentada e pouco planejadas”.

Desse modo, como resposta às deficiências das instituições públicas, as empresas de segurança privada tornam cada vez mais aperfeiçoados os aparelhos securitários, o que demanda investimentos mais arrojados para a produção, acirrando ainda mais a competitividade entre as corporações securitárias. No entanto, é

necessário advertir que quanto mais sofisticadas são as técnicas utilizadas para a produção de aparelhos de segurança, maior é a seletividade imposta à sua obtenção, isso porque, “a informação passa a ser a variável chave do presente e sua influência atinge também os processos de securização” (MELGAÇO, Op. Cit., p. 175). Referente a este contexto, Santos (2012) advertiu que

Os objetos são informados, por sua carga específica de intencionalidade, e não funcionam senão a partir de uma informação que é também específica. Essa informacionalização do espaço tanto é a dos objetos que formam o seu esqueleto material, como a das ações que o percorrem, dando-lhe vida. Fixos e fluxos são, pois, ricos em informação” (SANTOS, 2012a, p. 293).

Ainda a propósito do referido processo, importa ressaltar que “cada época se caracteriza pelo aparecimento de um conjunto de novas possibilidades concretas, que modificam equilíbrios preexistentes e procuram impor sua lei” (SANTOS, 2008b, p. 45). Por essa razão, “tais conteúdos de técnica, de ciência e de informação constituem a nova variável motora que permite reconhecer um novo sistema temporal, com a organização de um novo espaço” (SANTOS, 1999b, p. 8).

Assim, as tecnologias de segurança (câmeras de vigilância, cercas elétricas, pesados portões, muros de contenção), tendem a alcançar todas as frações do território graças a produção de uma informação altamente especializada, contudo, seu real alcance não se dá de forma homogênea, pois, se impõe com uma carga ideológica seletiva no território. Nesse contexto, chamamos atenção para uma lógica intencional de manutenção da violência, visto que, ao que tudo indica, as práticas violentas servem como fonte de canalização de recursos financeiros por parte das grandes empresas do setor privado de segurança, dada através da criação de uma psicoesfera de desordem e insegurança. A partir dessa realidade, Santos (2008b) ressaltou que

Hoje, os objetos culturais tendem a tornar-se cada vez mais técnicos e específicos, e são deliberadamente fabricados e localizados para responder melhor a objetivos previamente estabelecidos. Quanto as ações, elas tendem a ser cada vez mais racionais e ajustadas. Convertidos em objetos geográficos, os objetos técnicos são tanto mais eficazes quanto melhor se adaptam as ações visadas, sejam elas econômicas, políticas ou culturais (SANTOS, 2008b, p. 46).

Não é demasiado afirmar que a sociedade alagoana convive em uma condição de risco constante e diuturno, decorrente de uma violência alarmante que

atinge a todas as classes, o que justifica, em certa medida, a presença de uma tecnoesfera da segurança. No entanto, nem todos os lugares representam uma ameaça à vida dos indivíduos, conforme é transmitido, por muitas vezes, de maneira banalizada pelos veículos midiáticos com o propósito de marginalizar determinados espaços como contrapartida a hipervalorização de outros.

Para se ter uma ideia disso, as circunstâncias que condicionam a classe marginalizada e as elites dominantes à buscarem por segurança são totalmente distintas. Em primeiro lugar, os marginalizados, sofrem injustiças de toda natureza e, por isso, desejam obter a segurança para impedir que a violência continue a ocorrer, principalmente, a violência mais extrema, isso é, o homicídio. Destarte, ainda que não seja executada do modo como deveria acontecer, neste caso, a segurança tem um papel de defender as classes menos favorecidas dos potenciais riscos da criminalidade violenta.

Por outro lado, as elites dominantes buscam a segurança para se protegerem da ameaça dos indivíduos considerados indesejáveis que, são os mesmos que compõem a classe dos marginalizados. De forma contraditória, a segurança se apresenta com uma intencionalidade distinta acarretando na segregação e na exclusão das classes menos abastadas, o que significa dizer, que mesmo a segurança pode ser uma fonte de violências e injustiças, sobretudo, para aqueles menos favorecidos.

Nesse sentido, se faz mister apreender quem de fato tem seus verdadeiros interesses defendidos, e por quem. A restrita parcela dos mais ricos, desfrutam das vantagens oferecidas pelas empresas de segurança privada e, em certa medida, do corpo policial que, por muitas vezes, usam do excesso de poder e da arbitrariedade, para atender aos seus reclames. Já a maioria mais pobre que quase sempre não tem nenhum direito a reclamar das instâncias privadas, ainda convive com um setor público decadente e cada vez mais incapaz de promover aquilo que é de sua competência, ou seja, a segurança e o direito à vida para todos. Todavia, essa seletividade representa um grande perigo, pois, é preciso atentar para o risco eminente “[...] de se criar uma cisão na sociedade entre os que podem e os que não podem garantir a sua segurança”, conforme advertiu Cubas (2002, p. 69).

Dessa forma, fica nítido que ao invés de operacionalizar sua função de combate à violência e ao crime organizado, produzindo relações de confiabilidade com a sociedade, as instituições públicas repassam, de certa forma, suas atribuições para o setor privado, que comercializa a segurança como um produto de grande potencial econômico, gerando lucros para o abastecimento das grandes corporações privadas que comandam as relações com a sociedade.

Assim, a segurança passa a ser transformada em mercadoria, como será visto adiante, tendo um alto valor de comércio, sendo conquistada, exclusivamente, por aqueles que dela tem o direito de usufruir, segregando e rejeitando a maior parte da população que fica a margem dos reais riscos do crime e da violência.

➤ *O uso corporativo do território por parte das empresas de segurança privada*

Uma das razões de primeira ordem que permitiram a compreensão da dinâmica estabelecida para a prestação dos serviços de segurança privada no Brasil, por partes das grandes corporações securitárias, está atribuída a diversificação da tipologia dos crimes e da organização dos grupos criminosos no território. Dessa maneira, assentimos com a proposição de André Zanetic (2005), que chama atenção para três fatores determinantes que condicionaram, sobretudo, a partir da década de 1990, a expansão do mercado de segurança no país. Sendo assim, em primeiro lugar, como não poderia ser diferente, o autor supracitado aponta o crescimento da criminalidade violenta como fator preponderante para a ascensão do mercado securitário no território brasileiro; subseqüentemente, somatiza a percepção da violência em consonância ao aumento da insegurança; e, por fim, destaca o papel das metamorfoses na utilização do espaço.

Destarte, dentre os processos acima elencados, chamamos atenção para a constatação de um intenso crescimento da criminalidade violenta, de maneira especial, os homicídios praticados por arma de fogo, acompanhado de uma progressão substancial da violência nas ações criminosas. Essa assertiva se torna palpável através dos índices de homicídios registrados entre os anos de 1980 a 2014, quando se assistiu no Brasil a um íngreme crescimento da violência homicida, que saltou de uma taxa de 5,1 mortes violentas por grupo de 100 mil habitantes no ano inicial da série em destaque, para 21,2 mortes violentas no último ano da série analisada (WAISELFISZ, 2016). Representando um acréscimo de pouco mais de 315%, em um espaço de tempo de três decênios.

Dessa maneira, é possível ainda atribuir à proposição de Zanetic (2005), uma tendência crescente no que concerne aos crimes contra a pessoa e o patrimônio. Nesse sentido, dentre as principais ações violentas relacionadas a essa categoria de crime, destacam-se: i. o crescimento do número de roubos e furtos a residências; ii. roubos a instituições financeiras; iii. roubos e furtos de veículos; iv. Estupros; e v. latrocínios, dentre outras modalidades de crimes. Permitindo, de certa forma, uma maior organização das ações dos grupos criminosos. A propósito, a tabela a seguir traz à luz os números que desvelam a dinâmica dessas práticas violentas no território



brasileiro, com ênfase para os roubos e furtos de veículos que dentre os crimes violentos acima elencados tem uma maior participação, em consonância com os homicídios, no crescimento da criminalidade violenta observada nos últimos anos.

Tipo de crime	2011	2012	2013	2014
Roubos de veículos*	192,81	220,65	276,15	290,12
Furtos de veículos*	238,77	256,45	308,65	319,47
Roubo seguido de morte (Latrocínio)	0,72	0,85	0,89	0,87
Lesões corporais seguida de morte	0,49	0,48	0,6	0,42
Estupros	19,82	24,47	23,75	21,67

**Tabela 2. Taxas referentes aos tipos de crime ocorridos no Brasil (2011-2014).**

Fonte: Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, 2017.

Organização de dados e elaboração gráfica: OLIVEIRA, Luã Karll de, 2017.

\* A fórmula para calcular os resultados referentes aos tipos de crimes contra a pessoa é utilizada de igual maneira para o cálculo referente aos crimes contra o patrimônio.

Ainda a respeito do referido processo, não se deve olvidar da forte influência atribuída ao tráfico de drogas e ao comércio ilegal de armas de fogo, sobretudo, em razão do elevado valor econômico atrelado a essas atividades ilícitas, como fatores que consolidam o crescimento do crime organizado e a diversificação dos tipos de ações violentas. Em relação ao contexto supracitado, Alba Zaluar chama atenção para o comércio de entorpecentes ao classifica-lo dentre as principais fontes de produção econômica do mundo globalizado, e o modo com que as organizações criminosas agem nas fronteiras nacionais e internacionais desse mercado a partir da relação estabelecida entre os comandos locais e os grandes centros da economia mundial. Decerto, a autora adverte que

Já se tornou lugar-comum dizer que o tráfico de drogas ilegais, tendo sido instituído como crime, tornou-se uma atividade econômica transnacional com conexões nos negócios legais e formais. De fato, alguns de seus efeitos só não são entendidos quando se tomam as relações simbióticas entre diferentes atores que têm interesses comuns e formam um tecido social, econômico e institucional bem entrelaçado (ZALUAR, 2009, p. 162).

Diante do impacto causado com a intensificação das práticas violentas no território brasileiro, foi possível observar um grande investimento em segurança privada, por parte da sociedade civil organizada e dos setores corporativos. Isso se concretiza com o crescimento da demanda dos serviços prestados por empresas especializadas na área securitária, como também, por empresas com atividades voltadas, exclusivamente, aos serviços de vigilância, visto que, “tais serviços são denominados serviços orgânicos de segurança, ou seja, são atividades realizadas pela própria empresa que utiliza quadro funcional próprio, sem recorrer ao processo de terceirização do serviço” (CUBAS, 2002, p. 71). A propósito deste último elemento verifica-se uma característica singular adotada por algumas corporações, qual seja, aproveitar o quadro de funcionários para a prestação dos serviços, com a finalidade de não terceirizar a atividade, objetivando maior rentabilidade com a venda de serviços e produtos.

Refletindo sobre a organização da atividade de segurança privada, importa ponderar que, está auferiu notoriedade no Brasil, de maneira especial, em meados da década de 1960, em decorrência de uma onda de assaltos a instituições financeiras. A princípio, o surgimento dos serviços securitários no Brasil tinha como objetivo central a proteção patrimonial, pessoal e de transporte de valores. A propósito, é importante salientar que o segmento de segurança de transportes de valores se destaca nesse período por ser um dos pioneiros na prestação de serviços securitários, até então, não regularizados como atividades com fins financeiros no Brasil.

Destarte, diante dos constantes assaltos às instituições financeiras, desprovidas à época de um serviço especializado para o traslado de valores, a Associação dos Bancos, atualmente reconhecida por FEBRABAN (Federação Brasileira dos Bancos), sentiu a necessidade de contar com serviços especializados para este fim. Sendo assim, aos 10 de janeiro de 1996, o grupo norte-americano Brink's, fundado em 1859, passou a prestar os serviços de transporte de valores, antes desempenhado por funcionários dos bancos, utilizando tecnologia e logística sofisticada no processo de envio e recebimento de valores, que inclui, a coleta e transporte com o uso de carros-fortes, abastecimento, processamento, guarda segura, transferência e depósito bancário, gestão total de ATM (*Automatic Teller Machine*) e gestão integrada de segurança.



Figura 7. Brink's Segurança e Transporte de Valores Ltda.  
Elaboração: OLIVEIRA, Luã Karll de, 2017.

Desde então, houve um crescimento gradativo das corporações do ramo securitário em todo território brasileiro, sobretudo, na década de 1990, quando se assistiu ao aumento da criminalidade violenta, fazendo com que a oferta e a demanda da prestação deste tipo de serviço aumentassem, levando a reboque, uma das maiores altas do setor em toda a sua história. Essa nova dinâmica permitiu ainda o surgimento e a, conseqüente, consolidação, de outro importante segmento do setor securitário, qual seja, o de segurança eletrônica, que em face ao contexto apresentado no país ganhou mercado, principalmente, em razão da emergência da população na busca por alternativas que surtisserem efeito imediato no enfrentamento e combate da criminalidade violenta.



Figura 8. Empresas do segmento de segurança eletrônica.  
Elaboração: OLIVEIRA, Luã Karll de, 2017.

Nesse sentido, de acordo com o Departamento da Polícia Federal, no ano de 2016, foram totalizadas no Brasil, 2.398 empresas especializadas em segurança patrimonial, oficialmente registradas no órgão que é formalmente responsável pela autorização, fiscalização e controle do setor dos serviços privados de segurança no país<sup>14</sup>. Enquanto isso, os dados oficiais registrados pelo DPF referentes as empresas do segmento de segurança de transporte de valores, somatizaram um total de 246 instituições securitárias. O quadro a seguir descreve tais afirmações com os números gerais de todas as empresas de segurança privada em cada estado brasileiro.

<sup>14</sup> Departamento de Polícia Federal – Relatório 2016 (Disponível em: <http://www.consultaesic.cgu.gov.br>). O mesmo relatório encontra-se na seção de anexos desta dissertação a título de reconhecimento e maior confiabilidade dos dados apresentados.

<b>Estados</b>	<b>Nº de empresas especializadas em vigilância patrimonial</b>	<b>Estados</b>	<b>Nº de empresas de transporte de valores</b>
Acre	9	Acre	2
Alagoas	19	Alagoas	2
Amapá	9	Amapá	-*
Amazonas	50	Amazonas	3
Bahia	161	Bahia	15
Ceará	71	Ceará	6
Distrito Federal	78	Distrito Federal	1
Espírito Santo	68	Espírito Santo	7
Goiás	98	Goiás	7
Maranhão	45	Maranhão	8
Minas Gerais	145	Minas Gerais	29
Mato Grosso do Sul	50	Mato Grosso do Sul	6
Mato Grosso	51	Mato Grosso	9
Para	65	Para	14
Paraíba	39	Paraíba	6
Pernambuco	68	Pernambuco	8
Piauí	26	Piauí	9
Paraná	198	Paraná	17
Rio de Janeiro	201	Rio de Janeiro	13
Rio Grande do Norte	36	Rio Grande do Norte	1
Rondônia	21	Rondônia	2
Roraima	4	Roraima	1
Rio Grande do Sul	153	Rio Grande do Sul	23
Santa Catarina	145	Santa Catarina	15
Sergipe	18	Sergipe	1
São Paulo	549	São Paulo	40
Tocantins	21	Tocantins	1
<b>Total</b>	<b>2398</b>	<b>Total</b>	<b>246</b>

Quadro 1. Número de empresas de segurança privada por segmento nos estados brasileiros no ano de 2016.

Fonte: MJ – Departamento da Polícia Federal/Relatório totalizado de empresas por UF, 2016 – Acesso em abril de 2017.

Organização de dados e elaboração gráfica: OLIVEIRA, Luã Karll de, 2017.

\* Não há dados referentes ao estado do Amapá sobre o segmento de transporte de valores.

Dessa forma, para se ter uma dimensão da distribuição e expansão dessas corporações securitárias no território brasileiro, verifica-se no segmento de segurança patrimonial que das 2.398 empresas registradas, 483 encontram-se em situação regularizada na região Nordeste, dentre as quais, 19 atuam no estado de Alagoas, enquanto isso, 963 estão com suas funções normalizadas na região Sudeste, sendo que, 549 estão situadas no estado de São Paulo. Em relação ao segmento de segurança de transporte de valores, constatou-se que 56 empresas de um total de 246, encontram-se em situação regularizada na região Nordeste, dessas, 2 localizam-se em Alagoas, em contrapartida, na região Sudeste constatou-se que há 89 empresas com situação regularizada, sendo que, 40 destas estão situadas no estado de São Paulo.

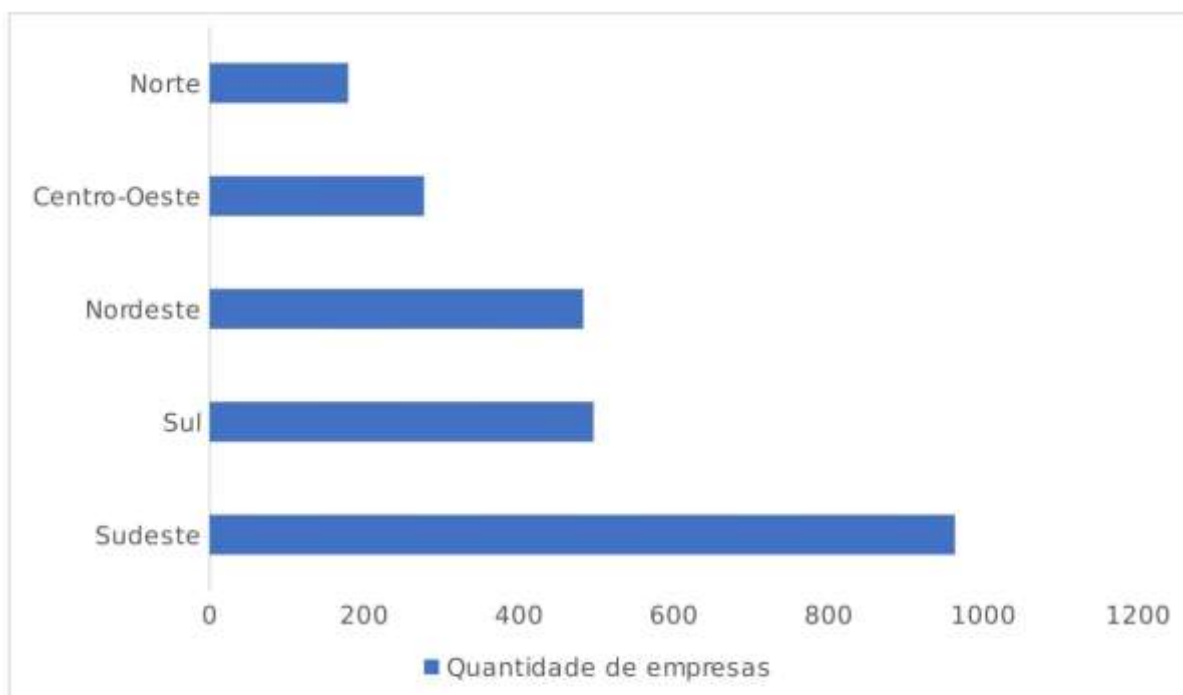


Gráfico 10. Número de empresas de segurança privada do segmento **vigilância patrimonial**, registradas por região no Brasil em 2016.

Fonte: MJ – Departamento da Polícia Federal/Relatório totalizado de empresas por UF, 2016 – acesso em abril de 2017.

Organização de dados e elaboração gráfica; OLIVEIRA, Luã Karl de, 2017.

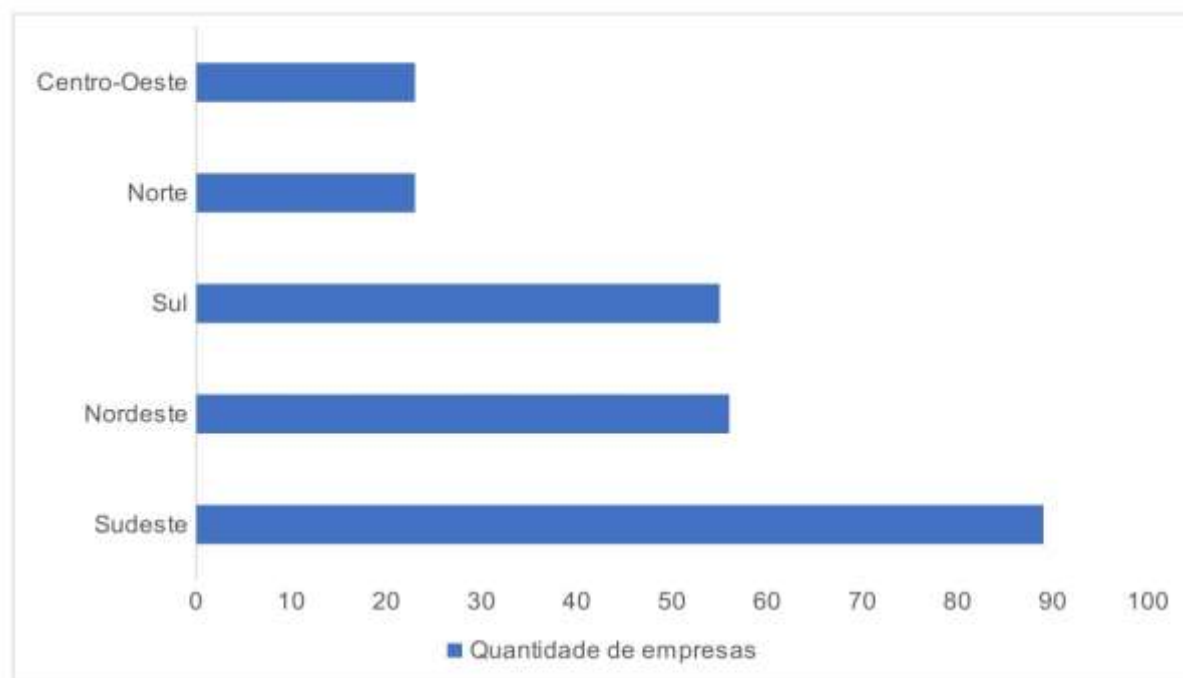


Gráfico 11. Número de empresas de segurança privada do segmento **Transporte de valores**, registradas por região no Brasil em 2016.

Fonte: MJ – Departamento da Polícia Federal/Relatório totalizado de empresas por UF, 2016 – acesso em abril de 2017.

Organização de dados e elaboração gráfica; OLIVEIRA, Luã Karl de, 2017.

\*\*Não se obteve informações referentes ao estado do Amapá na região Norte.

Os números descritos no quadro 1 e nos gráficos 10 e 11, desvelam, de certa maneira, dois aspectos de grande relevância. O primeiro, trata da lógica de distribuição espacial das corporações privadas de segurança em pontos estratégicos do território, isto é, onde há uma dinâmica econômica consolidada, mas, também, onde as práticas violentas se dão em maior profusão. Isso significa dizer que a configuração da prestação destes serviços não se dá de maneira aleatória, não obstante, expressa uma racionalidade, um sentido relativo ao uso do território. Já o segundo elemento, em conformidade com o primeiro, diz respeito a uma inegável expansão do setor com um crescimento substancial das empresas especializadas em segurança privada em todo país. Destarte, Gomes (1997, p. 35) destaca de maneira sintomática que “esta ordem espacial das coisas quer dizer que sua distribuição tem uma lógica, uma coerência”.

A propósito deste último aspecto, ressalta-se ainda que essa tendência de expansão da segurança privada resulta em um maior estímulo para a organização das entidades estaduais e nacionais através do surgimento dos sindicatos e associações atreladas ao setor, conforme pode ser observado na tabela a seguir. Do mesmo modo, verifica-se um aumento relativo ao número de veículos de divulgação dos produtos e serviços, como revistas, *sites* e eventos especializados sobre o assunto (ZANETIC, 2005).

Entidade	Sigla	Nível
Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança	ABESE	Nacional
Associação Brasileira das Empresas de Vigilância e Segurança	ABREVIS	Nacional
Associação Agência Brasil de Segurança	ABS	Nacional
Associação dos Técnicos em Segurança Patrimonial	ATESP	Nacional
Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores	FENAVIST	Nacional
Associação Brasileira de Profissionais de Segurança	ABSEG	Nacional
Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo	SESVESP	Estadual
Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de Alagoas	SINDESP	Estadual

Tabela 3. Entidades representativas do setor da segurança Privada  
 Fonte: Sítios eletrônicos das respectivas entidades, 2017.  
 Organização de dados e elaboração gráfica: OLIVEIRA, Luã Karl de, 2017.

A guisa de conhecimento, é importante destacar que dentre as entidades elencadas na tabela acima chama-se atenção especial para a ABREVIS (Associação Brasileira das Empresas de Vigilância e Segurança), fundada na década de 1970, em função desta associação ter tido grande influência na elaboração da Lei 7.102 que regulamenta e padroniza o exercício da atividade de segurança privada para todo o território brasileiro (CUBAS, 2002).

A partir dos progressos da ciência e da tecnologia, as corporações acopladas ao setor de segurança privada passaram a se estabelecer de tal forma a barganhar o controle do território com o intento de impulsionar ainda mais suas atividades produtivas para obter o máximo de lucro através da prestação de serviços securitários especializados. Para entender o que orienta essa lógica, observa-se dois aspectos essenciais: o primeiro se traduz na emergência que constitui, nos tempos presentes, a busca por segurança, alinhada à incapacidade das instituições públicas no provimento desses serviços básicos; e o segundo está na forma seletiva como são constituídos os pactos territoriais e as normas entre as empresas de segurança privada e as instituições públicas para a prestação dos serviços securitários.

O incremento de novas bases técnicas para a prestação de serviços securitários, concomitante, a um modelo particular de divisão do trabalho que se dá “[...] segundo lógicas escalares diversas, desde a local até a global, passando pela nacional” (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 290), estabelecido por cada empresa a partir de um reconhecimento da base territorial, permitiu uma maior fluidez e diversificação das atividades securitárias presentes no território. A propósito, não é demais advertir que dentre os setores que melhor conseguiram incorporar novas técnicas ao seu funcionamento, certamente, o de segurança, emerge dentre aqueles que mais se beneficiaram.

Utilizando-se de estratégias locacionais específicas, diferentes empresas de segurança passaram a atuar em pontos ou áreas do território nacional que conformam a base material de sua existência, nas esferas de produção, circulação e consumo, possibilitando assim, a configuração de novas topologias. Essa lógica predominantemente global que atinge o setor privado de segurança não constitui somente um corolário das novas técnicas incorporadas à atividade securitária, mas, é do mesmo modo uma consequência da maneira “militarizada” com que grande parte



das cidades brasileiras tem aderido ao processo de securização do território. A propósito dessa ação militarizada, Melgaço (2010, p. 109) lembra que isso se dá “como uma resposta não refletida à psicoesfera do medo, as cidades têm acolhido formas urbanas que lembram verdadeiras paisagens de guerra”.

Com isso, são consentidos novos arranjos organizacionais, “[...] novas normas de ação, a começar, paradoxalmente, pela chamada desregulação” (SANTOS, 2012a, p. 275), com o intuito de otimizar o uso do território pelas empresas de segurança privada que, face a esse novo formato organizacional, conseguem se difundir não apenas por meio da sua lógica de interesse próprio, mas, igualmente, com os diversos subsídios oferecidos pelas instancias públicas, a começar, especialmente, pelo ‘repasso’ das funções securitárias.

Essas grandes empresas atuam de maneira cooperativa para atingir os pontos mais distantes do território, unindo-os sob uma mesma lógica de interesses, influenciando fortemente o Estado, ditando regras e direcionando ações particularistas. Como consequência adjacente a esse reordenamento das relações de trabalho que se dá através “[...] de um verdadeiro comando da vida econômica e social, e da dinâmica territorial por um número limitado de empresas” (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 291), o território passa a ser assim, adjetivado como corporativo, melhor dizendo, o uso do território feito por parte das empresas de segurança privada nos tempos do presente acaba se impondo de maneira corporativa.

Nesse sentido, verifica-se através desses novos arranjos organizacionais que as empresas de segurança têm se apropriado de grande parte dos serviços securitários, produzindo, concomitantemente, uma lógica territorial que se dá com a dispersão no território dos pontos de maior interesse para a sua instalação. Para essas empresas globais o território se apresenta como um conjunto de pontos e manchas necessários para a realização de suas atividades, submetido a uma lógica, conseqüentemente, global, que lhes dê condições para competir com os mercados internacionais.

No que concerne as práticas securitárias, são nítidas as estratégias utilizadas pelas empresas de segurança para conferir um uso desigual do território, alheio aos interesses sociais e, em favor, de interesses particulares que visam a segregação, o lucro e o controle cada vez maior da vida econômica e social. Um exemplo claro disso,

está no advento de tecnologias e práticas securitárias em um determinado ponto do território que pode representar, em certa medida, uma maneira oportunista em que a segurança não é mais do que um discurso habilmente utilizado para promover lucros.

Uma ação atinente a esse aspecto, diz respeito ao processo de especulação imobiliária que, por vezes, criminaliza grupos específicos da sociedade. Nessa perspectiva, Melgaço (2010, p. 108) afirma que, os condomínios fechados estão na lista dos mais bem-sucedidos investimentos a se realizar, isso porque, “[...] alguns proprietários de imóveis instalam câmeras e outros equipamentos com o único objetivo de vender ou alugar seus imóveis a preços mais elevados”. Isso é evidenciado, principalmente, nos condomínios de luxo, que dispõem de uma variedade de tipos de serviços que acabam elevando os custos a serem pagos pelos imóveis adquiridos nestes espaços.

Dessa forma, parece se evidenciar uma dialética espacial onde a violência é ao mesmo tempo, combatida e ampliada, conforme bem advertiu Caldeira (2000), pois, o medo da violência do cotidiano é algo trabalhado no imaginário das pessoas para justificar a ascensão de determinadas práticas securitárias, tão logo, tornando-se instrumento de geração de lucro e controle social. Assim, o que se verifica, é o fortalecimento das disparidades e das injustiças, isso porque, “a violência e o medo combinam-se a processos de mudança social nas cidades contemporâneas, gerando novas formas de segregação espacial e discriminação social” (CALDEIRA, Op. Cit., p. 9).

➤ *A “indústria da violência” como fator de reprodução do capital*

Além de um uso restrito a uma fração de indivíduos que detém recursos financeiros favoráveis à sua aquisição, os mecanismos de segurança têm se mostrado de maneira cada vez mais acentuada como possibilidade de realização do capital, desvelando uma dimensão econômica bastante significativa para a atividade securitária.

Da mesma forma que ocorre com o sistema prisional, “esse processo conjunto dinamiza diversos circuitos da economia urbana, servindo também para a reprodução acelerada e ampliada do capital de muitas empresas” (ZOMIGHANI JUNIOR, 2013, p. 278). Isso significa dizer, que a expansão dos aparatos securitários e das formas de provimento de segurança são ditadas por normas altamente lucrativas de acumulação, expansão do capital, controle e exclusão, sobretudo, porque o Estado, ente indispensável aos conseguintes e as lógicas capitalistas, por sustentar a ordem e oferecer todas as contrapartidas necessárias aos pressupostos da contínua acumulação, age de forma repressiva “[...] utilizando-se do monopólio do uso da força e violências (institucional e estrutural) para manter as desigualdades, o controle social do desvio e as relações de subordinação, provocadas às camadas mais vulneráveis da sociedade” (GRAZIANO SOBRINHO, 2007, p. 103).

Nessa perspectiva, não é demasiado dizer que há particularidades que distinguem essas esferas (setor privado de segurança e Estado), cada uma com sua lógica de interesses, em relação a propagação ou não de um estado insustentável de práticas violentas. Para os setores privados, é clara a intenção da assiduidade da produção de ações violentas, pois, estes são os mais beneficiados com a geração de renda, mediante a comercialização de produtos e serviços voltados a segurança e a proteção dos indivíduos. Isso acontece, por exemplo, com a dinamização das construções civis, com os empreendimentos privados, com o surgimento de tecnologias securitárias, dentre outros fatores, que representam a garantia da realização capitalista, pois, permite uma maior fluidez na circulação do capital e, por conseguinte, a continuidade de sua acumulação.

O Estado, por sua vez, sofre com déficits econômicos e sociais, pois, as despesas com a criminalidade são altas e interferem diretamente no orçamento público. Ademais, o retorno social é aquém do desejado se considerado as falhas na aplicabilidade desses recursos. Este é um dos fatores que explicam as desigualdades, haja vista, que a alocação de grande parte dos recursos financeiros para um setor específico da máquina pública, isto é, o de segurança pública, implica na diminuição de investimentos em setores prioritários como saúde e educação. Dessa forma, concordamos com Zomighani Junior (2013, p. 281) quando este autor considera que “para diminuir suas implicações negativas, torna-se cada vez mais importante construir uma nova política que oriente outros usos do território, com prioridade na diminuição das desigualdades espaciais [...]”.

A segurança representa um tipo de realização da lógica de interesse capitalista com grande rotatividade e elevado poder de reinvenção que se dá graças aos progressos tecnológicos. Isso se justifica em razão do constante surgimento de objetos imbuídos de funcionalidades distintas que são, igualmente, dotados de alta carga de tecnologia. Um exemplo disso são as cercas elétricas, que mesmo não sendo de períodos recentes<sup>15</sup>, estão dentre os aparelhos tecnológicos mais utilizados no mundo para a segurança em relação a vida humana.

Obviamente o aumento e a ininterrupção da criminalidade violenta em conformidade com a apatia escancarada do aparelho estatal são os vetores principais para a ascensão do setor privado de segurança, no entanto, conforme advertiu Cruz (2010) estes não podem ser vistos como fatores exclusivos para o crescimento do ‘mercado da segurança’. Nesse sentido, há de se considerar as especificidades de cada território, pois, a violência se manifesta em uma escala global, contudo, seus efeitos são sentidos de maneiras distintas nas mais diversas porções do globo terrestre. A propósito, a autora chama atenção para o fato de que “não se pode dizer, por exemplo, que a sensação de insegurança em países europeus seja a mesma que em países da América latina com altos índices de homicídio e de crimes contra o patrimônio, tampouco, equiparar a eficiência de seus aparatos estatais” (CRUZ, Op. Cit., p. 40).

---

<sup>15</sup> As primeiras cercas eletrificadas surgiram em 1920. Entretanto, foi a Partir de 1930 que realmente foram fabricados os primeiros aparelhos eletrificadores de cercas eficientes.

Importa ponderar que, o setor de segurança privada vem constantemente atingindo cifras bilionárias ascendendo o mercado securitário de maneira gradativa, ficando atrás somente, de mercados consolidados como, por exemplo, o de drogas e armas de fogo. Com o medo sendo dispersado, especialmente, pelos veículos midiáticos, a segurança se torna o elemento indispensável a ser buscado, o que impulsiona sua comercialização por empresas especializadas, conforme pode-se ver na figura a seguir, em decorrência do papel inerte das instituições públicas. Dessa forma, essas corporações agem, sobremaneira, com agressividade no mercado securitário eliminando toda e qualquer forma de compaixão nesse jogo de forças que desvela um movimento frenético de competitividade que tem a guerra como norma (SANTOS, 2001).

Figura 9. Propaganda de Empresa de Segurança Eletrônica.  
Elaboração: OLIVEIRA, Luã Karll de, 2017.

Diante do papel despótico das corporações securitárias é necessário trazer à luz, mesmo que brevemente, a discussão sobre o papel do público e do privado no cotidiano da sociedade. Tal necessidade se torna emergente, em decorrência da inversão de poderes, onde o privado se sobressai ao público, em uma clara e perigosa estratégia de realização do capital, verificada através da interação dinâmica entre

produção e consumo, tendo a geração de lucro em detrimento dos interesses e do bem-estar social como regra única.

De acordo com os dizeres de Graziano Sobrinho (2007, p. 111), “a busca do *capital* por espaços próprios à sua reprodução – diante da crise de sobreacumulação – foi encontrado, além de outros, nas privatizações dos ativos públicos [...]”. Com isso, o setor privado, amparado pelo Estado, beneficia-se da lógica de mercado e acumulação de capital, pelo fato de aderir um amplo mercado consumidor, o que lhe permite a diversificação de seus mais modernos mecanismos de segurança, que são ao mesmo tempo, instrumentos de controle social, para direcioná-los “[...] a captação de um enorme contingente de pessoas submetidas ao sistema, o qual servirá como matéria-prima à produção” (GRAZIANO SOBRINHO, Op. Cit., p. 113).

Contudo, retoma-se um questionamento já realizado anteriormente, mas, que surge como piloto para a apreensão e sistematização do raciocínio acerca da hegemonia do mercado da segurança. Quem de fato tem o direito a se beneficiar dos mecanismos de segurança dispostos tanto por parte das instituições públicas quanto por parte das empresas privadas? Conforme Cubas (2002, p. 117) “aqueles que possuem alguma patrimônio, que têm algo a perder ou se sentem alvos da violência, passam a ter o direito de pagarem para ter sua segurança garantida. Quanto aos que não têm poder aquisitivo para contarem com tais serviços, restam apenas os serviços públicos”, este último, por sua vez, marcado por suas carências latentes.

Perante a essa realidade, se abre margem para um elemento importante pouco lembrado no âmbito geográfico, qual seja, a qualidade ou a sua ausência, dos serviços públicos de segurança. Consonante a ineficácia das instituições públicas em garantir a segurança da população, nota-se uma nítida diferença da qualidade de prestação entre os serviços públicos e privados. Dentre outros fatores, isso pode ser justificado de forma simplificada, mediante a migração ou em muitos casos os chamados ‘bicos’, que funcionários públicos fazem para instituições privadas clandestinas como forma de complementariedade de sua renda mensal, uma vez que, a remuneração paga pelo Estado aos profissionais da segurança pública, quase sempre, é inferior ao ordenado recebido pelos profissionais que prestam serviços a instituições privadas, outrossim, escancarando a desvalorização do servidor público.

Diante deste cenário, reafirma-se a importância do Estado como principal vetor de instrumentalização das relações capitalistas no território, minimizando através de seus recursos, os riscos potenciais de perdas do capital, garantindo-lhe a continuidade de sobreacumulação com as contrapartidas correspondentes às suas necessidades, permitindo-lhe o alargamento de sua própria produção às custas de grandes contradições, demonstrando assim, todo o seu poder destrutivo. Com efeito, “o modo de produção capitalista dá mostras de ser um sistema ilimitado e incontrolável à sua expansão, isto porque o capital ao encontrar um equivalente funcional que melhor lhe assegure sua expansão, deverá optar por aquela que melhor se adeque à sua configuração estrutural” (GRAZIANO SOBRINHO, 2007, p. 102).

Não resta dúvida, portanto, que o crescimento descompassado e intencional da criminalidade violenta representa um dos mais seguros equivalentes à expansão capitalista, pois, impõe uma nova racionalidade ao território, promovendo um controle indiscriminado das ações humanas, criando, paralelamente, uma psicoesfera de medo e desordem, culminando na alteração da forma como as pessoas usam o território.

## Seção 4

---

Da perversidade à cidadania: para além da segurança pública



➤ *Os números da violência em Alagoas*

De acordo com os dados estatísticos do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgados no ano de 2016, em publicação do FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública), o Brasil está entre as nações, onde mais se perdem vidas decorrentes de mortes violentas intencionais. Conforme pode-se observar, de forma simplificada, no quadro a seguir, são quase 280 mil mortes registradas em um espaço de tempo de meia década (2011-2015), números preocupantes que superam aos da Síria, país asiático que convive desde 2011 em uma profunda guerra civil, decerto, desvelando para o caso brasileiro, uma situação de extrema negligência com a vida. Dessa forma, Lima (2016, p. 21) chama atenção para essa condição de vulnerabilidade da sociedade brasileira ao advertir que “a violência é, na brecha, a linguagem que vai determinando os rumos e sentidos das relações sociais e das políticas públicas no país”.

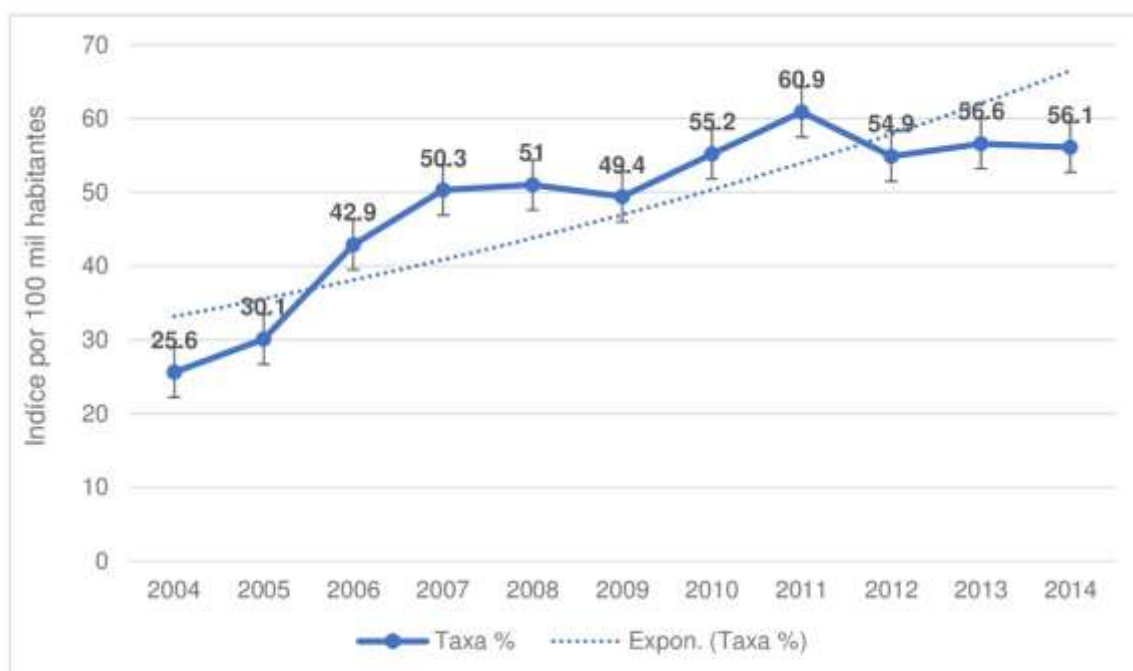
<b>Contexto</b>	<b>Período</b>	<b>Vitimas</b>
Guerra na Síria	Março de 2011/Novembro de 2015	256.124 mortos
Brasil	Janeiro de 2011/Dezembro de 2015	279.567 mortos

Quadro 2. Comparação de mortes violentas intencionais entre Brasil e Síria  
 Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2016 – Acesso em março de 2017.  
 Organização de dados e elaboração gráfica: OLIVEIRA, Luã Karl de Oliveira, 2017.

No que concerne a Alagoas essa realidade se confirma através dos elevados índices de homicídios registrados, especialmente, a partir da aurora do século vigente, quando se assistiu a um crescimento exponencial em um curto espaço de tempo dos indicadores da violência homicida, evidenciando assim, a necessidade da priorização da segurança pública no planejamento, nas políticas, nas ações e na mobilização da sociedade, com a finalidade de redução dos índices de violência criminal.

A propósito, o gráfico seguinte ilustra a progressão da violência homicida ocorrida em Alagoas, no período compreendido entre 2004 a 2014, que se destaca pelos amargos “[...] efeitos de um crescimento vertiginoso de homicídios que contraria uma tendência nacional de redução das taxas de homicídios a partir de 2004 [...]” (FERREIRA; COSTA, 2011, p. 20). Nesse caso, se faz mister advertir que os números

descritos estão relacionados a violência praticada com o uso de arma de fogo que, por sinal, representa a principal causa da vitimização dos homicídios no estado.



**Gráfico 12. Taxa de homicídios (por 100 mil hab.) por Arma de Fogo em Alagoas (2004-2014).**  
 Fonte: Adaptado de Waiselfisz (2016).  
 Organização de dados e elaboração gráfica: OLIVEIRA, Luã Karll de, 2017.

Diante da apreciação do gráfico acima, observa-se que no período de uma década os índices de violência homicida mais que duplicaram em Alagoas. Por essa razão, constatou-se que o estado, outrora ranqueado entre as nove unidades federativas onde mais se perdem vidas vítimas por arma de fogo, assistiu a uma progressão negativa em relação aos índices de homicídios, alcançando no último ano da série em destaque a primeira colocação do ranking dos estados mais violentos do país. Dessa forma, para se ter uma dimensão espacial da incidência dessa prática no território brasileiro e, alagoano, em especial, o mapa a seguir apresenta os *hot spots* dos homicídios dolosos<sup>16</sup> ocorridos no ano de 2014, onde Alagoas emerge como a única unidade federativa com índices acima dos 60 homicídios por grupo de 100 mil hab.

<sup>16</sup> De acordo com disposto no artigo. 18. do Código Penal brasileiro, diz-se o crime doloso todo aquele em que o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo (CÓDIGO PENAL, 1940).



estados brasileiros; a criação de novos polos econômicos com a atração de investimentos e fluxos populacionais, potencializados pela guerra fiscal empreendida por parte dos municípios com a finalidade de atrair maiores investimentos; concomitante, a aprovação do Plano Nacional de Segurança Pública que passa a ter atuação mais incisiva nos grandes centros econômicos do país, são as principais razões que podem justificar esse crescimento demasiado da violência homicida em regiões menos centrais do território nacional.

No caso de Alagoas, verifica-se que na contramão dos processos acima elencados o estado atravessa por uma grave crise econômica e social, o que inibe, em certa medida, maiores ofertas de investimentos, sobretudo, na área social. Não por acaso, tal assertiva se evidencia constantemente através de estudos realizados por órgãos federais, como o IPEA, IBGE e PNUD, que suprem a lacuna de produções das instituições estaduais com informações em âmbito regional, e apontam, com frequência, Alagoas dentre os piores indicadores de desenvolvimento do país, conforme visto em seções anteriores desta dissertação.

Ainda a respeito do referido processo, observa-se um aspecto inegável à realidade de Alagoas. No entanto, tendo em vista a singularidade e a complexidade que este problema compreende, se faz mister uma visão atenta a análises simplistas e apressadas. Assumindo os possíveis riscos, considera-se aqui a dispersão da violência homicida dos grandes centros para os médios e pequenos conglomerados urbanos, dando origem ao que Waiselfisz (2011) e diversos estudiosos de outras áreas do conhecimento além da Geografia denominam por “interiorização ou desconcentração da violência”. Em outras palavras, as grandes capitais e/ou regiões metropolitanas, lugares onde há uma densidade maior de práticas violentas, passam por um intenso processo de redução dos índices de violência homicida em decorrência, principalmente, da aplicabilidade dos planos Nacionais de Segurança Pública, a exemplo, o Pacto pela Vida e as UPPs (Unidades Pacificadoras da Polícia), que se dão com certa intensidade em meados da década passada por todo país.

A lógica desses planos de segurança pública, no entanto, cobre quase que de forma exclusiva, os pontos mais estratégicos do território, onde há claramente, uma maior atenção por parte do Estado. Não obstante, esses pontos estratégicos do território nacional são quase sempre representados pelos grandes centros

econômicos, a exemplo, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, com exceção à Recife, localizado no Nordeste brasileiro, e que no ano de 2007, adere ao programa do governo federal *Pacto pela Vida*. Em contrapartida, as áreas menos centrais, desprovidas de maior infraestrutura, tornam-se mais vulneráveis ao crescimento de práticas violentas, justamente, pelo fato de não estarem bem preparadas para receber maiores investimentos, mas, também, em virtude de não haver dos governos – federais, estaduais e municipais – um plano de desenvolvimento eficaz que vise uma melhor qualificação dessas áreas.

Isso explica nossa atenção anteriormente dada a ideia de “interiorização da violência”, pois, é possível afirmar mediante tal conhecimento que, não se trata exclusivamente de uma migração da violência homicida das grandes capitais e regiões centrais para o interior dos estados, mas, sim, de certa negligência, e de uma relativa má vontade por parte das autoridades públicas na forma de constatar os avanços atingidos pelas regiões menos desenvolvidas, como o Norte e o Nordeste brasileiro.

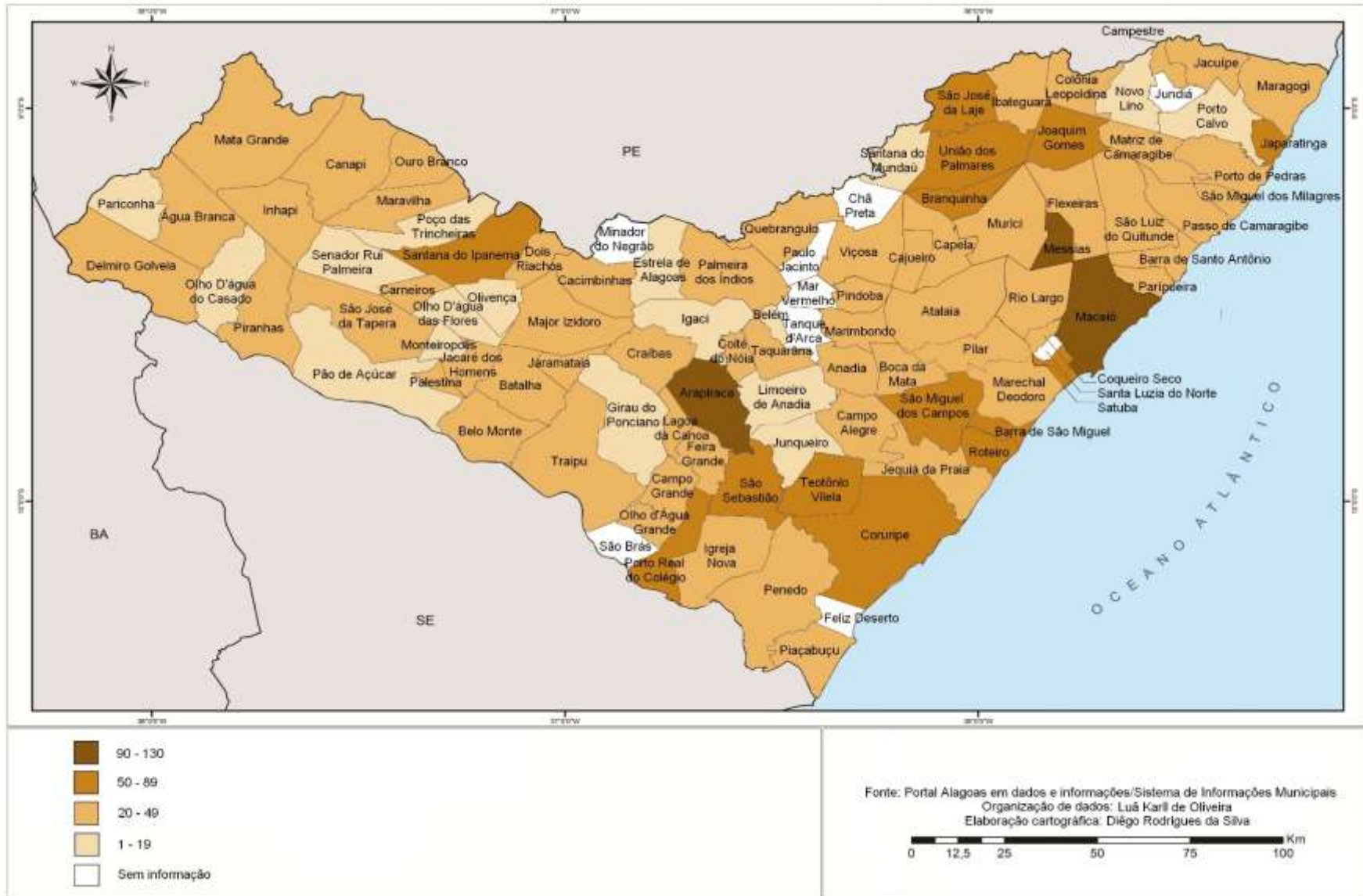
A existência de grandes áreas de rarefação técnica e de uma dinâmica econômica pautada na relação entre atividades de pouca expressividade econômica, se apresentam como um dos grandes encaixos para o desenvolvimento de Alagoas. Não obstante, o estado tem atravessado no transcorrer de sua história, por profundos problemas estruturais que somados a uma relativa inoperância e ineficiência do poder público local, incidiram diretamente para a difusão de uma violência que se consolida de forma brutal, alcançando, sobretudo, nos últimos anos, todo o seu território.

A propósito, essa assertiva se confirma na forma como se dá a organização das ações e dos novos pactos territoriais. Isso se justifica, pois, em razão da emergência de espaços cada vez mais especializados e transformados a partir da implantação de novas técnicas de produção e investimentos nos setores mais agudos da economia, no caso de Alagoas, por exemplo, com destaque para o setor sucroalcooleiro. Com isso, é notório conceber que os paradigmas socioeconômicos que, mormente, atingem a população menos abastada, são reflexos dessas transformações que se fazem sentir no território, resultando na intensificação das desigualdades sociais que norteiam o modo de vida da maior parte da sociedade alagoana.

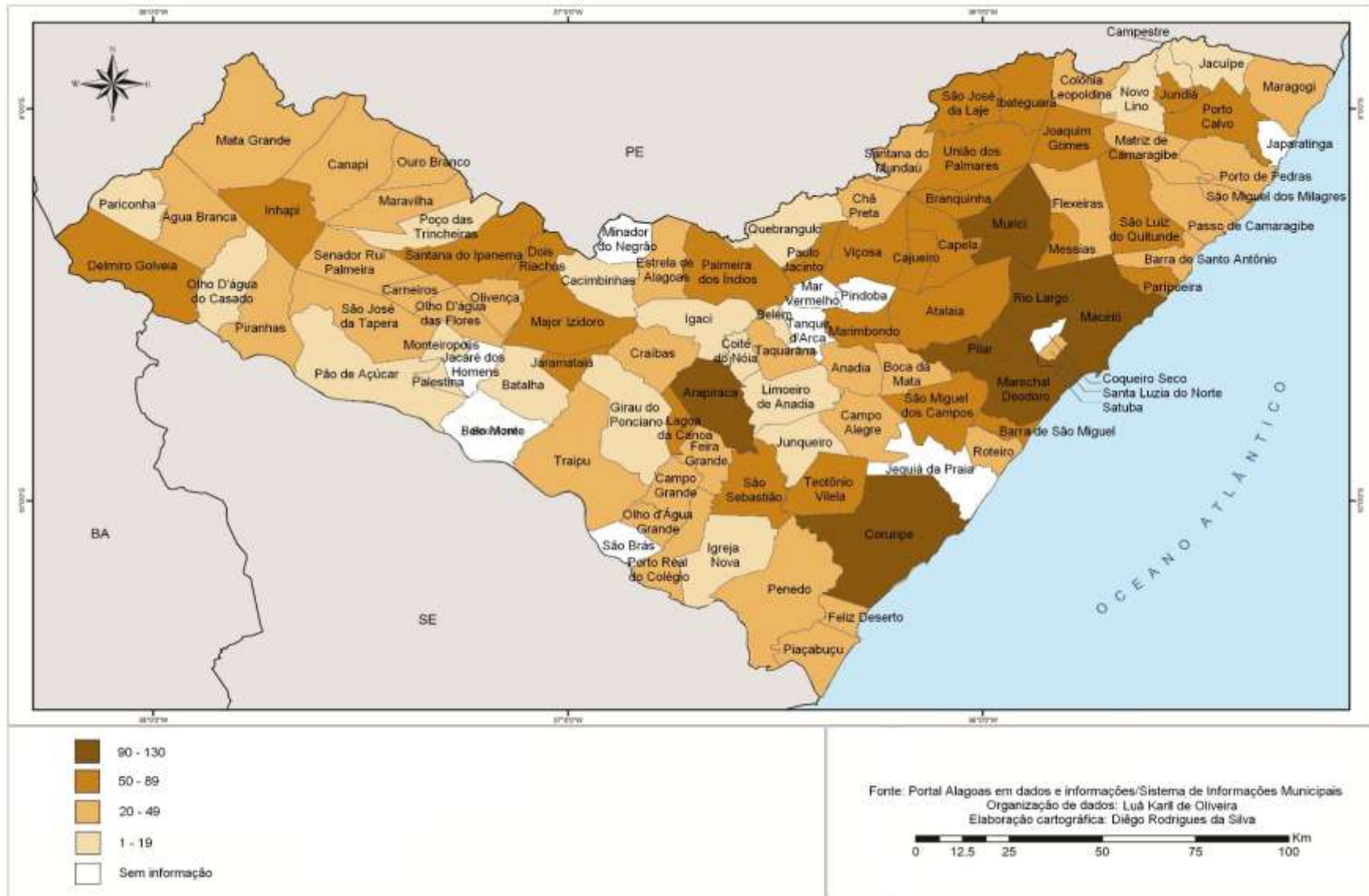
Neste cenário, a violência tem se mostrado como algo entranhado numa sociedade historicamente marcada por problemas crônicos de ordem econômica e social. Uma expressão que inegavelmente indica essa constatação é a incidência e propagação desse problema que aparece de forma concreta e latente no cotidiano das cidades alagoanas. Tão logo, é possível observar que determinados municípios que em tempos passados apresentavam baixos índices de homicídios, anos mais tarde despontam entre os mais violentos do estado, e mesmo, dentre os mais violentos do país.

Este é o caso, por exemplo, de Jundiá, por sinal, o mais emblemático da série analisada. Localizado ao norte do estado e com uma população de 4.249 habitantes, segundo estimativas do IBGE para o ano de 2016, o município apresentou no ano de 2009, uma taxa média de homicídios anormal para os padrões da violência em Alagoas, isso porque, não houve nenhuma ocorrência registrada naquele ano, fazendo com que a taxa não fosse alterada. Contudo, essa realidade se agravou drasticamente no ano de 2012, quando se assistiu a uma progressão histórica desses números. O município apresentará um índice de 72,4 homicídios por grupo de 100.000 mil hab., o que representa em termos percentuais um acréscimo de 7240%.

Por outro lado, há municípios que seguiram o caminho inverso. Craíbas é o exemplo disso. Localizado na porção central do território alagoano, com uma população de 24.403 habitantes, segundo estimativas do IBGE para o ano de 2016, o município apresentou em 2009, um índice de 30,1 homicídios para cada grupo de 100.000 mil hab., no entanto, quatro anos mais tarde, em 2012, assistiu a uma sensível redução desses números, atingindo a média de 21,8 homicídios por grupo de 100.000 mil hab.



Mapa 5. Taxa de homicídios dos municípios alagoanos no ano de 2009.



Mapa 6. Taxa de homicídios dos municípios alagoanos no ano de 2012.



De acordo com os dados apresentados nos mapas acima, é possível identificar que a mesorregião do leste alagoano – ou zona da mata – sempre apresentou os maiores percentuais de homicídios de todo estado. Isso se dá em função da efetiva participação da capital alagoana, Maceió, e sua região metropolitana que contribuíram fortemente para a elevação dessas taxas de homicídios no transcorrer dos anos, conforme se verifica, no quadro subsequente.

Município	População em 2010	Estimada em 2016	Nº de homicídios				Taxa de homicídios
			2009	2010	2011	2012	
Barra de Santo Antonio	14.230	15.909	7	5	1	7	47,7
Barra de São Miguel	7.574	8.336	5	4	7	5	64,5
Coqueiro Seco	5.526	5.895	0	4	3	0	0,0
Maceió	932.748	1.021.709	876	1.025	1.048	858	90,0
Marechal Deodoro	45.977	51.715	34	33	48	46	96,8
Messias	15.682	17.789	17	11	17	8	49,1
Paripueira	11.347	13.076	4	6	5	7	59,1
Pilar	33.305	35.428	22	28	35	43	127,9
Rio Largo	68.481	75.688	29	39	75	74	107,3
Santa Luzia do Norte	6.891	7.357	6	5	1	2	28,7
São Miguel dos Campos	54.577	61.204	29	44	60	45	79,9
Satuba	14.603	13.824	12	5	14	18	119,8

Quadro 3. Taxa de homicídios da região metropolitana de Maceió (2012).  
 Fonte de dados: Portal Alagoas em dados e informações/Sistema de informações municipais, 2015 – Acesso em março de 2017.  
 Organização de dados e elaboração gráfica: OLIVEIRA, Luã Karll de, 2017.

Por conseguinte, mesmo apresentando uma leve redução o agreste de Alagoas se manteve como a segunda mesorregião mais violenta do estado, acompanhada, com certa proximidade, pelo sertão que, em contrapartida, observou um pequeno crescimento dos índices de homicídio, conforme se verifica, de forma simplificada, nos gráficos subsequentes, que trazem números referentes aos anos de 2009 e 2012, respectivamente.



Gráfico 13. Percentual de homicídios em Alagoas por mesorregião no ano de 2009.  
 Fonte: Adaptado do Anuário Estatístico do Estado de Alagoas, 2010.  
 Organização de dados e elaboração gráfica: OLIVEIRA, Luã Karl de, 2017.

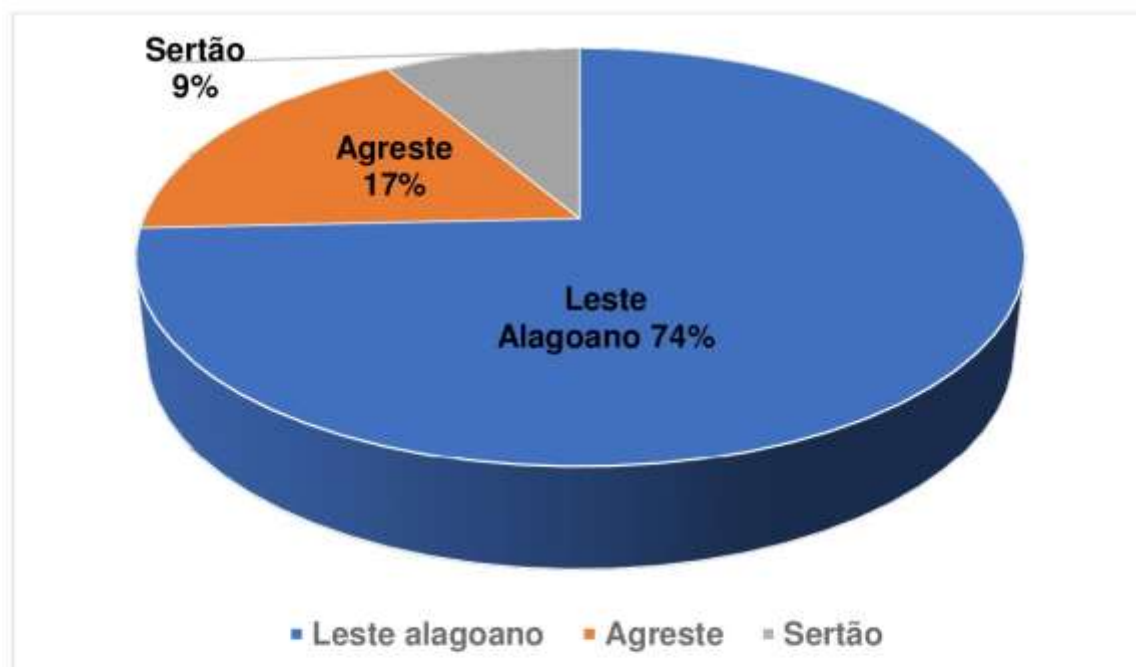


Gráfico 14: Percentual de homicídios em Alagoas por mesorregião no ano de 2012.  
 Fonte: Adaptado do Anuário Estatístico do Estado de Alagoas, 2014.  
 Organização de dados e elaboração gráfica: OLIVEIRA, Luã Karl de, 2017.

Outro dado relevante que não se deve menosprezar é que grande parte dessas ocorrências que contribuíram para o agravamento do quadro epidêmico<sup>17</sup> de violência em Alagoas, correspondem a população juvenil do sexo masculino e de cor negra, o que se evidencia, de maneira especial, na última década, quando houve um crescimento considerável dos índices de homicídio, que vão se dar em uma proporção ainda maior do que a observada à nível nacional e regional.

Ainda a propósito do referido aspecto, constatou-se que esse crescimento é substanciado em grande parte pela capital alagoana, Maceió, que, por sinal, se consolidou durante o período analisado, como a cidade mais violenta não apenas de Alagoas, mas, do país, e ainda entre as mais violentas do mundo, tal qual, pode ser verificado a partir da observação dos gráficos e da tabela subsequentes.

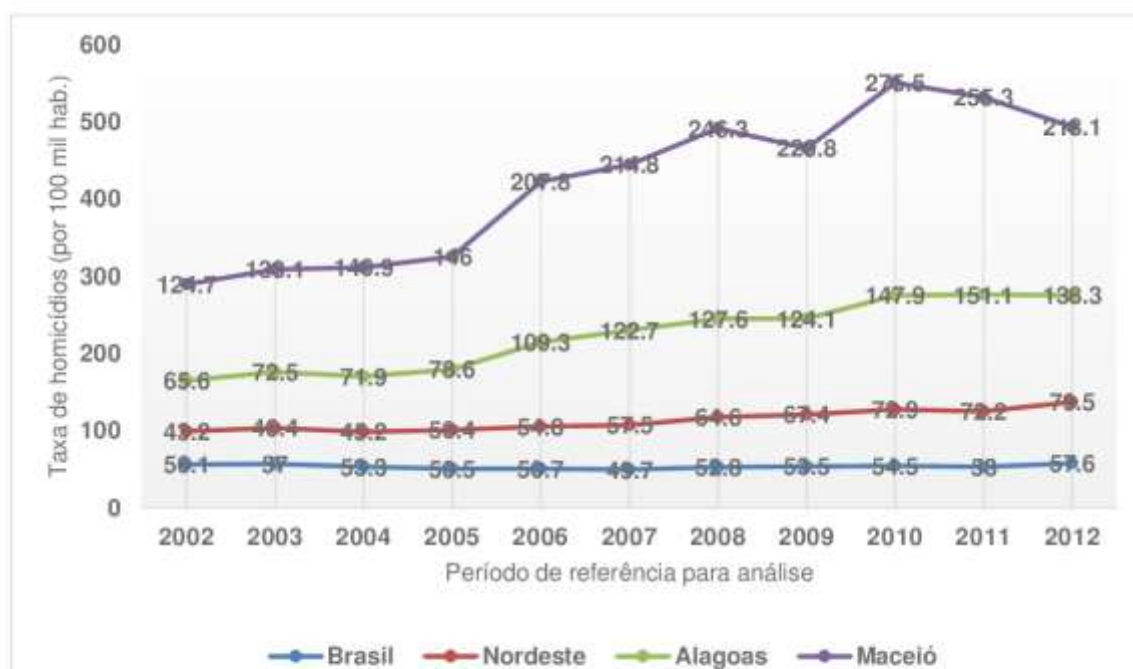


Gráfico 15. Taxa de homicídios (por 100 mil hab.) na população juvenil. Brasil, Nordeste, Alagoas e capital (2002-2012).

Fonte: Adaptado de Waiselfisz (2014).

Organização de dados e elaboração gráfica: OLIVEIRA, Luã Karl de, 2017.

<sup>17</sup> A ONU classifica como epidêmico o nível de violência de um país, estado ou cidade quando este atinge o percentual de 10 assassinatos por grupo de 100.000 mil/hab.. Em relatório divulgado pela ONG, a América Latina foi considerado o continente mais violento do mundo. Entre 2000 e 2010, a taxa de homicídio na região cresceu 11% em termos proporcionais, enquanto na maioria das regiões do mundo esses índices caíram ou se estabilizaram. O mesmo estudo ainda adverte que região é a mais desigual e mais insegura do mundo.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/> acesso: 04-02-15.

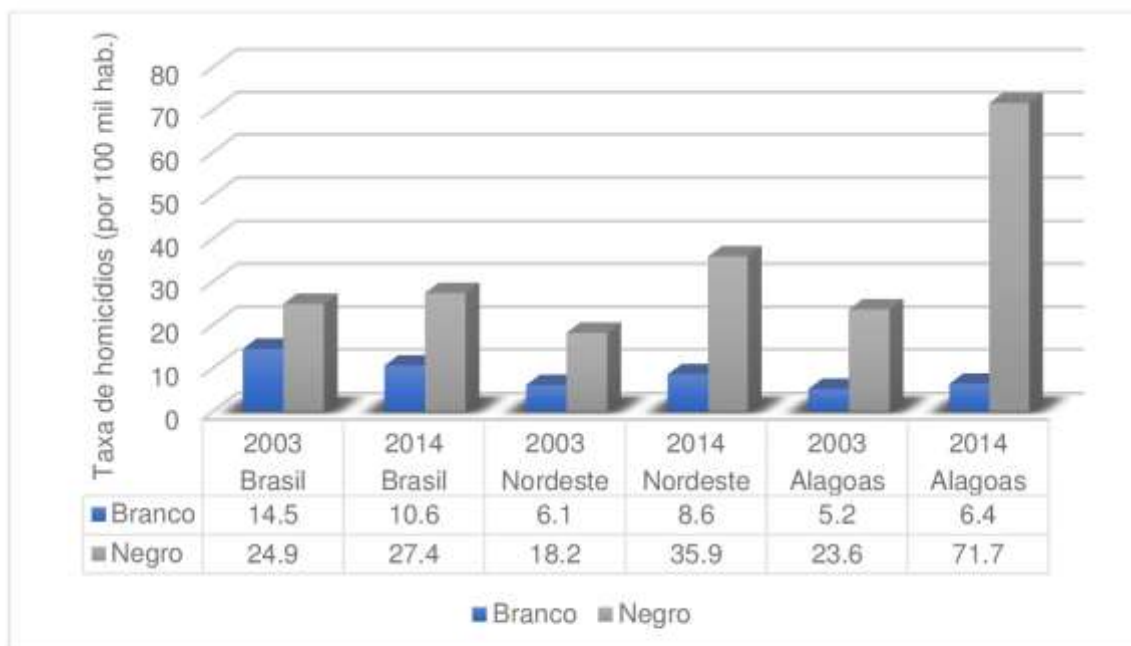


Gráfico 16. Taxa de homicídios (por 100 mil hab.) por raça/cor. Brasil, Nordeste e Alagoas (2003/2014).

Fonte: Adaptado de Waiselfisz (2016).

Organização de dados e elaboração gráfica: OLIVEIRA, Luã Karl de, 2017.

Cidade	País	Taxa % (por 100.000/hab)
San Pedro Sula	Honduras	169,30
Acapulco	México	142,88
Caracas	Venezuela	118,89
Distrito Central	Honduras	101,99
Torréon	México	94,72
Maceió	Brasil	85,88
Cali	Colômbia	79,27
Nuevo Laredo	México	72,85
Barquisimeto	Venezuela	71,,74
João Pessoa	Brasil	71,59
Manaus	Brasil	70,37
Guatemala	Guatemala	67,36
Fortaleza	Brasil	66,39
Salvador	Brasil	65,64
Culiacán	México	62,06
Vitória	Brasil	60,40
New Orleans	Estados Unidos	56,13
Cuernavaca	México	56,08
Juarez	México	55,91
Ciudad Guayana	Venezuela	55,03

Tabela 4. Classificação das vinte cidades mais violentas do mundo.

Fonte de Dados: Seguridad, Justicia y paz, 2014.

Organização de dados e elaboração gráfica: OLIVEIRA, Luã Karl de, 2017.

Destarte, considerando a composição histórica do território alagoano, observa-se que no decorrer do tempo, incidiram importantes transformações na sua estrutura espacial e socioeconômica, que estabeleceram novas ordens obedecendo a uma lógica *alienígena*, sobrepondo, no território, usos coerentes e contraditórios que contribuíram significativamente para a (re) produção de uma cultura de medo e de violência que se fixou com maior intensidade nas últimas quadras deste século. As práticas violentas exercidas no espaço urbano e, principalmente, no espaço rural, são apenas algumas das consequências desse quadro, que fazem com que a sociedade alagoana sofra com um déficit histórico que, mormente, influencia diretamente nesse processo progressivo de crescimento da violência.

Com isso, é de grande relevo destacar o papel do estado através da promoção de políticas e ações que se voltem ao combate e prevenção da criminalidade violenta, pois, conforme observado em outros estados, certas medidas surtiram efeitos consideráveis, desvelando quão importante é o papel das instituições públicas para o enfrentamento da violência.

➤ *As ações do Estado e as políticas anti-violência*

Refletir a propósito das questões relacionadas à segurança pública, vai além da discussão sobre violência, criminalidade, justiça, impunidade, e tantos outros problemas intrínsecos a condição humana, pois, requer das partes envolvidas uma participação efetiva em torno da construção de diretrizes que sirvam de instrumento de mediação, responsáveis pela organização da sociedade, assegurando os direitos democráticos e humanitários dos cidadãos. Contudo, se faz mister advertir que essa é uma discussão que não se restringe, tão somente, a esfera setorial da segurança, isso porque, há de se considerar o território, não obstante, negligenciado, como elemento de fundamental importância para o entendimento da complexidade que envolve, não apenas, os problemas sociais, assim como, a violência, mas, as questões inerentes a segurança pública.

Nessa perspectiva, torna-se necessário, sobretudo, nas condições históricas atuais, apreender a relevância do território, porque, nada que se considere essencial no espaço geográfico pode ser entendido sem o conhecimento do território, mesmo as questões mais emergentes, ou seja, aquelas que se dão em maior profusão. Pois, conforme lembrou Santos (1999a, p. 7) “o Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”. Daí a insistência em sua relevância para a compreensão dos problemas referentes a segurança pública.

Assim, tomando por base os ensinamentos do autor supracitado, é possível reconhecer que houve um fortalecimento das diretrizes e estratégias de combate e enfrentamento da violência em todos o país, sobretudo, no decênio passado, em um movimento perceptível através de ações conjuntas promovidas por parte dos governos – federal, estadual e municipal – com a realização de programas e pactos nacionais voltados as questões da segurança pública. Entretanto, a forma como tais medidas são aplicadas, quase sempre, têm servido a funcionalidades políticas pré-determinadas, tornando-se, por muitas vezes, vetores de ações hegemônicas que interferem na estrutura e no conteúdo da sociedade (ZOMIGHANI JUNIOR, 2013).

No que diz respeito a Alagoas essa realidade se mostra ainda mais nítida, sobretudo, com o impacto causado pela violência no cotidiano da população. Com efeito, diante de uma onda crescente de violência que se instaurou desde fins do século passado, o governo do estado tem apresentado uma série de medidas que se mostraram, até então, ‘paliativas’ em nosso entendimento, para o combate e prevenção à criminalidade. Isso se justifica a partir da promoção de programas como, por exemplo, o Brasil Mais Seguro, Força Tarefa, CISP (Centro Integrado de Segurança Pública), Juventude Viva, campanha a favor do desarmamento, dentre outros, que poucos resultados positivos produziram para que o cenário atual fosse modificado.

A propósito, o primeiro destes programas, por sinal, o mais ‘badalado’, pioneiro no estado, integra o Plano Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, realizando ações voltadas para o fortalecimento das fronteiras e o enfrentamento às drogas, o combate às organizações criminosas, a melhoria do sistema prisional, a segurança pública para grandes eventos, a criação do Sistema Nacional de Informação em Segurança Pública e a redução da criminalidade violenta. Todavia, se obteve pouca efetividade à luz dos resultados esperados, visto que, o estado ainda permanece em condição incômoda, dentre as unidades federativas mais violentas do país, conforme apresentado no item primeiro desta seção.

Ainda assim, é importante ressaltar o notável esforço empreendido para reduzir os índices de criminalidade obtidos por Alagoas nos últimos anos, principalmente, a partir da adoção de políticas que demandaram altos investimentos, expressos através dos gastos com segurança pública aplicados pelo governo do estado, conforme pode ser verificado, no quadro subsequente. A respeito disso, de acordo com o Balanço Geral Financeiro do Estado de Alagoas, realizado pela SEFAZ (Secretária da Fazenda do Estado de Alagoas), entre os anos de 2005 a 2014, houve um ‘exorbitante’ investimento na área de segurança pública que ultrapassou um total de, R\$ 6,7 bilhões, que “correspondem a quase 25% do Produto Interno Bruto (PIB) do estado em 2012, que foi de R\$ 29.545 bilhões, segundo o mais recente estudo publicado pelo IBGE” (G1 ALAGOAS, 2015).

<b>Ano</b>	<b>Mortos</b>	<b>R\$</b>
2014	-	998.990.591,00
2013	2.140	1.001.887.799,94
2012	2.048	817.332.055,61
2011	2.342	721.898.308,39
2010	2.127	782.885.741,58
2009	1.506	718.569.877,80
2008	2.070	588.545.396,44
2007	1.806	426.936.747,27
2006	-	386.030.251,49
2005	1.081	326.008.111,34
<b>Total</b>	<b>15.120</b>	<b>6.769.084.880,86</b>

**Quadro 4. Aplicação de investimentos financeiros para o combate e prevenção à violência no estado de Alagoas (2005-2014).**

Fonte: Balanço Geral Financeiro do Estado de Alagoas, da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) e Portal G1 Alagoas, 2015 – Acesso em março de 2017.

Organização de dados e elaboração gráfica: OLIVEIRA, Luã Karll de, 2017.

No entanto, mesmo diante do cavalari investimento realizado no setor de segurança pública, os resultados obtidos não foram os esperados, pois, ao mesmo passo em que se deram tais investimentos em segurança, os números de homicídios acompanharam à uma tendência igualmente crescente, demonstrando, em certa medida, a ineficiência na aplicabilidade das políticas de segurança por parte do governo do estado. Por essa razão, há de se assentir com as palavras de Teixeira (2005, p. 1), quando este autor chama atenção ao advertir que “todo este montante de recursos gastos e desperdiçados com a criminalidade poderia estar sendo alocado em prol do desenvolvimento econômico, ou ainda mais especificamente em setores prioritários como educação e saúde, com ganhos para toda a sociedade”.

Nessa perspectiva, observa-se ainda um fator preocupante à luz da realidade de Alagoas. A alta parcela de contribuição da sociedade com os gastos em políticas de segurança, sendo estes, em sua maioria, referentes a impostos e taxas pagas pela população alagoana que, por sua vez, são alocados para o combate à violência. Neste sentido, verifica-se, em primeiro lugar, que esse ‘custo social’ se torna uma forma de medição da perda de bem-estar imposta pelo crime violento (TEIXEIRA, 2005, p. 1) e, por conseguinte, desvela a forma como os governos – estaduais e municipais – agem de maneira orquestrada, como alocadores de recursos financiados diretamente pela sociedade.



Isso permite concluir que o impacto causado por conta da criminalidade, além de atingir outros setores com uma maior demanda de gastos, sejam públicos ou privados, ainda tem efeitos generalizados na sociedade, em virtude das perdas decorrentes da violência, particularmente, em termos de capital humano ou rendas potenciais desperdiçadas das vítimas. Do mesmo modo, representa danos, em certa medida, inestimáveis, para o aparelho público, considerando os gastos públicos e privados com recursos destinados a área de segurança. Nesse sentido, “como consequência, há uma redução das disponibilidades para realização de investimentos, ocasionando especialmente uma perda de capital humano nos outros setores produtivos” (SILVEIRA et al, 2016, p. 2).

Dessa maneira, se faz mister considerar que o aumento da carga tributária, atitude adotada, quase sempre, por parte dos governos como medida aos aumentos com gastos de ordem pública ou privada, não representa em todos os casos um aumento da arrecadação. Não obstante, essa medida pode produzir um efeito inverso, em decorrência do esgotamento da capacidade contributiva. Com isso, a discussão acerca da qualidade e eficiência dos gastos públicos com ações e políticas de segurança torna-se necessária, sobretudo, quando não se alcança os resultados almejados.

Por isso, entende-se aqui que a participação da sociedade neste processo é de grande relevância, pois, o direito a segurança deve ser universalizado para que esta não continue a ser privilégio de uns poucos em detrimento da parcela majoritária da população, sendo assim, estendida a todos os cidadãos, independentemente de sua origem social.

➤ *As ações da sociedade civil organizada*

A constituição de novas ações e políticas capazes de contribuir de maneira efetiva para o combate e prevenção dos problemas sociais, como a violência, não deve ocorrer de modo aleatório, ou de forma centralizada dentro das bases governamentais, sem a participação social representada quase sempre pelos grupos sindicais, as associações de bairro, as organizações de base e os municípios que em seu conjunto compõem a totalidade territorial. Essas esferas em consonância, formam o substrato que produz ideias e críticas direcionadas aos setores hegemônicos e aos processos que em detrimento aos interesses sociais têm aprofundado desigualdades espaciais de toda ordem. Daí sua importância.

A banalização da violação dos direitos do cidadão e da ordem pública em Alagoas, parece se agravar com a constatação da incapacidade do estado e das instituições públicas em agir a favor da lei, garantindo a ordem e a civilidade, coibindo com as práticas criminais, buscando intervir de maneira mais incisiva para o controle da violência. Como corolário desse processo, não é de se estranhar que determinados setores da sociedade sejam mais vulneráveis as práticas violentas, pois, no contexto atual de intolerância, impunidade, e discriminação vivenciado, especialmente, por homossexuais, negros, adolescentes e idosos, a manutenção de uma fábrica de perversidades produz e reproduz condições insustentáveis ao exercício do reconhecimento irrestrito de valorização da vida. Isso explica, por exemplo, o genocídio da população jovem de cor negra, algo visto e encarado nos tempos presentes com certa naturalidade.

Fato é que a condição desfavorável em que se encontra a parcela majoritária da população brasileira e, alagoana, de modo especial, oriunda da omissão do poder público, pode ser considerada como uma razão de primeira ordem para o crescimento dos problemas sociais, dentre eles, a criminalidade violenta. Esse panorama se justifica através do modelo de sociedade imposto pela expansão geográfica do capitalismo, baseado numa lógica mercantilista que estimula os individualismos arrebatadores e possessivos, como bem advertiu Santos (2001, p. 47), gerando uma acentuada concentração de renda e (re) produzindo as desigualdades socioespaciais.

Diante do cenário em tela, entende-se que a sociedade tem um papel de grande relevo para quando se prospecta uma mudança mais efetiva do atual estágio de proteção dos direitos humanos e democráticos. Por isso, se faz necessário a elaboração de medidas realmente eficazes e possíveis de execução, desmembradas de toda e qualquer intenção eleitoreira, pois, conforme advertiu Ferreira e Costa (2011, p. 19-20), verifica-se em Alagoas uma continuidade de práticas clientelistas, com relações coronelistas, de um verdadeiro autoritarismo e patriarquismo das elites dominantes que desvelam, por sua vez, “o não reconhecimento de direitos humanos, sociais, políticos, econômicos e culturais à maioria da sociedade alagoana”. Do mesmo modo, se faz mister destacar a importância de uma mudança de mentalidade, especialmente, em uma sociedade engessada, passiva e permissiva que considera as desigualdades socioespaciais, sobretudo, a violência, como algo ‘natural’ e inerente a seu próprio processo de formação.

De acordo com Silva Filho (1998, p. 7), “a sociedade tolera a desordem, incentiva comportamentos desviantes e soluções agressivas aos corriqueiros conflitos humanos, além de consumir produtos de entretenimento que exploram a degradação do caráter humano”. Face a isso, é preciso um engajamento e um encorajamento para o fortalecimento de uma nova concepção de mundo, visto que, é essa compreensão, pois, que vai permitir com que se tenha o rompimento de velhos paradigmas que ganham novos valores com a globalização.

Partindo desta premissa, é imprescindível a construção de novos projetos compromissados com a mudança do social para superar esses ‘traumas’ entronizados por um subsistema ideológico carregado de perversidades sistêmicas. Eis, portanto, um caminho possível que se dispõe a restauração dos valores éticos e morais de preservação da dignidade humana. Na verdade, entende-se com isso que “nossa grande tarefa, hoje, é a elaboração de um novo discurso, capaz de desmitificar a competitividade e o consumo e de atenuar, senão desmanchar, a confusão dos espíritos” (SANTOS, 2001, p. 55).

Diante de um crescimento assustador da criminalidade violenta nos últimos anos, que tem transformado drasticamente o cotidiano da população brasileira em um verdadeiro estado de guerra civil, conforme visto no início desta seção, a sociedade se vê em volta de incertezas e brada por políticas e ações engajadas em um

compromisso contra todas as formas de violação dos direitos civis e democráticos, já positivados no âmbito da ordem jurídica. Contudo, esse é um caminho que se mostra, um tanto quanto, distante.

De certa forma, alguns direcionamentos têm sido tomados com o intento de refletir sobre uma questão tão complexa quanto é a segurança pública. Dentre estes, chama-se atenção para a medida provisória número 2.029, editada em 20 de junho de 2000, que institui o Plano Nacional de Segurança Pública. Nessa perspectiva, se faz mister notar através dessa medida, a preocupação com o engajamento de toda a sociedade na luta pela diminuição da violência, como bem demonstrou Samuel Buzaglo (2001, p. 52), tanto é, que este autor adverte que “o grande desafio desse plano é justamente obter o apoio da população, porque se mais esse plano cair no descrédito, talvez se percam de forma irreversível as rédeas da segurança pública”.

Como expressão disso, observa-se um notável esforço empreendido para se implementar um novo paradigma, melhor dizendo, um novo modelo que considere o envolvimento social na construção de ações e políticas anti-violência. Nesse sentido, o estabelecimento de políticas descentralizadoras, juntamente com a criação de conselhos de segurança pública nas esferas federal, estadual e municipal, bem como, a instituição de agentes comunitários de segurança pública e de justiça, com a finalidade de propiciar a efetividade das decisões judiciais pela atuação dos próprios cidadãos, são propostas do Plano Nacional de Segurança Pública que podem surtir efeitos positivos.

Percebe-se, portanto, a preocupação de vários setores da sociedade em participar de forma efetiva na resolução dos problemas relacionados a violência. Pacotes, planos, conferências, projetos e campanhas são com frequência realizados com essa finalidade. No entanto, se faz mister uma conscientização dos grupos integrantes da sociedade, a começar, com o reconhecimento de que a responsabilidade pelos problemas sociais é coletiva, e dificilmente poder-se-á almejar sucesso com as ações implementadas sem a presença coletiva dos cidadãos nas discussões de projetos e intervenções.

Dessa forma, sem querer insistir no mérito dessa discussão, sob pena de desviar o foco do trabalho, quer-se aqui destacar que a compreensão sobre as

especificidades da violência, torna possível uma organização mais apropriada dos grupos comunitários face a instrumentalização de ações e políticas voltadas as questões de segurança. Isso permitirá, por exemplo, que a sociedade supere determinados paradigmas, para assumir um papel proativo, encontrando novas racionalidades que não se limitem as ações dos governos e de seus sistemas interdependentes. Ao mesmo passo, tais ações se apresentam como possibilidade de novas solidariedades onde o território e o social sejam o ponto de partida para todas as decisões.

➤ *Solidariedade orgânica e cidadania em Alagoas: é possível?*

A forma como o presente estado das coisas se difunde, isto é, como ele se instala em todos os lugares, embaraça a psicoesfera da sociedade levando a crença de que não há alternativas concretas para a reversão da situação atual com a qual nos defrontamos. Contudo, se faz mister advertir que mesmo as verdades do período presente, que parecem ser absolutas, não são verdades eternas, pois, assim como os objetos dotados de toda carga tecnológica disposta pela globalização tem seu prazo de validade, essas verdades, melhor dizendo, esses períodos considerados irreversíveis, também tem seu prazo para se dissolver no tempo.

No transcorrer de sua obra, Milton Santos combateu as formas de conformismo que impregnaram a maioria da sociedade açambarcando, até mesmo, uma densa camada de intelectuais, fazendo com que estes enxergassem o mundo sem perspectivas, que as formas de realização da atual globalização seriam irreversíveis. Todavia, Santos (2001, p. 160), chamou atenção para esse quadro de pessimismo ao alertar que

Para exorcizar esse risco, devemos considerar que o mundo é formado não apenas pelo que já existe (aqui, ali, em toda parte), mas pelo que pode efetivamente existir (aqui, ali, em toda parte). O mundo datado de hoje deve ser enxergado como o que na verdade ele nos traz, isto é, um conjunto presente de possibilidades reais, concretas, todas factíveis sob determinadas condições.

Ao contrário do que muito se pensa, vislumbrar um mundo novo com possibilidades concretas, novas ideologias, novas crenças políticas, a partir daquilo que efetivamente já existe não é uma proposição intangível. “O mundo de hoje também autoriza uma outra percepção da história por meio da contemplação da universalidade empírica constituída com a emergência das novas técnicas planetarizadas e as possibilidades abertas a seu uso” (SANTOS, Op. Cit., p. 168).

As próprias técnicas responsáveis por relegar e segregar a parcela majoritária dos indivíduos se utilizadas mediante novas intencionalidades, novas formas de solidariedade, podem promover um maior reconhecimento das necessidades entre as pessoas ampliando as relações de contiguidade, e mesmo, a consciência individual.

Diante dessas possibilidades, surge um caminho, possivelmente, o mais factível para a reconstrução das relações humanas a se entregar em uma busca incessante, qual seja, o da cidadania. Contudo, para se pensar em uma cidadania concreta é necessário considerar o componente territorial, pois, “o território, pela sua organização e instrumentalização, deve ser usado como forma de se alcançar um projeto social igualitário. A sociedade civil é, também, território, e não se pode definir fora dele” (SANTOS, 2012b, p. 151).

Formular um projeto nacional que leve em consideração um uso mais justo do território, e, por conseguinte, coincidindo com a transformação do atual modelo civilizatório, é um passo de grande relevo para quando se pensa em um futuro mais igualitário. Porém, não se deve desconsiderar que para a eficácia de tal projeto é necessário se enfrentar a pobreza e as desigualdades que acometem os marginalizados, e, para tanto, é mister se prospectar um prisma que extinga uma visão fragmentada do mundo (BARBOSA, 2015).

O estado de Alagoas que convive com uma grave crise estrutural desde tempos idos que penaliza a maioria majoritária de sua população, é um exemplo claro, de como se pode acreditar em um uso mais justo e igualitário do território. Mesmo com a eminência de processos que desencadeiam as desigualdades socioespaciais, é possível pensar em metamorfoses que produzam um entendimento progressivo do lugar, a partir da ressurreição da ideia e da prática da solidariedade. Ainda de acordo com Santos (2001, p. 168), “o processo de tomada de consciência [...] não é homogêneo, nem segundo os lugares, nem segundo as classes sociais ou situações profissionais, nem quanto aos indivíduos”.

Isso significa dizer, que a transformação deve partir da consciência individual, isto é, da obtenção de uma visão que considere a situação circundante como um todo, pensando no coletivo, exorcizando todas as formas individualistas e egoístas que acompanham a consciência de grande parte dos indivíduos do mundo contemporâneo.

## **Considerações Finais**

---



No decorrer da pesquisa, buscou-se explicar a relação entre o processo de securização do território promovido por parte das empresas do setor privado de segurança, com o crescimento exponencial da violência homicida no estado de Alagoas. Claramente ancorados na literatura apresentada sobre o tema, partimos do pressuposto de que a violência homicida que permeia o tecido social do estado está intrinsecamente relacionada ao processo supracitado, haja vista, a ascensão do mercado de segurança assistida nos últimos anos. Ora, tal fato se concretiza a partir da busca frenética por segurança que permitiu as corporações securitárias a diversificação na prestação de seus serviços com a introdução de novas técnicas e arranjos na atividade securitária, possibilitando uma maior organização do setor em conformidade com as especificidades do território.

Neste sentido, os resultados exibidos corroboram com a hipótese que norteou este estudo, na medida em que se verifica, sobretudo, no princípio do século em marcha, um crescimento acelerado da criminalidade violenta, especialmente, os homicídios, e mais recentemente, os crimes contra o patrimônio, que culminaram para a ascensão de segmentos específicos do setor privado de segurança. Dentre os quais, tem papel de grande notoriedade para esta análise, o segmento de segurança patrimonial e pessoal e o segmento de transporte de valores, que ampliaram seus sistemas de ações no território brasileiro, especialmente em razão da necessidade imposta pelo período atual da prestação de serviços especializados de segurança privada. Em conformidade com está assertiva, Cubas (2002, p. 155) adverte que “existem áreas, como as grandes indústrias, shopping centers, centros empresariais, nas quais seria impossível o serviço público garantir a demanda por segurança. Tratam-se de espaços privados abertos ao público que requerem forças de segurança específicas para esses locais”.

No entanto, salienta-se que a inquestionável ascensão deste setor contou com a fragilidade democrática do estado em promover políticas de combate e prevenção a violência, sobretudo, quando observado os arranjos organizacionais estabelecidos entre as instituições públicas na figura de suas elites dominantes com as corporações ligadas ao setor de segurança. Com efeito, os personagens da conjuntura orgânica e administrativa destas instituições públicas são os mesmos que comandam as poderosas estruturas corporativas de segurança que, face a esse

contexto, ampliam seu poder no território vislumbrando políticas de interesse próprio à sua consolidação e controle da base territorial e, conseqüentemente, social.

A este elenco de fatores, é importante mencionar o processo de urbanização que, assim como no restante do país se intensificou em poucas décadas pelo território alagoano, provocando benefícios para alguns centros urbanos, mas, em contrapartida, produzindo contradições tanto nas cidades quanto para a sociedade. Em Alagoas, verificou-se na estrutura do espaço urbano, no meio ambiente e na vida dos indivíduos, a transformação das relações socioespaciais que intervêm negativamente na qualidade de vida da sociedade. Tal fato fica evidenciado com o aumento da criminalidade violenta, a extrema pobreza, o desemprego generalizado e tantos outros problemas decorrentes de um processo social que é também espacial e traz consigo grandes impactos no cotidiano da população.

Ao mesmo passo, adiciona-se a lista de motivações para a ascensão do mercado de segurança a terceirização da prestação dos serviços. Com o aumento cada vez mais frequente da demanda por serviços e produtos securitários, tornou-se um negócio altamente rentável para as empresas de segurança a contratação de profissionais especializados, entre outras coisas, por diminuir consideravelmente os custos com a profissionalização do corpo de funcionários próprios. Isso significa que as empresas de segurança não são mais obrigadas a oferecer constantemente cursos profissionalizantes para seu quadro técnico, o que vai gerar uma receita maior em decorrência da contenção de gastos com este tipo de atividade.

Nesse sentido, não parece equívoco consentir que a produção de um estado de caos e barbárie motivado através da propagação da criminalidade violenta e de todos os seus adjacentes, tem um papel importante que explica, de certa forma, a disseminação dessas corporações no território brasileiro e, alagoano. Octávio Ianni (2004, .140), ao tratar sobre o papel das corporações na lógica de produção capitalista, ressalta que “é óbvio que as corporações desenvolvem suas atividades remando em conta os poderes estatais e os jogos de forças sociais, muitas vezes beneficiando-se das atividades das organizações multilaterais”. Entretanto, é necessário evidenciar que há uma combinação de elementos que condicionam a expansão desse processo, não sendo, portanto, a criminalidade violenta uma justificativa *de per si*.

Diante de todo contexto analisado, verifica-se que a base estrutural dos lugares sofre alterações consideráveis o que implica diretamente na mudança de comportamento dos indivíduos. O medo e a insegurança se transformam em grandes aliados das forças hegemônicas que aproveitam dessa realidade do atual período histórico para se beneficiar, e a consequência desse processo é sentida de forma concreta no território através da remodelagem das formas arquitetônicas que transformam as paisagens urbanas. Essa realidade é sentida com maior veemência nos lugares, onde as desigualdades se mostram de maneira mais sintomática e a precariedade da promoção do bem-estar social pelo Estado oferece espaço para a atuação do crime organizado, formal e informal, designando assim, novas territorialidades e espalhando a violência por todas as partes do território, principalmente, naqueles que são mais desassistidos.

A violência se mostrou um problema complexo, de cunho estrutural, que se fortalece, especialmente, com a contribuição das técnicas, sobretudo, as técnicas da informação, por sua inevitável presença nas relações de poder que servem ao modo de produção dominante. Daí a necessidade da abordagem geográfica, principalmente por desempenhar um papel de destaque na produção de abordagens sobre temas diversos, em especial, a violência, que considerem os diferentes usos do território pelos mais diversos agentes, sejam eles hegemônicos ou hegemonzados.

Esse processo denota, por fim, a importância de se conceber a necessidade de compreender a violência e não apenas de querer interpreta-la ou simplesmente descreve-la, conforme fazem constantemente os analíticos. Estes “[...] têm se limitado a descrever a violência; trata-se, no entanto, de compreendê-la” na sua gênese como lembra Melgaço (2005, p. 109) para não cair em fundamentações incompletas e sem sentido. Os efeitos exercidos por esse problema nas diferentes camadas da sociedade é algo que ainda deve ser analisado com maior riqueza de detalhes por parte dos geógrafos, pois, “ao contrário do que tanto se disse, a história não acabou; ela apenas começa” (SANTOS, 2001, p. 83).

## Referências

---

ADORNO, Sérgio. Conflitualidade e violência: reflexões sobre a anomia na contemporaneidade. **Tempo social**. Revista de Sociologia da USP, vol. 10, n. 1, São Paulo.

ALAGOAS, G1. **Combate à violência em Alagoas custou R\$ 6,7 bilhões em 10 anos**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2015/07/combate-violencia-em-alagoas-custou-r-67-bilhoes-em-10-anos.html>>. Acesso em: 21 mar. 2017.

ALTAVILA, Jayme de. **História da civilização das Alagoas**. 8. ed. Maceió: Edufal, 1988.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. A produção do espaço e a análise geográfica. In: **Simpósio: teoria e ensino de geografia**. Belo Horizonte, 1983.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1994] 2011.

BALLESTEROS, Paula Rodriguez. Gestão de Políticas de segurança pública no Brasil: problemas, impasses e desafios. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v.8, n.1, p. 6-22, 2014.

BARBOSA, Jane Roberta de Assis. **Planejamento territorial e modernizações seletivas**. A expansão do Meio Técnico-Científico-Informacional no Rio Grande do Norte, Brasil. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BATELLA, Wagner Barbosa. **Análise espacial dos condicionantes da criminalidade violenta no estado de Minas Gerais – 2005**: Contribuições da Geografia do Crime. Dissertação (Mestrado em Geografia). Tratamento da Informação Espacial, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

\_\_\_\_\_. **Medo Líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento**. Uma análise internacional comparativa. 2. ed. 1º reimpressão. São Paulo: Edusp, [2001] 2006.

BEZERRA, Edson José de Gouveia. A violência arcaica em Alagoas: o fantasma que já não assusta, apenas incomoda. **Revista Multidisciplinar IESC**. Arapiraca, v. 1, n. 2, jul-dez, 2010.

BORDIN, Marcelo. **Geografia do crime em Curitiba**: a produção de espaços segregados pela violência. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

BUZAGLO, Samuel. Violência e Criminalidade – Plano Nacional de Segurança Pública. **Carta Mensal**, Rio de Janeiro, nº 552, p. 52, março de 2001.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. 3. ed. São Paulo: Edusp, [2000] 2011.

CAMPOS FILHO, Candido Malta. **Cidades brasileiras: seu controle ou o caos**. 4. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

CAMPOS, Andreino de Oliveira. **Do Quilombo à Favela**: o tráfico de drogas enquanto estratégia de sobrevivência ilegal nos marcos de uma ordem segregacionista. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

CARVALHO, Cícero Péricles de. **Formação histórica de Alagoas**. 3. ed. Maceió: Edufal, [1982] 2015.

\_\_\_\_\_. **Economia popular**: uma via de modernização para Alagoas. 5. ed. Maceió: Edufal, [2005] 2012.

\_\_\_\_\_. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana**. 3. ed. Maceió: Edufal, [2001] 2009.

CATAIA, Marcio Antonio. et al. Território e nação: novos usos do território no Brasil. In: **Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos**. Porto Alegre, p. 1-14, 2010.

CIIP – Centro Internacional de Investigação e Informação para a Paz; Universidade para a Paz das Nações Unidas, **O estado da paz e a evolução da violência**: a situação da América Latina. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

CÓDIGO PENAL DO BRASIL. DECRETO-LEI n. 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. **Da aplicação da lei penal**. René Ariel Dotti. 4º. ed. Brasil, p. 1-90, dez. 1940. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 21 mar. 2017.

CRUZ, Luciana Maria da. **Morfologias urbanas do medo**: a materialização da (in) segurança em bairros nobres do Recife. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

CUBAS, Viviane de Oliveira. **A expansão das empresas de segurança privada em São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

DEÁK, Csaba. Acumulação entravada no Brasil: e a crise dos anos 80. **Espaço & Debates**: São Paulo, v. 30, n.32, p. 32-46, 1991.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O Bangüê nas Alagoas**: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. 3. ed. Maceió, Edufal, 2006.

DURKHEIM, Émile. **O suicídio**: estudo de sociologia. São Paulo: Martins Fontes, [1897] 2000.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dhüring**: Herr Eugen Duhring's Revolution in Science. Ridendo Castigat Mores, [1878] 2001.

\_\_\_\_\_. **Le rôle de la violence dans l'histoire**. Paris: Les Éditions sociales, 1969.

FERREIRA, Ruth Vasconcelos Lopes; COSTA, Elaine Cristina Pimentel. **As faces da segurança pública e dos direitos humanos em Alagoas**. Maceió: Edufal, 2011.

FERREIRA, Ruth Vasconcelos Lopes. **O poder e a cultura da violência em Alagoas**. Maceió: Edufal, 2005.

FRANCISCO FILHO, Lauro Luiz. **Distribuição espacial da violência em Campinas**: uma análise por geoprocessamento. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

GALTUNG, Johan. Violence, Peace, and Peace research. **Journal of Peace Research**. Vol. 6, N. 3, p. 167-191, 1969.

GEORGE, Pierre. **Os métodos da geografia**. Tradução Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Difusão Européia do Livro, [1970] 1972. (Coleção Saber atual, 151).

\_\_\_\_\_. **Peace by peaceful means**. Peace and conflict development and civilization. Oslo: Sage/PRIIO, 1996.

GOMES, Fabio Guedes. Reflexões Críticas sobre a Realidade e Dinâmica Recente da Economia Alagoana. **Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, p. 1-30, fev. 2014a. disponível em: <[http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/file/Texto\\_para\\_o\\_CICEF.pdf](http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/file/Texto_para_o_CICEF.pdf)> Acesso em: 15 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. A economia alagoana como ela é... conclusões 'impertinentes'. **Cadaminuto**. Maceió, 14 fev. 2014b. Disponível em: <[http://www.cadaminuto.com.br/blog/fabio-guedes/239657/2014/02/14/a-economia-alagoana-como-ela-econclusoes-impertinentes->](http://www.cadaminuto.com.br/blog/fabio-guedes/239657/2014/02/14/a-economia-alagoana-como-ela-econclusoes-impertinentes-). Acesso em: 15 nov. 2015.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Geografia fin-de-siécle: o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORREA, R. L. (Orgs.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 13-43.

GRAZIANO SOBRINHO, Sergio Francisco Carlos. **Globalização e sociedade de controle**: a cultura do medo e o mercado da violência. Tese (Doutorado em Direito). Departamento de Direito. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

HAN, Byung Chul. **Topología de la violencia**. Barcelona: Herder Editorial, 2016.

IANNI, Octavio. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LAFER, Celso. Prefácio. In: **Sobre a violência**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1994] 2011.



LIH, Lars T. Lenin em 1914: La “nueva epoca de guerras y revoluciones”. **Vientosur**, 2014. Disponível em: <<http://www.vientosur.info/spip.php?article9260>>. Acesso em: 27 ago. 2016.

LIMA, Renato Sérgio de. Para lamentar nossos mortos. In. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016**. Ano 10, São Paulo, 2016.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. Prefácio a segunda edição. In: LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, [1949] 2012.

LINDOSO, Dirceu. **A utopia armada**. Rebeliões de pobres nas matas do Tombo Real (1832-1850). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1976] 2011.

MARAT, Jean Paul. **Les chaînes de l’esclavage**. Paris: Union générale d’Éditions, [1774] 1972.

MARQUES, Geraldo de Majella Fidelis de Moura. **Execuções sumárias e grupos de extermínio em Alagoas: (1975-1988)**. Maceió: Edufal, 2006.

MEDEIROS, Dhiego Antonio de. **Financeirização do território e circuitos da economia urbana: agentes de crédito, técnicas e normas bancárias. Um exemplo em Alagoas**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MELGAÇO, Lucas de Melo. **Securização urbana**. Da psicoesfera do medo a tecnoesfera da segurança. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

\_\_\_\_\_. **Por uma ciência do atrito: ensaio dialético sobre a violência urbana**. Geografias (UFMG), Belo Horizonte, v. 1, n.1, p. 90-110, 2005.

MICHUAD, Yves. **La violence**. Paris: Presses Universitaires de France, 1986.

MORAIS, Regis de. **O que é violência urbana**. 3. ed. São Paulo: Editora brasiliense, [1981] 1983.

NOVACK, George. **O desenvolvimento desigual e combinado na história**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

ODALIA, Nilo. **O que é violência**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

OLIVEIRA, Adriano; ZAVERUCHA, Jorge; RODRIGUES, Ernani. Polígono da Maconha: contexto sócioeconômico, homicídios e atuação do Ministério Público. **Coleção Segurança com Cidadania**, v. 1, p. 175-194, 2009.

RODRIGUES, Edmilson Brito. **Território e soberania na globalização**: Amazônia, jardim de águas sedento. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SÁ, Alcindo José de. **Medo Urbano**: a difusão dos aparatos de segurança nas periferias da Região Metropolitana do Recife (RMR) e seus reflexos nas morfologias intra-urbanas. Relatório de Pesquisa. Recife: CNPq, 2010.

SALAMA, Pierre. A violência na América Latina: uma realidade sem solução? **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 55-74, jun, 2014.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 7, reimpressão. São Paulo: Edusp, [1996] 2012a.

\_\_\_\_\_. **O espaço do cidadão**. 7. ed. 1. reimpressão. São Paulo: Edusp, [1987] 2012b.

\_\_\_\_\_. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Edusp, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Técnica, Espaço e Tempo**. 5. ed. São Paulo: Edusp, [1994] 2008b.

\_\_\_\_\_; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, [2001] 2006.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, [2000] 2001.

\_\_\_\_\_. O Dinheiro e o Território. **GEOgraphia**. Niterói, v 1, n. 1, p. 7-13, 1999a.

\_\_\_\_\_. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. In: **Território**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 6, p. 5-20, 1999b.

\_\_\_\_\_. “Da política dos Estados à política das empresas”. **Cadernos da Escola do Legislativo**, Belo Horizonte, v. 3, n. 6, p. 9-23, jul/dez, 1997.

\_\_\_\_\_. A Questão do Meio Ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva transdisciplinar. **Anales de Geografia nº. 15**. Madrid: Universidade Complutense de Madrid, p. 695-705, 1995.

\_\_\_\_\_. **1992**: A redescoberta da natureza. [Aula inaugural conferida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, no dia 10 de março de 1992].

SILVA, Dênis Carlos da. **A configuração do circuito espacial de produção sucroalcooleira em Alagoas**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2014.

SILVA FILHO, José Vicente da. **Estratégias policiais para a redução da Violência**. 48p. Monografia - Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial – São Paulo, 1998.

SILVEIRA, Elmo dias da et al. **A eficiência dos gastos em segurança pública dos estados brasileiros**. In: Congresso UNB de contabilidade e governança. Brasília: Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais, 2016. 1-16 p.

Disponível

em:<<http://soac.unb.br/index.php/ccgunb/ccgunb2/paper/viewFile/5342/1461>>. Acesso em: 26 mar. 2017.

SILVEIRA, María Laura. Por que há tantas desigualdades sociais no Brasil?. In: ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de (org.). **Que país é esse?** Pensando o Brasil contemporâneo. São Paulo: Globo, 2005. 141-178 p.

SOREL, Georges. **Réflexions sur la violence**. 1. Reimpressão. Paris: Études sur le devenir social, [1908] 1972.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **Reflexões sobre o livro Desenvolvimento Desigual**: natureza, capital e a produção do espaço de Neil Smith. [Notas da aula conferida no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no dia 08 de junho de 2010].

\_\_\_\_\_. Território, soberania e mundo novo. **Forum Políticas Macroeconômicas**. São Paulo: Laboplan, 1999.

\_\_\_\_\_. Conexões geográficas: um ensaio metodológico: uma versão ainda preliminar. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 71, 1. s. São Paulo: AGB, 1993. p. 113-127.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

TEIXEIRA, Evandro Camargos. **Estimando o impacto econômico da violência**: custos da criminalidade em Curitiba. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento econômico). Faculdade de Economia, Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2005.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **A geografia, a história, e o capitalismo no território alagoano**. [Texto elaborado para o IX Encontro Alagoano de Geografia, organizado pela Universidade Estadual de Alagoas e apresentado na Conferencia Inaugural “Dois Séculos de Capitalismo no Território Alagoano: novos discursos, antigas contradições”, no dia 26 de novembro de 2015].

\_\_\_\_\_. **Metamorfose das Oligarquias**. Maceió: Edufal, 2009.

TROTSKY, Léon. **Terrorisme et communisme**. Paris: Union générale d'Éditions, [1920] 1963.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da violência 2016**: homicídios por arma de fogo no Brasil. Brasília: FLASCO, 2016.

\_\_\_\_\_. **Mapa da violência 2012**: os novos padrões da violência homicida no Brasil. São Paulo: MJ/MS/RITLA/Instituto Sangari, 2011.

WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. **Tempo social**. Revista de sociologia da Universidade de São Paulo. n, 9. p. 5-41, São Paulo, 1997.

ZALUAR, Maria Alba. Do Dinheiro e dos Homens no Tráfico de drogas. In: Marcia Faria Westphal; Chynthia Bydlowski. (Org.). **Violência e Juventude**. 1. ed. v. 1. p. 162-194. São Paulo: Hucitec, 2009.

\_\_\_\_\_. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. In: **São em perspectiva**. São Paulo. v. 13, n. 3, p. 3-17, 1999.

\_\_\_\_\_. **Condomínio do diabo**. Rio de Janeiro: Revan, 1994a.

\_\_\_\_\_. Violência, crime organizado e poder: a tragédia brasileira e seus desafios. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis. (Org.). **Governabilidade, sistema político e violência urbana**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994b.

ZANETIC, André. Segurança privada: características do setor e impacto sobre o policiamento. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. Ano. 3, Edição. 4, Fev/Mar, p. 134-151, 2009.

\_\_\_\_\_. **A questão da segurança privada**: estudo do marco regulatório dos serviços particulares de segurança. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

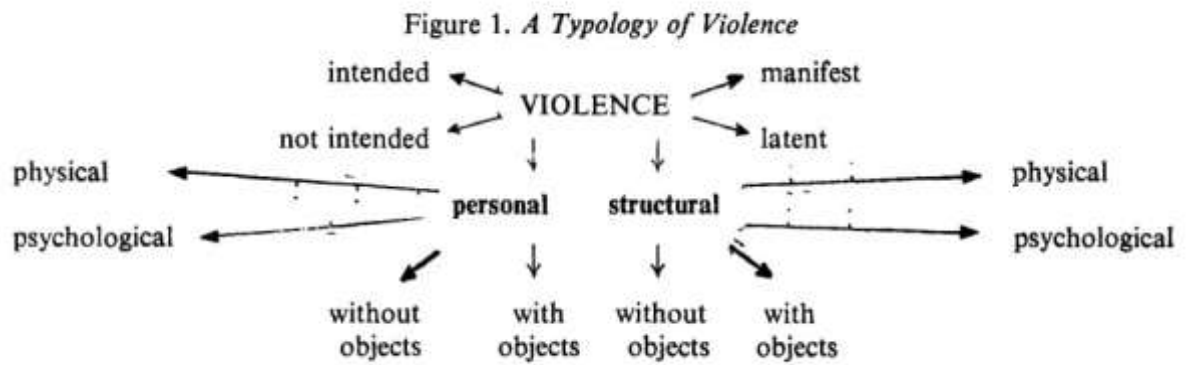
ZIZEK, Slavoj. **Violência**: seis reflexões laterais. São Paulo: Boitempo, 2014.

ZOMIGHANI JUNIOR, James Humberto. **Desigualdades espaciais e prisões na era da globalização neoliberal**: fundamentos da insegurança no atual período. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

## **Anexos**

---

## Tipologia da violência de acordo com Johan Galtung



Fonte de Dados: GALTUNG, Johan. Violence, Peace, and Peace research. **Journal of Peace Research**. Vol. 6, N. 3, p. 167-191, 1969.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
CGCSP – COORDENAÇÃO GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

04/02/2016

### Relatório Totalizado de Empresas por UF

GRUPO: Empresa de Segurança Privada  
TIPO DE SEGURANÇA PRIVADA: Empresa Especializada  
ATIVIDADES: Transporte de Valores  
SITUAÇÕES: Ativa

**UF:** AC

Empresa Especializada	2
Matriz	1
Filial	1

**TOTAL = 2**

**UF:** AL

Empresa Especializada	2
Filial	2

**TOTAL = 2**

**UF:** AM

Empresa Especializada	3
Matriz	3

**TOTAL = 3**

**UF:** BA

Empresa Especializada	15
Matriz	2
Filial	13

**TOTAL = 15**

**UF:** CE

Empresa Especializada	6
Matriz	1
Filial	5

**TOTAL = 6**

**UF:** DF

Empresa Especializada	1
Matriz	1

**TOTAL = 1**

**UF:** ES

Empresa Especializada	7
Matriz	1
Filial	6





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
CGCSP – COORDENAÇÃO GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

04/02/2016

### Relatório Totalizado de Empresas por UF

GRUPO: Empresa de Segurança Privada  
TIPO DE SEGURANÇA PRIVADA: Empresa Especializada  
ATIVIDADES: Transporte de Valores  
SITUAÇÕES: Ativa

---

**TOTAL = 7**

**UF: GO**

Empresa Especializada	7
Matriz	3
Filial	4

---

**TOTAL = 7**

**UF: MA**

Empresa Especializada	8
Matriz	3
Filial	5

---

**TOTAL = 8**

**UF: MG**

Empresa Especializada	29
Matriz	3
Filial	26

---

**TOTAL = 29**

**UF: MS**

Empresa Especializada	6
Matriz	1
Filial	5

---

**TOTAL = 6**

**UF: MT**

Empresa Especializada	9
Matriz	1
Filial	8

---

**TOTAL = 9**

**UF: PA**

Empresa Especializada	14
Matriz	4
Filial	10

---

**TOTAL = 14**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
CGCSP – COORDENAÇÃO GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

04/02/2016

### Relatório Totalizado de Empresas por UF

GRUPO: Empresa de Segurança Privada  
TIPO DE SEGURANÇA PRIVADA: Empresa Especializada  
ATIVIDADES: Transporte de Valores  
SITUAÇÕES: Ativa

**UF: PB**

Empresa Especializada	6
Matriz	2
Filial	4

**TOTAL = 6**

**UF: PE**

Empresa Especializada	8
Matriz	2
Filial	6

**TOTAL = 8**

**UF: PI**

Empresa Especializada	9
Matriz	6
Filial	3

**TOTAL = 9**

**UF: PR**

Empresa Especializada	17
Filial	17

**TOTAL = 17**

**UF: RJ**

Empresa Especializada	13
Matriz	2
Filial	11

**TOTAL = 13**

**UF: RN**

Empresa Especializada	1
Filial	1

**TOTAL = 1**

**UF: RO**

Empresa Especializada	2
Filial	2



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
CGCSP – COORDENAÇÃO GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

04/02/2016

### Relatório Totalizado de Empresas por UF

GRUPO: Empresa de Segurança Privada  
TIPO DE SEGURANÇA PRIVADA: Empresa Especializada  
ATIVIDADES: Transporte de Valores  
SITUAÇÕES: Ativa

---

**TOTAL = 2**

**UF: RR**

---

Empresa Especializada	1
Matriz	1

---

**TOTAL = 1**

**UF: RS**

---

Empresa Especializada	23
Matriz	2
Filial	21

---

**TOTAL = 23**

**UF: SC**

---

Empresa Especializada	15
Matriz	1
Filial	14

---

**TOTAL = 15**

**UF: SE**

---

Empresa Especializada	1
Matriz	1

---

**TOTAL = 1**

**UF: SP**

---

Empresa Especializada	40
Matriz	7
Filial	33

---

**TOTAL = 40**

**UF: TO**

---

Empresa Especializada	1
Filial	1

---

**TOTAL = 1**

**TOTAL GERAL**

---

Empresa Especializada	246
-----------------------	-----



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
CGCSP – COORDENAÇÃO GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

04/02/2016

### Relatório Totalizado de Empresas por UF

GRUPO: Empresa de Segurança Privada  
TIPO DE SEGURANÇA PRIVADA: Empresa Especializada  
ATIVIDADES: Transporte de Valores  
SITUAÇÕES: Ativa

<b>Matriz</b>	<b>48</b>
<b>Filial</b>	<b>198</b>

---

**TOTAL = 246**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
CGCSP – COORDENAÇÃO GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

12/02/2016

### Relatório Totalizado de Empresas por UF

GRUPO: Empresa de Segurança Privada  
TIPO DE SEGURANÇA PRIVADA: Empresa Especializada  
ATIVIDADES: Vigilância Patrimonial  
SITUAÇÕES: Ativa

**UF:** AC

Empresa Especializada	9
1ª Filial na UF	2
Matriz	5
Filial	1
Outra Instalação	1

**TOTAL = 9**

**UF:** AL

Empresa Especializada	19
1ª Filial na UF	6
Matriz	11
Filial	2

**TOTAL = 19**

**UF:** AM

Empresa Especializada	50
1ª Filial na UF	5
Matriz	32
Outra Instalação	13

**TOTAL = 50**

**UF:** AP

Empresa Especializada	9
1ª Filial na UF	3
Matriz	6

**TOTAL = 9**

**UF:** BA

Empresa Especializada	161
1ª Filial na UF	13
Matriz	133
Filial	13
Outra Instalação	2

**TOTAL = 161**

**UF:** CE

Empresa Especializada	71
-----------------------	----



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
CGCSP – COORDENAÇÃO GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

12/02/2016

### Relatório Totalizado de Empresas por UF

GRUPO: Empresa de Segurança Privada  
TIPO DE SEGURANÇA PRIVADA: Empresa Especializada  
ATIVIDADES: Vigilância Patrimonial  
SITUAÇÕES: Ativa

1ª Filial na UF	8
Matriz	57
Filial	6

---

**TOTAL = 71**

**UF: DF**

Empresa Especializada	78
1ª Filial na UF	23
Matriz	54
Outra Instalação	1

---

**TOTAL = 78**

**UF: ES**

Empresa Especializada	68
1ª Filial na UF	15
Matriz	23
Filial	6
Outra Instalação	24

---

**TOTAL = 68**

**UF: GO**

Empresa Especializada	98
1ª Filial na UF	25
Matriz	68
Filial	4
Outra Instalação	1

---

**TOTAL = 98**

**UF: MA**

Empresa Especializada	45
1ª Filial na UF	10
Matriz	30
Filial	5

---

**TOTAL = 45**

**UF: MG**

Empresa Especializada	145
1ª Filial na UF	30



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
CGCSP – COORDENAÇÃO GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

12/02/2016

### Relatório Totalizado de Empresas por UF

GRUPO: Empresa de Segurança Privada  
TIPO DE SEGURANÇA PRIVADA: Empresa Especializada  
ATIVIDADES: Vigilância Patrimonial  
SITUAÇÕES: Ativa

Matriz	73
Filial	30
Outra Instalação	12

---

**TOTAL = 145**

**UF: MS**

Empresa Especializada	50
1ª Filial na UF	16
Matriz	27
Filial	6
Outra Instalação	1

---

**TOTAL = 50**

**UF: MT**

Empresa Especializada	51
1ª Filial na UF	15
Matriz	27
Filial	8
Outra Instalação	1

---

**TOTAL = 51**

**UF: PA**

Empresa Especializada	65
1ª Filial na UF	13
Matriz	39
Filial	12
Outra Instalação	1

---

**TOTAL = 65**

**UF: PB**

Empresa Especializada	39
1ª Filial na UF	9
Matriz	25
Filial	4
Outra Instalação	1

---

**TOTAL = 39**

**UF: PE**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
CGCSP – COORDENAÇÃO GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

12/02/2016

### Relatório Totalizado de Empresas por UF

GRUPO: Empresa de Segurança Privada  
TIPO DE SEGURANÇA PRIVADA: Empresa Especializada  
ATIVIDADES: Vigilância Patrimonial  
SITUAÇÕES: Ativa

Empresa Especializada	68
1ª Filial na UF	15
Matriz	45
Filial	6
Outra Instalação	2

---

**TOTAL = 68**

**UF:** PI

Empresa Especializada	26
1ª Filial na UF	2
Matriz	16
Filial	3
Outra Instalação	5

---

**TOTAL = 26**

**UF:** PR

Empresa Especializada	198
1ª Filial na UF	25
Matriz	129
Filial	19
Outra Instalação	25

---

**TOTAL = 198**

**UF:** RJ

Empresa Especializada	201
1ª Filial na UF	31
Matriz	155
Filial	13
Outra Instalação	2

---

**TOTAL = 201**

**UF:** RN

Empresa Especializada	36
1ª Filial na UF	7
Matriz	27
Filial	1
Outra Instalação	1





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
CGCSP – COORDENAÇÃO GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

12/02/2016

### Relatório Totalizado de Empresas por UF

GRUPO: Empresa de Segurança Privada  
TIPO DE SEGURANÇA PRIVADA: Empresa Especializada  
ATIVIDADES: Vigilância Patrimonial  
SITUAÇÕES: Ativa

---

**TOTAL = 36**

**UF: RO**

---

Empresa Especializada	21
1ª Filial na UF	6
Matriz	12
Filial	3

---

**TOTAL = 21**

**UF: RR**

---

Empresa Especializada	4
1ª Filial na UF	3
Matriz	1

---

**TOTAL = 4**

**UF: RS**

---

Empresa Especializada	153
1ª Filial na UF	18
Matriz	110
Filial	24
Outra Instalação	1

---

**TOTAL = 153**

**UF: SC**

---

Empresa Especializada	145
1ª Filial na UF	17
Matriz	87
Filial	25
Outra Instalação	16

---

**TOTAL = 145**

**UF: SE**

---

Empresa Especializada	18
1ª Filial na UF	4
Matriz	14

---

**TOTAL = 18**

**UF: SP**

---



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
CGCSP – COORDENAÇÃO GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

12/02/2016

### Relatório Totalizado de Empresas por UF

GRUPO: Empresa de Segurança Privada  
TIPO DE SEGURANÇA PRIVADA: Empresa Especializada  
ATIVIDADES: Vigilância Patrimonial  
SITUAÇÕES: Ativa

Empresa Especializada	549
1ª Filial na UF	27
Matriz	420
Filial	60
Outra Instalação	42

---

**TOTAL = 549**

**UF:** TO

Empresa Especializada	21
1ª Filial na UF	10
Matriz	10
Filial	1

---

**TOTAL = 21**

**TOTAL GERAL**

<b>Empresa Especializada</b>	<b>2398</b>
<b>1ª Filial na UF</b>	<b>358</b>
<b>Matriz</b>	<b>1636</b>
<b>Filial</b>	<b>252</b>
<b>Outra Instalação</b>	<b>152</b>

---

**TOTAL = 2398**